



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Raquel Amorim de Souza Cavalcante

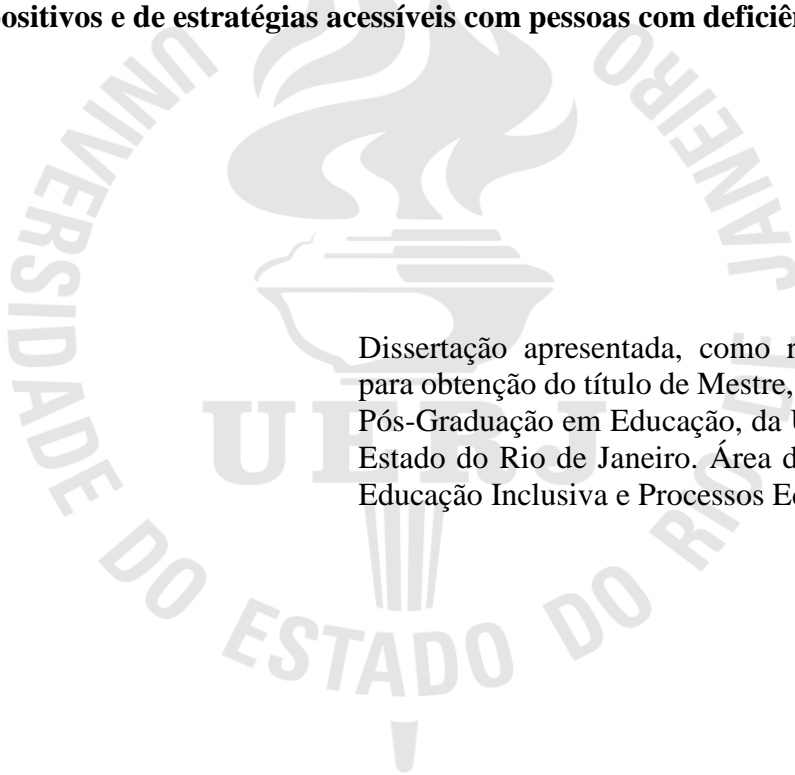
**Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a
usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com
deficiência**

Rio de Janeiro

2022

Raquel Amorim de Souza Cavalcante

Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com deficiência



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação Inclusiva e Processos Educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Flávia Faissal de Souza

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C377 Cavalcante, Raquel Amorim de Souza
Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com deficiência / Raquel Amorim de Souza Cavalcante. – 2022.
131 f.

Orientadora: Flávia Faissal de Souza.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Pessoas com deficiência – Teses. 3. Direitos humanos – Teses. I. Souza, Flávia Faissal de Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Raquel Amorim de Souza Cavalcante

Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com deficiência

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação Inclusiva e Processos Educacionais.

Aprovada em 24 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Flávia Faissal de Souza (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Décio Guimarães Nascimento

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof.^a Dr.^a. Rosemary dos Santos

Faculdade de Educação – UERJ

Rio de Janeiro

2022

“Quem dera poder sentir
O direito de sonhar
Que a simples condição de existir
Baste pra caminhar
Sem barreiras inacessíveis
Que criam situações impossíveis
Pra gente poder realizar
[...]

Não podemos deixar de sonhar que um dia
Pela luta do povo que sonhou
E por isso se organizou
E organizando tanto lutou
Pelo bem da cidadania”

Juvi Passos Barros

Poeta

Pessoa com deficiência- Cego

Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente entendam que a mão do Senhor
fez isso -Isaias 41:20

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus filhos Bernardo e Ariane, que sempre serão minha razão e meu motivo. Dedico também aos meus sobrinhos Laura e Hiago, que me impulsionam a lutar pelo direito das pessoas com deficiência de acessar todo e qualquer ambiente em igualdade de condições.

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de iniciar agradecendo ao meu Deus, autor da vida, meu Senhor e Salvador, que me fez caminhar nessa jornada e me carregou no colo todas as vezes que precisei. Pela graça do meu Deus estou escrevendo, em lágrimas, essas páginas. E se cheguei até aqui, é porque ele me conduziu do começo até o fim. À Deus, a minha vida e minha gratidão!

Agradeço à Professora Doutora Flávia Faissal, minha orientadora, que com sua generosidade caminhou comigo lado a lado, partilhando conhecimento, distribuindo compreensão, bondade, afeto e leveza. Agradeço a essa “professora-mãe”, que olhou para essa mãe de dois pequenos e acreditou em mim quando nem eu mesmo acreditava. (pausa, para chorar!). Sim! ela é exigente e detalhista! Corrige e dá broncas quando necessário! É assim que uma mãe faz... Que bom por isso! cresci demais! Sem palavras para você Flavia Faissal! jamais te esquecerei! O mundo acadêmico precisa de muitas outras Flavias!!!

Agradeço aos professores da banca de defesa, Professor Doutor Décio Guimarães e Professora Doutora Rosemary Santos. Que banca potente! Orgulho imenso de carregar em meu trabalho nomes de tanta qualidade, que trouxeram valiosas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço aos colegas do Grupo de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Diferenças-GEDH pelo apoio, pela troca e pela torcida. Obrigada a cada um que faz parte desse tão querido grupo.

Agradeço aos participantes da pesquisa, Douglas Christian, Eliane de Bruim, Felipe Monteiro e Teresa Cristina, pessoas que trouxeram significativas contribuições ao meu trabalho. Agradeço também aos membros da Comissão de Acessibilidade, sobretudo ao Felipe Monteiro que com tanta generosidade me auxiliou com a audiodescrição do texto.

Por fim, agradeço aos meus! Meus amigos, minha família, meu lar. Obrigada aos meus familiares e amigos por cada palavra de apoio, incentivo, por compreender minha ausência em tantos momentos. Gratidão por tê-los!

(E aqui, as lágrimas ficam ainda mais intensas!)

Agradeço aos meus filhos, Bernardo e Ariane, meu coração fora do peito, por entenderem e ajudarem a mamãe quando eu me ausentei por tantas vezes, por esperarem a mamãe quando tinha que deixá-los mais tempo na casa da vovó e do vovô. Mesmo tão pequenos me ajudaram tanto, me ajudaram quando eu precisava estudar e me ajudaram em cada reunião

de orientação, quando ficavam quietinhos para a mamãe conversar com a professora. Tudo por vocês meus amores, vocês são a minha vida.

Agradeço ao meu amado, meu esposo Hariel, que me segurou com todo seu amor, entendeu minha ausência e suportou minhas crises, choros, reclamações e me ajudou de múltiplas formas. Obrigada por cuidar do nosso casamento, obrigada por ser rocha enquanto eu desmoronava, obrigada por ser abrigo e compreensão enquanto eu descontava toda a minha angústia e tensão em você, sempre em você. Espero poder retribuir tudo o que você fez e faz por mim. Minha conquista é sempre nossa! Te amo, amo muito!

Agradeço aos meus pais Ademar e Edilene e a minha irmã Débora, por serem minha base, meu suporte, tudo o que eu precisava e mais. Na verdade, tudo o que eu preciso, sempre encontro no amor e no apoio de vocês. Obrigada por cuidarem das crianças por tantas e tantas vezes para que eu pudesse estudar, obrigada pelas palavras de apoio, e principalmente por todo amor incondicional que vocês têm por mim! Eu só consegui concluir essa dissertação por causa da ajuda de vocês. Tenham certeza disso, sem vocês três eu não conseguiria! A melhor família é a minha! Eu amo vocês demais!

Agradeço a minha irmã Débora, sim, mais uma vez! Eu prometi um parágrafo só para ela e ela merece todos os parágrafos que existem. Ela é o meu bebê, mas foi minha irmã, amiga, conselheira, revisora, coorientadora e muito mais! Você não sabe o quanto foi fundamental nessa minha caminhada, por causa de você eu não me senti sozinha nesse processo de escrita acadêmica. Te amo com amor de mãe!

Sim, agradecimento longo, mas nem caberia aqui o que está dentro do meu peito, é um grito preso, muito choro e muitas lágrimas de alguém com tantas limitações que só terminou essa pesquisa, pois seguiu acompanhada das pessoas mais nobres e incríveis. Não mereço, mas agradeço infinitamente!

Muito obrigada!

RESUMO

CAVALCANTE, R. A. de S. Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis com pessoas com deficiência. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel e a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital, elaborados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, como suporte às pessoas com deficiência. Este trabalho está orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural, que dentre outros aspectos, compreende que o sujeito se constitui no entrelaçamento da estrutura biológica com a dimensão histórico-cultural, considerando a relação dialética entre o sujeito e o meio. O conceito principal da teoria histórico-cultural abordado neste trabalho é a mediação semiótica que acontece por meio de instrumentos e signos. Este trabalho investigou a construção da acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste por meio do acompanhamento do trabalho da Comissão de Acessibilidade deste evento, da sistematização dos dispositivos de acessibilidade digital elaborados por esta comissão e da realização de entrevistas com os participantes com deficiência da referida reunião. Para a análise dos dados construídos ao longo da pesquisa, problematizamos a acessibilidade digital enquanto um direito humano e a construção da acessibilidade no contexto da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste. Também analisamos a usabilidade dos dispositivos elaborados pela comissão de acessibilidade na busca por compreender se esta usabilidade auxiliou o processo de autonomia desses sujeitos. Considerando a acessibilidade digital enquanto um direito humano e tendo em vista o protagonismo das pessoas com deficiência, compreendemos que a ausência de ações para a construção de acessibilidade nos ambientes acadêmicos e científicos remotos contribui com a lógica da exclusão de direitos da pessoa com deficiência. Após a análise, apreendemos que a usabilidade dos dispositivos desenhados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste foi alcançada a contento, dentro das possibilidades de promoção de acessibilidade digital e por fim, concluímos que no diálogo sobre autonomia e participação social, na usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital para pessoas com deficiência, é necessário que haja acessibilidade atitudinal e escuta ativa às singularidades dessas pessoas, de modo que participem de ambientes e eventos remotos com autonomia e em igualdade de condições.

Palavras Chaves: Pessoas com Deficiência. Acessibilidade Digital. Direitos Humanos.

ABSTRACT

CAVALCANTE, R. A. de S. Digital accessibility as a human right: dialogues on the usability of accessible devices and strategies with people with disabilities. 2022.131f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This study aims to analyze the role and usability of digital accessibility devices, designed for the 14th Regional Meeting of ANPEd Southeast, as a support for people with disabilities. This work is guided by the theoretical-methodological assumptions of the historical-cultural theory, which, among other aspects, understands that the subject is constituted in the interweaving of the biological structure with the historical-cultural dimension, considering the dialectical relationship between the subject and the environment. The main concept of the cultural-historical theory addressed in this work is the semiotic mediation that takes place through instruments and signs. This work investigated the accessibility construction of the 14th ANPEd Southeast Regional Meeting by monitoring the work of the Accessibility Committee of this event, the systematization of digital accessibility devices prepared by this committee and conducting interviews with the participants with disabilities of the aforementioned meeting. For the analysis of data constructed throughout the research, we problematized digital accessibility as a human right and the construction of accessibility in the context of the 14th Regional Meeting of ANPEd Southeast. We also analyzed the usability of the devices developed by the accessibility committee in the quest to understand whether this usability helped the autonomy process of these subjects. Considering digital accessibility as a human right and bearing in mind the protagonism of people with disabilities, we understand that the absence of actions to build accessibility in remote academic and scientific environments contributes to the logic of excluding the rights of people with disabilities. After the analysis, we learned that the usability of the devices designed for the 14th Regional Meeting of the ANPEd Southeast was satisfactorily achieved, within the possibilities of promoting digital accessibility and finally, we concluded that in the dialogue about autonomy and social participation, in the usability of the devices of digital accessibility for people with disabilities, it is necessary to have attitudinal accessibility and active listening to the singularities of these people, so that they participate in remote environments and events with autonomy and on equal terms.

Keywords: People with Disabilities. Digital Accessibility. Human rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Arte da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.....	70
Figura 2- <i>Site</i> da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.....	72
Figura 3- Orientações de acessibilidade digital.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Trabalhos acadêmicos recuperados	36
Tabela 1- Dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade.	42
Tabela 3- Participantes da pesquisa.....	55
Tabela 4- Categorias de análise.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AIPD	Ano Internacional da Pessoa Deficiente
ANPEd	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizado
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CDPD	Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CEFET	Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
CNAIPD	Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficiente
CNPD	Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes
Corde	Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DA	Disciplina Aberta
DU	Desenho Universal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
GEDH	Grupo de Pesquisa em Educação, Desenvolvimento Humano e Diferenças
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MTA	Modelo de Tarefas de Acessibilidade
MEC	Ministério da Educação
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SAPED	Setor de Articulação Pedagógica
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SEESP	Secretaria de Educação Especial
TA	Tecnologia Assistiva
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

TILS	Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais
TILSP	Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
W3C	World Wide Web Consortium
WAI	Web Accessibility Initiative
WCAG	Web Content Accessibility Guidelines

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ACESSIBILIDADE DIGITAL ENQUANTO DIREITO HUMANO	23
1.1 A participação política das pessoas com deficiência na luta por seus direitos	24
1.1.1 Contextualização histórica da luta política por direitos da pessoa com deficiência	24
1.2 Problematizando os conceitos de deficiência e acessibilidade	32
1.2.1 A Deficiência em questão	32
1.2.2 A ideia de deficiência nos documentos normativos.....	36
1.2.3 Acessibilidade enquanto Direito Humano	38
1.3 Uma questão de direito: a Tecnologia Assistiva (TA) e os dispositivos de acessibilidade digital para a pessoa com deficiência.	40
1.4 Acessibilidade digital na Cibercultura	43
2 REVISÃO DE LITERATURA: O QUE AS PESQUISAS NOS DIZEM SOBRE ACESSIBILIDADE DIGITAL?	47
2.1 Conceitos, características e entraves na construção da acessibilidade digital mobilizados pelas pesquisas	49
2.2 Ferramentas de acessibilidade digital: acesso e usabilidade dos recursos	56
2.3 A relevância de diretrizes de acessibilidade W3C e dos validadores automáticos e manuais	59
2.4 Acessibilidade digital: uma análise sobre o que dizem as pesquisas encontradas	63
3 ACESSIBILIDADE DIGITAL NO CONTEXTO DA 14ª REUNIÃO DA ANPEd SUDESTE: O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO	65
3.1- Referencial teórico-metodológico da pesquisa	65
3.1.1 Principais conceitos da teoria histórico-cultural mobilizados na pesquisa	66

3.1.2 Características da pesquisa na teoria histórico-cultural	68
3.2- A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste	70
3.2.1 O campo da pesquisa: A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste	70
3.2.2 A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste	71
3.3 As estratégias e formas de aproximação com a problemática do estudo	74
3.3.2 Entrevistas com os participantes da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.....	80
3.3.4 Pré- análise: o processo da análise e da construção dos dados	84
4 ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS DE ACESSIBILIDADE DIGITAL COMO SUPORTE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	86
4.1 Análise dos dados construídos: a acessibilidade digital e suas possibilidades no contexto da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.....	87
4.2 A acessibilidade digital enquanto um direito humano	89
4.3 A acessibilidade digital no contexto da 14ª reunião regional da ANPEd Sudeste.....	100
4.4- Autonomia e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade pelas pessoas com deficiência	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
ANEXO I.....	123
ANEXO II.....	124
ANEXO III	124

INTRODUÇÃO

Certa vez eu ouvi que “para saber pra onde você vai, é necessário compreender de onde você vem”. Não sei se essa premissa é verdadeira, mas acredito que, para compreender os motivos que me levaram a pesquisar a temática da Educação Especial é importante saber como estes assuntos estão relacionados à minha essência, à minha história. Para tanto, início este trabalho com uma breve narrativa sobre meu percurso acadêmico, apresentando, em linhas gerais, os caminhos que me trouxeram a esta pesquisa.

Oriunda de uma realidade bastante difícil, encontrei na área da educação um caminho de transformação, não somente em minha vida, mas na vida de minha família. Ao falar de educação como mecanismo de transformação social recorro aos pressupostos de Paulo Freire (1967, p.112), que diz que "conhecer é interferir na realidade conhecida" e que traduz a educação crítica como uma prática de liberdade, considerando assim, a história do sujeito e sua relação com o mundo uma prática pedagógica que não pode ser neutra (FREIRE, 2001).

Toda minha história foi construída no município de Duque de Caxias, num bairro de periferia, no qual aprendi nas vivências cotidianas as dificuldades relacionadas à falta de acesso à cultura, ao lazer, à segurança alimentar, que conseqüentemente nos levava a uma falta de perspectiva de vida. Tenho lembranças de cenas comuns a quem vivência na pele os frutos das desigualdades sociais, como por exemplo, considerar normal a ideia de não ter as condições básicas de vida previstas na lei.

Em minha vida, pensar de forma crítica foi essencial para romper com a lógica da normalização dos processos de exclusão de direitos. Como nos fez refletir Paulo Freire (2001), ao tratar da educação numa perspectiva crítica, que, diante da realidade vivida, é possível pensar criticamente e modificar o ambiente em que somos colocados.

Desde a adolescência, uma paixão inexplicável pela Língua Brasileira de Sinais (Libras) já despertava meu interesse em pesquisar as vivências da pessoa com deficiência e já apontava que seguiria um caminho de estudos sobre a educação especial. Além disso, as experiências de desigualdades vividas, forjaram em mim um desejo de mudança dos sistemas que favoreciam a lógica das desigualdades. Então, aos poucos meu olhar foi direcionado para a luta pela igualdade de direitos da pessoa com deficiência.

Diante disso, percebi a área da educação como o lugar onde travaria as principais batalhas na busca por compreender os motivos que levam uma pessoa a sofrer por ser “diferente” e por não se sentir parte de um ambiente que deveria ser comum a todos. Com isso,

me tornei mais sensível às questões que envolviam as pessoas surdas e, por conseguinte, as pessoas com deficiência.

Em 2006 ingressei no curso de pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), que é um *campus* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em Duque de Caxias. Nesta instituição aprendi a relevância de meu papel enquanto educadora crítica que por experiência vivenciou uma mudança de condição de vida por meio do processo de escolarização. Esse conhecer, a todo momento interferia em minha trajetória enquanto pessoa, profissional e pesquisadora.

Logo após me formar, no ano de 2011, iniciei a minha carreira como profissional de educação ao ingressar no serviço público federal. Fazendo parte do quadro de servidores do Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)¹, no *campus* de Nova Iguaçu, onde atuo desde então como pedagoga no Setor de Articulação Pedagógica (SAPED/CEFET-NI).

Nesta mesma época, recém-formada e dando os primeiros passos como profissional, consegui uma vaga como aluna no curso de Libras do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Por meio do conhecimento adquirido neste curso, decidi trazer para meu campo de atuação profissional, reflexões sobre acesso e permanência de estudantes com deficiência em uma escola de educação tecnológica.

No Cefet, trabalho em um setor que é composto por uma equipe multidisciplinar com pedagogos e assistente social, que atende ao *campus* inteiro. Para além das inúmeras demandas de trabalho realizadas em meu setor diariamente, existe a possibilidade de desenvolver atividades que contemplem áreas importantes na instituição. Por isso, desenvolvi uma proposta de ações voltadas à temática da educação especial, já que no contexto do Cefet de Nova Iguaçu, este é um tema pouco abordado. Então, além de administrar as atividades cotidianas na SAPED, passei a estudar mais sobre a temática da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no intuito de desenvolver algum projeto para atender pessoas com deficiência daquela região e auxiliar os estudantes com deficiência que porventura tivessem o interesse em se matricular naquela escola.

A partir destes estudos, passei então a enxergar o Cefet, a instituição onde sempre trabalhei, sob outra ótica. Se antes eu sentia orgulho em fazer parte de uma instituição de renome, que trabalhava na criação de altas tecnologias para a sociedade, comecei a indagar

¹ O Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) é uma instituição federal de ensino, que contempla cursos de ensino médio e técnico bem como cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

sobre as condições de acesso e a refletir sobre a ausência de estudantes com deficiência nesta instituição. Percebi que o maior entrave estava no processo seletivo, pois nem todas as pessoas conseguiriam passar na seleção daquela “arena de conhecimentos”. Após um olhar mais atento para os processos que ocorriam na escola, diversos questionamentos surgiram: Por que nesta instituição não existem estudantes com deficiência? Onde será que eles “param” no processo seletivo? Será que existe possibilidade de ingressarem neste centro? E se ingressarem, será que conseguiriam permanecer na escola?

Angustiada por estes e tantos outros questionamentos, desenvolvi, em 2017, um projeto de extensão intitulado de “Cefet Inclusivo: propostas de inclusão para a pessoa com deficiência”, um projeto que busca auxiliar os servidores e alunos do Cefet de Nova Iguaçu a refletirem sobre acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência, além de trazer conceitos que auxiliem a pensar sobre educação especial de modo a construir naquela comunidade acadêmica um trabalho com enfoque mais direcionado às necessidades das pessoas com deficiência.

O projeto Cefet Inclusivo tem a finalidade de discutir a temática da educação especial sob a perspectiva inclusiva e se apoia em algumas propostas de trabalho, que incluem grupos de estudo, atividades de divulgação com docentes e alunos, e também a utilização dos recursos tecnológicos para a criação de Tecnologias Assistivas (TA).

O Cefet é uma instituição de educação tecnológica, e no campus de Nova Iguaçu há um empenho muito grande em fomentar o uso dos recursos humanos disponíveis para a criação de novas tecnologias para a atualidade. Assim, surgiu a ideia de abarcar no projeto de extensão, estudos sobre Tecnologia Assistiva (TA), cujo intuito a longo prazo seria incentivar a criação de artefatos de TA a partir dos recursos humanos e materiais já disponíveis nesta instituição.

A Tecnologia Assistiva é uma expressão relativamente nova que ainda continua em processo de construção e sistematização (GALVÃO FILHO, 2009), mas que tem sido muito utilizada quando se trata de promover autonomia e qualidade de vida para a pessoa com deficiência. Significa, em linhas gerais, todo e qualquer arsenal de recursos e serviços que auxiliam e ampliam as habilidades funcionais das pessoas com deficiência promovendo com isso uma vida mais independente e facilitando os processos de inclusão destes indivíduos (BERSCH; TONOLLI, 2006).

Na busca por trazer à existência um trabalho com enfoque na tecnologia assistiva como suporte à pessoa com deficiência, em meu projeto de extensão, dediquei-me a estudar sobre esta área do conhecimento e encontrei no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ,

o Mestrado em Educação que me traria bases teóricas e contribuiria com minha prática profissional.

Ingressei no curso de Mestrado no ano de 2020, sob a orientação da professora Doutora Flavia Faissal de Souza. Inserida no projeto de pesquisa “O estatuto da Tecnologia Assistiva nas políticas e práticas de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva”, enxerguei uma possibilidade de agregar conhecimentos que me constituem como profissional e como pesquisadora em temas como: Educação Especial, Políticas de Educação Inclusiva, Tecnologias Assistivas.

Após conhecer de perto as vivências num curso de mestrado, os caminhos foram redimensionados para uma vivência mais profunda. Tive acesso a diversas leituras que contribuíram para que eu pudesse construir um arcabouço teórico-metodológico mais consistente sobre assuntos referentes a educação especial sob a perspectiva inclusiva, que estão diretamente ligadas à linha de pesquisa do programa do qual sou vinculada, a saber, a linha Educação Inclusiva e Processos Educacionais.

Nesse contexto, os estudos realizados no Grupo de Pesquisa em Educação, Desenvolvimento Humano e Diferenças (GEDH/UERJ), facilitaram minha compreensão sobre o desenvolvimento humano por meio das leituras de L.S. Vigotski. Ao participar dos estudos sobre o autor, pude conhecer os pressupostos da teoria histórico-cultural que serão norteadores desta pesquisa. Os conceitos da teoria histórico-cultural neste trabalho trarão para a discussão a mediação semiótica e os instrumentos técnicos semióticos. Nesse contexto, os dispositivos de acessibilidade pesquisados atuam como instrumentos nas relações entre o sujeito e o meio.

O início do curso também foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus, um vírus desconhecido, que trouxe incertezas à toda população mundial, afetando nossa maneira de viver e agravando uma crise já existente, sobretudo na saúde e na economia (MAGALHÃES, 2020; SANTOS, 2020). O reflexo desta pandemia também foi sentido no contexto educacional onde as práticas foram modificadas e as atividades que antes eram realizadas de forma presencial foram substituídas pelo formato remoto, que possibilitou a continuidade das atividades acadêmicas (MORGADO; SOUSA; PACHECO, 2020).

Diante disso, os rumos do projeto inicial foram modificados e meu objeto de estudo foi redimensionado. A pesquisa que inicialmente seria realizada no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em escolas localizadas no município de Nova Iguaçu foi modificada para a pesquisa sobre acessibilidade digital no contexto da 14ª Reunião Regional

da ANPEd Sudeste, dada a impossibilidade de pesquisar dentro das escolas, já que as atividades presenciais foram suspensas por tempo indeterminado.

Surgiu então, a oportunidade de pesquisar sobre a acessibilidade nos dispositivos que envolvem as atividades virtuais, que além de ser um tema relevante, em virtude das novas formas de se relacionar a partir dos avanços tecnológicos, é importante para compreender como as pessoas com deficiências tem vivenciado esta nova cultura dos tempos atuais.

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) é uma entidade sem fins lucrativos que está diretamente ligada a duas áreas: a pós-graduação e a produção e disseminação do conhecimento (FERRARO, 2005). Agrega professores e estudantes vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação e demais pesquisadores da área e tem como finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura cujo objetivo é fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação.

Na ANPEd, acontecem as reuniões científicas que podem ser nacionais ou regionais. Neste caso, minha pesquisa se contextualiza na 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, que também é conhecida como Anpedinha Sudeste. É um evento de grande porte, que ocorre a cada biênio e reúne pesquisadores de toda a região sudeste configurando-se como um grande encontro de desenvolvimento de ideias e construção de conhecimento, reunindo grandes pesquisadores da educação. No ano de 2020, de modo inédito e em virtude da pandemia da Covid-19, a Reunião Regional Sudeste foi organizada para acontecer de maneira totalmente remota.

A pandemia também contribuiu para que os espaços construídos virtualmente fossem legitimados como um novo modo de vida em sociedade. Nesse quadro, a cibercultura ganha mais destaque nas discussões atuais e os ciberespaços se consolidam nessa nova cultura, que se estabelece nas redes (CASTELS, 1999). Diante disso, cabe investigar o lugar das pessoas com deficiência nesse contexto.

Para a realização deste trabalho, existem alguns conceitos importantes a serem definidos como por exemplo, a cibercultura, que em linhas gerais significa uma nova cultura vivenciada na sociedade de redes, onde a interface se dá por intermédio do computador e da internet, ou seja, uma forma de se comunicar e estabelecer relações, à medida em que os ciberespaços crescem (LEVY, 1999; SANTAELLA, 2010).

Outro conceito abordado nesta pesquisa é a acessibilidade que nesta pesquisa será discutida pelo viés da igualdade de condições e de direitos previstos em lei. De acordo com a

lei 13.146 /15 (LBI) a equidade está circunscrita na ideia de que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Compreendendo que a acessibilidade envolve tanto aspectos do espaço físico como do espaço digital, este trabalho delineará os conceitos acessibilidade e acessibilidade digital. Nesse contexto, acessibilidade pode ser conceituada, seguindo o que diz na LBI, como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de: espaços, mobiliários, serviços, além de informação e comunicação entre outros meios referente a uma vida plena (BRASIL, 2015) e a acessibilidade digital que, embora não haja uma definição clara sobre este termo, pode ser compreendida como um conceito ligado ao acesso a dispositivos, ambientes virtuais e sistemas operacionais, que podem ser acessados por qualquer usuário independente de sua condição física, motora, visual, etc. (SONZA, 2008).

Posto isto, o presente estudo tem como o objetivo analisar o papel e a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital, elaborados para a 14^a Reunião Regional da ANPEd Sudeste, como suporte às pessoas com deficiência para participação nos espaços virtuais de forma equitativa.

Sendo os objetivos específicos:

1. Mapear e descrever as características e funcionalidades dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados e utilizados para a 14^a Reunião Regional da ANPEd Sudeste.
2. Analisar a usabilidade dos dispositivos desenhados pela Comissão de Acessibilidade a partir da vivência das pessoas com deficiência inscritas no evento, considerando o contexto da pandemia da Covid-19.

Para atender aos objetivos propostos e trazer elementos que contribuam com as discussões abordadas nesta dissertação, acompanhei o trabalho da Comissão de Acessibilidade da 14^a Reunião Regional ANPEd Sudeste cuja principal atuação foi planejar e construir estratégias digitais remotas acessíveis para que as pessoas com deficiência pudessem participar de todas as atividades do evento em igualdade de condições. Para tal, foram analisados os dispositivos desenvolvidos para a acessibilidade digital do referido evento, a saber: *site*, manuais de acessibilidade, recursos de audiodescrição, Interpretação de Libras, modelo para a apresentação oral, etc.

Além disso, a fim de analisar a usabilidade destes dispositivos e estratégias, foram entrevistadas quatro pessoas com deficiência que participaram da reunião. Dentre os entrevistados, estão: dois participantes que apresentaram trabalho, um integrante da Comissão

de Acessibilidade e um participante que apresentou trabalho e também participou como consultor de audiodescrição na Comissão de Acessibilidade. As entrevistas realizadas com estes sujeitos nos auxiliaram na compreensão sobre os desafios e possibilidades enfrentados por todos os envolvidos na 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste na produção e uso dos dispositivos de acessibilidade digital e a acessibilidade do referido evento.

Essa dissertação é orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural, que dentre outros aspectos compreende que o sujeito se constitui no entrelaçamento da estrutura biológica com a dimensão histórico-cultural, considerando a relação dialética entre o sujeito e o meio. Ainda, este trabalho traz o conceito de mediação semiótica, que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros homens por meio dos instrumentos criados pelos homens e dos signos que regula as ações sobre o psiquismo humano. (VIGOSTKI, 2001). Dessa forma, pretendemos discorrer sobre como se dá a relação do indivíduo com o mundo por meio da mediação feita pelos instrumentos técnicos-semióticos que serão abordados ao longo deste trabalho.

A pesquisa, será norteada pelos princípios postulados na teoria histórico-cultural, em que abordaremos alguns conceitos centrais desta teoria, a saber: a mediação semiótica, a relação do sujeito com o meio, e a relação do biológico com o cultural (VIGOSTKI, 1997). Também nos valeremos dos estudos de Pino (2003), Freitas (2002), Zanella et. al, (2007), Smolka et al (2021) para compreender os princípios explicativos de Vigotski, sobretudo no que se refere aos conceitos trazidos no texto e às características da pesquisa qualitativa na teoria histórico-cultural.

Para falar sobre tecnologia e cibercultura recorreremos aos autores Levy (1999), Castells (1999), Santos (2010), Santos (2011) Santaella (2010), Lemos (2004). Sobre acessibilidade digital e Direitos Humanos, destacaremos os autores Sonza (2008) Silva (2018), Galvão Filho (2013), Souza (2013), e sobre os estudos sobre deficiência, capacitismo e acessibilidade lançaremos mão dos escritos de Diniz (2007), Souza (2013), Maior (2018), Lanna Junior (2010) Sasaki (2007), Guimarães (2020) e Gavério (2017)

Esta pesquisa se justifica pela urgência em investigar como tem ocorrido o acesso e a usabilidade aos ambientes digitais por parte das pessoas com deficiência. Considerando o fato de que todos devem participar da vida em sociedade em igualdade de condições, é importante saber se existem ferramentas que viabilizem a participação de todos os usuários de maneira equânime e se os recursos disponíveis de acessibilidade atendem as necessidades de cada indivíduo.

Se faz necessário compreender quais as possibilidades para que as pessoas com deficiência possam vivenciar a sociedade nos ambientes virtuais de maneira autônoma e livre de barreiras, sobretudo neste contexto onde as atividades remotas surgem como possibilidade para a manutenção das atividades que antes eram realizadas presencialmente.

Este trabalho visa ainda contribuir com a comunidade acadêmica e científica ao pesquisar e sistematizar dispositivos de acessibilidade digital com a finalidade de construir um arcabouço teórico que podem auxiliar na compreensão do quão importante é promover acesso, qualidade de vida e autonomia para que a pessoa com deficiência usufrua das mesmas oportunidades em igualdade de condições.

Além disso, esta pesquisa pode contribuir com trabalhos no campo educacional, uma vez que todo o arsenal de recursos e materiais abordados aqui podem ser utilizados nas instituições escolares e adaptados de acordo com cada proposta pedagógica.

Por fim, a proposta é que a dissertação final esteja organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo será feita a conceituação teórica e as discussões sobre os assuntos implicados neste trabalho. No segundo capítulo, será feita a revisão da literatura, que abarcam discussões feitas a partir de um levantamento dos trabalhos relacionados ao tema, no terceiro capítulo será realizada a construção metodológica e no quarto capítulo a análise dos dados construídos para que após as análises seja possível compreender se as questões levantadas nessa pesquisa foram respondidas.

1 ACESSIBILIDADE DIGITAL ENQUANTO DIREITO HUMANO

Neste capítulo abordo alguns conceitos sobre acessibilidade digital, relacionando-os ao contexto da cibercultura e dialogando sobre os direitos da pessoa com deficiência ao acesso aos espaços virtuais.

O texto deste capítulo traz uma breve descrição sobre os movimentos históricos de luta política pelos direitos das pessoas com deficiência, como um importante fator que impulsionou a conquista de direitos das pessoas com deficiência. Nesse quadro, tratamos do contraditório papel da Organização das Nações Unidas (ONU) neste processo, cujos tratados internacionais, de certa forma, alavancaram os debates no Brasil.

Embora ainda se tenha um caminho a percorrer muitos foram os avanços legislativos e políticos alcançados nas últimas décadas. Dentre estes, podemos citar a construção da Constituição Federal de 1988, a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade para a pessoa com deficiência, o Decreto 5.296/2004 que além de regulamentar as leis 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Temos o Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009 que promulga, com equivalência de ementa constitucional, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei 13.146/2015 que promulga a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). (BRASIL, 2000; BRASIL 2004; BRASIL 2009; BRASIL, 2015)

Os referidos documentos se configuram como importantes marcos legais no campo dos direitos humanos concernentes à pessoa com deficiência e foram abordados nesta pesquisa com o intuito de dialogar sobre igualdade de direitos e condições de acesso nos tempos de cibercultura (GUIMARÃES, AZEVEDO, ANDRÉ, 2016; MAIOR, 2018).

Ainda nesta etapa do texto, trazemos uma reflexão sobre o acesso aos meios digitais de comunicação e informação, com o intuito de apontar a relevância dos avanços tecnológicos na construção da acessibilidade, mas também problematizamos que os ambientes construídos na cibercultura, devem ser vivenciados sob condições equitativas, em que a diversidade que constitui o ser humano seja valorizada.

Partindo da compreensão que o ambiente digital deve ser acessível a todos e que a pessoa com deficiência deve usufruir desse espaço em igualdade de condições, este capítulo finaliza trazendo de maneira sistemática os dispositivos de acessibilidade digital que podem ser utilizados para dar uma maior autonomia e independência a estes usuários.

1.1 A participação política das pessoas com deficiência na luta por seus direitos

Elaborar conceitos sobre a deficiência, considerando as diferenças e as singularidades que constituem o humano, não é simples. Por envolver aspectos individuais, particulares e peculiares de cada sujeito, se torna ainda mais difícil discorrer sobre este assunto. No entanto, hoje já existe uma estrutura composta por pesquisas e estudos que possibilitam um maior entendimento sobre esta questão.

1.1.1- Contextualização histórica da luta política por direitos da pessoa com deficiência

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência tiveram sua vida marcada por ausência de direitos e numa estrutura social opressora, a história denuncia um passado de esquecimento, mortes em praças públicas, internações em manicômios e hospitais. A marginalização dos indivíduos, por habitarem em corpos com deficiência fez com que as pessoas tivessem privados seus direitos de serem livres, de pensarem e, em alguns casos, até de viverem. Perante este passado de opressão, que perdurou por diversos anos na trajetória da pessoa com deficiência, e que ainda perdura nos dias de hoje, foi sendo construído um movimento de luta política no qual as pessoas com deficiência começaram a se mobilizar para defender seus interesses e se organizar politicamente (LANNA JUNIOR, 2010, MAIOR, 2018).

É importante contextualizar essa história da luta política das pessoas com deficiência e destacar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) que, pautada em princípios liberais, em seu sistema produz documentos que divulgam ideias e induzem, em negociação com os países-membros, a construção de ações e programas que dizem respeito à pessoa com deficiência, sobretudo no campo nas políticas sociais de enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas (SOUZA, 2013).

Desde o seu início, a ONU, de forma contraditória e em defesa da manutenção das políticas liberais, tem aprofundado os debates no campo dos direitos humanos e com isso, outros documentos protetivos foram construídos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948), já no período pós-guerras, foi um desses documentos importantes que trouxe em seu escopo discussões sobre os direitos iguais e inalienáveis, tendo como pilar, os fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo. A partir da concepção de que todos seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, foram suscitadas discussões que

envolviam a igualdade de direitos das pessoas com deficiência (LANNA JUNIOR, 2010; MAIOR, 2018).

Da história, Maior (2018) afirma que no Brasil, os avanços na luta pelos direitos das pessoas com deficiência foram marcados por duas fases distintas: num primeiro momento, o envolvimento de famílias e profissionais de saúde ligados ao atendimento em instituições especializadas, e, posteriormente as próprias pessoas com deficiência passaram a participar ativamente da luta por seus direitos.

A partir da década de 1970, começou a tomar forma o movimento político das pessoas com deficiência cujas organizações eram estruturadas sob a direção e composição das próprias pessoas com deficiência. O que viabilizava um maior protagonismo em suas próprias lutas e se contrapunha ao modelo assistencialista que era vivenciado na época (MAIOR, 2017; SOUZA; PLETSCHE; BATISTA, 2019; SOUZA, 2021).

Com o enfraquecimento da ditadura cívico-militar, o país vivia um momento de redemocratização política. Os movimentos sociais, que outrora eram silenciados, ressurgiram com força política. Nesse contexto, vários setores da sociedade se mobilizaram, no chamado Grito dos Excluídos, na busca de uma participação efetiva na sociedade: negros, mulheres, índios, trabalhadores, e, também, as pessoas com deficiência (LANNA JUNIOR, 2010).

Esse movimento crescente de reivindicação de direitos, aos poucos foi tomando forma e assim começou a se organizar o movimento político das pessoas com deficiência, por meio das *organizações de pessoas com deficiência*², que se mobilizava de modo a ocuparem o lugar de agentes políticos no exercício da cidadania (LANNA JUNIOR, 2010; SOUZA 2013).

A participação das pessoas com deficiência nos movimentos sociais reverberou nos processos de elaboração dos documentos legais do país e contribuiu para o fim da tutela pelas instituições e por suas famílias de modo com que pudessem assumir o “protagonismo de suas vidas” e cobrar do Estado sua responsabilidade (MAIOR, 2017).

Dessa forma o movimento social, por meio das associações criadas e geridas pelas próprias pessoas com deficiência, que buscava vencer “a discriminação, a desvalorização e a falta de atenção por parte dos governos”, seguia ganhando força:

O associativismo [...] foi uma etapa no caminho de organização das pessoas com deficiência, antes restritas à caridade e a políticas de assistência, em direção às conquistas no universo da política e da luta por seus direitos. Esse processo de associações criou o ambiente para a formalização da consciência que resultaria no

² As organizações de pessoas com deficiência, eram diversas entidades compostas e dirigidas por pessoas com deficiência que tinham como propósito de buscar o protagonismo e a autonomia e a luta pela cidadania. (LANNA JUNIOR, 2010)

“movimento político das pessoas com deficiência” na década de 1970. Nessa época, surgiram as primeiras organizações compostas e dirigidas por pessoas com deficiência contrapondo-se às associações que prestavam serviços a este público (MAIOR, 2017)

Retornando ao contexto global, outros documentos, programas e ações elaborados no sistema ONU potencializaram discussões e contribuíram para avanços na luta pelos direitos da pessoa com deficiência. Dentre eles, também vale destacar a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes assinada em 1975 (ONU, 1975), cujo intuito era a construção de uma base comum de referência para a proteção dos direitos da pessoa com deficiência. Esta declaração, também demonstra sua importante relevância quando traz o termo “pessoa” como um sinal de identidade, ao ressaltar a igualdade de direitos e a participação das organizações de pessoas com deficiência (MAIOR, 2017).

E nesse contexto de participação mais efetiva, no Brasil, em termos constitucionais já se desenhava, ainda que de maneira tímida, uma referência aos direitos das pessoas com deficiência: a Emenda Constitucional nº 12, de 1978, conhecida como “Emenda Thales Ramalho” que foi resultado das manifestações do movimento político das pessoas com deficiência e que trazia em seu escopo temas que são motivo de luta até os dias de hoje no Brasil e no mundo (SOUZA, 2013). Essa Emenda define em seu artigo único que:

É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I – educação especial e gratuita; II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III- proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos (BRASIL,1978).

Nessa mesma época, apenas dois anos antes, em sua trigésima Assembleia Geral, a ONU proclamou oficialmente, o ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), com o lema “igualdade e plena participação”. No Brasil foi formada a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficiente (CNAIPD³) que teve como principal objetivo apoiar e desenvolver ações relacionadas aos objetivos estabelecidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (LANNA JUNIOR, 2010; MAIOR, 2018).

Vale ressaltar que, no período que antecedia o ano de 1981, houve uma mobilização nacional para discutir a organização das atividades que seriam desenvolvidas nesta

³ A CNAIPD, foi instituída no Brasil pelos Decretos nº 84.919 e nº 85.123, respectivamente, de 15 de julho e 10 de setembro de 1980. Instituída no Ministério da Educação e Cultura.

comemoração, o que trouxe uma maior visibilidade às pessoas com deficiência sendo assim um marco em sua trajetória de luta. Este foi um período muito importante, sobretudo pela notória participação das pessoas com deficiência nas ações comemorativas a este evento internacional (LANNA JUNIOR 2010; MAIOR, 2018).

Dentre os objetivos propostos para este ano constavam: conscientizar a sociedade e incentivar a organização das pessoas com deficiência. Esse movimento se desdobrou em atividades que aconteciam no mundo inteiro, com o objetivo de preparar o evento que aconteceria em 1981 (MAIOR, 2018).

Quanto aos desdobramentos ocorridos durante o AIPD:

Pode-se afirmar que o AIPD cumpriu o objetivo desejado pela ONU. No Brasil, as pessoas com deficiência ganharam destaque. Suas reivindicações por direitos e suas mobilizações se fizeram notar como nunca antes havia acontecido. Essa foi a contribuição do AIPD: a visibilidade. A ONU procurou dar continuidade a esse processo com a promulgação da Carta dos Anos 80, que apontava ações prioritárias e metas para a década de 1980 que possibilitassem às pessoas com deficiência integrar e participar da sociedade, com acesso à educação e ao mercado de trabalho (LANNA JUNIOR, 2010)

Para os ativistas, no Brasil, esta década representou um divisor de águas na luta política da pessoa com deficiência no sentido de buscar maior autonomia e políticas públicas sociais. De acordo com Figueira (2008) foi a partir de 1981, após o AIPD que as pessoas com deficiência passaram a se organizar politicamente. Nesse sentido, Figueira (2008, p 119) afirma que: “boa ou má, a situação das pessoas com deficiência começou a ser divulgada a partir de 1981. Inclusive, elas mesmas começaram a tomar consciência de si como cidadãs, passando a se organizar em grupos ou associações”.

Jannuzzi (2004) salienta que esse movimento já ocorria desde a década de 1950 em que as próprias pessoas com deficiência começaram a se organizar, procurando participar de discussões em torno de seus problemas. Já Sasaki (2007) também faz um apontamento, considerando que a participação da pessoa com deficiência, teve a sua semente plantada na década de 1960, mas foi germinada a partir de 1981 em virtude do AIPD. Segundo o autor a semente consistia na ideia de que as pessoas com deficiência poderiam ser participantes, ou seja, geradoras de bens ou serviços, e não apenas receptoras, como sempre foi o pensamento segundo a ótica tutelar.

Portanto, mesmo que esse crescente movimento de organização já tivesse registros históricos algumas décadas antes, consideramos os anos 70 e 80 como fundamentais para o fortalecimento da luta política da pessoa com deficiência. Nesse contexto, a participação efetiva

das organizações de pessoas com deficiência reverberou no processo de construção da Constituição Federal promulgada no ano 1988. A Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), no processo de redemocratização do nosso país, já envolvida por esse sentimento advindo dos movimentos sociais, teve como característica ser a mais democrática da história do país, visto que abriu possibilidades de participação popular (LANNA JUNIOR, 2010).

Então, as discussões referentes aos capítulos das Constituição Federal de 1988, contaram com a contribuição dos ativistas dos movimentos políticos das pessoas com deficiência de modo que não se pensassem em uma cidadania separada para a pessoas com deficiência, mas que constasse no referido documento aspectos referentes à participação plena e coletiva dessas pessoas. Assim, seus direitos foram inseridos de forma transversal em alguns capítulos do documento nacional (MAIOR, 2017).

De fato, a Constituição Federal de 1988 trouxe significativos avanços para a pessoa com deficiência, no que tange às questões sociais, de direitos e de cidadania. No entanto, mesmo que com ela direitos básicos e essenciais para as pessoas com deficiência tenham sido normatizados, ainda se mantinham ideias de caráter assistencialista que já estavam arraigados na sociedade e isso sinalizava que ainda haviam questões importantes a serem modificadas (MAIOR, 2017).

Então, até o final da década de 1980 não haviam ações abrangentes e articuladas por parte do Estado brasileiro em relação às pessoas com deficiência, o que ocorriam eram iniciativas esporádicas, isoladas e sem continuidade. Nesse contexto, é importante mencionar a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituída pela Lei de nº 7.853 de 1989, que segundo Maior (2015) foi a primeira lei abrangente sobre a pessoa com deficiência e representou um passo importante na ação governamental voltada para os direitos da pessoa com deficiência, No entanto, esta lei só foi regulamentada dez anos mais tarde, pelo Decreto nº 3298/99.

Este documento estabeleceu normas gerais que buscavam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, trazendo diretrizes para o funcionamento da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde⁴) e a instituindo como o órgão responsável por elaborar os planos, programas e projetos de execução na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora

⁴ A Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) é um órgão de coordenação interministerial, criando em 1986 e ligado à Presidência da República ou à Casa Civil, que fosse responsável por articular as políticas para a pessoa com deficiência entre as várias áreas do Governo Federal (LANNA JUNIOR, 2010)

de Deficiência, além de propor as providências necessárias para sua implantação e desenvolvimento (BRASIL, 1989; LANNA JUNIOR, 2010; MAIOR, 2018).

A partir dos anos 1990 já houve uma abertura maior aos debates políticos, quando a atenção aos direitos das pessoas com deficiência tomou maior impulso, no qual organizações no Brasil e no mundo assumiram um compromisso na luta política pelos direitos das pessoas com deficiência. Importantes ações afirmativas⁵ foram criadas em diversos setores, como na saúde, educação, assistência social e outros. Muitas dessas políticas foram criadas com base nas declarações firmadas no contexto da ONU, como por exemplo, as Normas de Equiparação de Oportunidades para a Pessoa com Deficiência (1993) e a Declaração de Salamanca (1994) (LANNA JUNIOR, 2010; BRASIL, 2009).

Dentre essas ações é possível citar também legislações de acesso ao trabalho, como a Lei 8.231/91 que destina um percentual de 2 a 5% dos cargos nas empresas com 100 ou mais empregados para beneficiários reabilitados e pessoas com deficiência habilitadas profissionalmente. Do setor de assistência social, a criação da Lei nº 8.742/93 que regulamenta ações relativas ao atendimento de habilitação e reabilitação e ao benefício assistencial destinado às pessoas que tenham deficiência severa a ponto de incapacitá-las para a vida independente e para o trabalho. Além das políticas no âmbito da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/96 que aponta a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, favorecendo o desenvolvimento dos estudantes com deficiência (MAIOR, 2015; GUEDES; BARBOSA, 2020, BRASIL 2009).

Com o passar do tempo, o país foi abarcando em seu sistema protetivo uma maior quantidade de leis e isso se configura como um avanço, uma vez que as especificidades de cada documento jurídico abrangem um público maior na consolidação dos direitos da pessoa com deficiência. A acessibilidade, por exemplo, é retratada nas Leis 10.048 e 10.098/2000 e no Decreto 5296/2004, que apontam para a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e traz normas com um enfoque na construção da acessibilidade. Maior (2017) menciona que esse decreto é o mais conhecido entre as pessoas com deficiência porque disciplina as condições que afetam diretamente sua vida cotidiana. O decreto trata da

⁵ As ações afirmativas, podem ser compreendidas como políticas compensatórias e medidas concretas que tornam viável o direito à igualdade e a pluralidade social. Pautadas no respeito à diferença e à diversidade essas ações são adotadas com a finalidade de reparar as condições resultantes de um passado de discriminação a grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, e outros grupos sociais (PIOVESAN, 2005).

acessibilidade de maneira ampla: moradias, bens culturais imóveis, acesso aos espaços públicos e edificações e outros.

Além disso, a legislação propõe a acessibilidade na comunicação e informação, telefonia fixa e móvel, legendas, janela com intérprete de Libras, audiodescrição de imagens para cegos na televisão, no cinema, no teatro, em campanhas publicitárias e políticas; *sites* acessíveis e tecnologia assistiva (BRASIL, 2000).

Portanto, foi sendo construindo paulatinamente um arcabouço legal pavimentava um caminho viável para a cidadania das pessoas com deficiência. Podemos citar então, a Lei 10.436/2002 que é específica para a pessoa surda e instituiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o Decreto 5626/2005 que define a educação bilíngue, a formação de tradutores e intérpretes de Libras, a Lei 11.126/2005 e o Decreto 5904/2006, em que pessoas cegas e com baixa-visão podem ingressar e permanecer com o cão-guia em ambientes e transportes coletivos, em lugar preferencial demarcado (MAIOR, 2017).

Nesse caminho de luta política da pessoa com deficiência, um importante movimento foi a construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) depositada em 2006, que foi resultado do maior protagonismo da pessoa com deficiência. Vale ressaltar que o documento final foi o primeiro tratado internacional a contar com mais força da voz dos movimentos sociais em sua fase de elaboração. A CDPD é considerada um marco para os Direitos Humanos e para o público a qual esse documento se destina. Sob o lema “Nada sobre nós, sem nós”, este documento apresenta medidas a serem adotadas pela sociedade e pelos governos, em que partilham a mesma responsabilidade, com a finalidade de promover justiça social oriunda da equiparação de oportunidades (MAIOR, 2017).

Este lema “Nada sobre nós, sem nós”, que foi construído no cenário internacional, se tornou uma bandeira, e está fundamentado como um conceito de participação plena das pessoas com deficiência e ainda hoje está presente como um lema dos movimentos políticos das pessoas com deficiência no mundo, significando que nada que seja referente à pessoa com deficiência deve ser decidida sem a plena participação destas pessoas (SASSAKI, 2007; SOUZA, 2013).

No Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada com base no § 3º do artigo 5º da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, se tornando um marco constitucional. O Decreto Legislativo 186/2008 (BRASIL, 2008) ratificou-a e o Decreto 6.949/2009 promulgou a Convenção para efeitos internos (MAIOR, 2017).

A referida Convenção tem como propósito: “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência” e como princípio: “o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas, a acessibilidade, a igualdade de oportunidades”, dentre outras questões que levam a pessoa com deficiência para um lugar de dignidade e respeito à diversidade (BRASIL, 2009).

No cenário brasileiro, outras legislações foram importantes para o movimento político das pessoas com deficiência e que traduziram em normas as necessidades de proteção às especificidades de diversos públicos no escopo deste grupo social. Temos a Lei nº 12.764 de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que para efeitos legais considera o indivíduo que está dentro do espectro autista na condição de pessoa com deficiência.

Dentre outras legislações específicas, destacamos a Lei 13.146/2015 que é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social (BRASIL, 2015). Essa lei avança na cidadania por consolidar de forma amplas aspectos relacionados à acessibilidade e diversos aspectos inerente às condições de vida das pessoas com deficiência.

Nesse contexto histórico de luta e de participação política tendo como resultado um constructo legal para proteção dos direitos da pessoa com deficiência, não se pode deixar de falar da importância em manter as mobilizações para que se continue a avançar. Como afirma Maior (2017):

A liberdade de expressão do movimento da sociedade civil é indispensável para a manutenção das conquistas alcançadas. Percebe-se que a mobilização permanente das pessoas com deficiência serve de base para existirem medidas de equiparação de oportunidades implementadas pelos governos e pela própria sociedade (MAIOR, 2017).

Ao longo da história da pessoa com deficiência os avanços no Brasil, foram se consolidando, ainda que lentamente, uma vez que o apagamento histórico desse público se mostra evidente a partir das leituras feitas até aqui. Esta trajetória histórica das disputas políticas das pessoas com deficiência sinaliza um fortalecimento por meio das incansáveis lutas que se deram ao longo dos anos e os estudos sobre a deficiência tem se consolidado gradativamente, de modo a favorecer não somente a luta por direitos da pessoa com deficiência, mas também o

fortalecimento do movimento de político desses sujeitos (GUEDES; BARBOSA, 2020, MAIOR, 2017).

Sendo assim, é importante problematizar e definir conceitos sobre deficiência, acessibilidade e capacitismo, visto que a compreensão desses elementos é relevante para o aprofundamento do que está proposto nesta pesquisa.

1.2. Problematizando os conceitos de deficiência e acessibilidade

1.2.1 A Deficiência em questão

As pessoas com deficiência ainda lutam para ter seus direitos respeitados e ainda sofrem cotidianamente, não por ser pessoa com deficiência, mas por vivenciar em seu dia-a-dia lógicas de exclusão e capacitismo. Até os dias de hoje, a deficiência ainda é compreendida como um fenômeno do corpo, onde as limitações funcionais são o que definem a capacidade e produtividade do indivíduo, sem considerar o ambiente e as desigualdades e barreiras enfrentadas por essas pessoas (FRANÇA, 2013).

Não há como falar sobre acessibilidade física ou digital, sem antes problematizar os conceitos de deficiência. Nesse sentido é importante que se aborde politicamente a deficiência, considerando todos os seus aspectos históricos e sociais. Durante um bom tempo, a deficiência era considerada pelo viés da incapacidade funcional e a diversidade humana era motivo de exclusão e formas de segregação das pessoas com deficiência, que eram vistas como incapazes ou pessoas doentes (MAIOR, 2017).

Ao longo da história, o tratamento dado às pessoas com deficiência tinha um enfoque caritativo, assistencialista, pautado na ideia de reabilitação de “corpos deficientes”, nesse caso:

A descrição estritamente biológica do que seria o corpo deficiente conecta-se à visão médica e anatômica de um organismo morfofuncional determinado e reconhecível sob o olhar objetivo do saber biomédico. Para essa maneira de pensar deficiência, o corpo deficiente é aquele que possui uma lesão, um déficit, perante uma norma estabelecida, seja efeito de variadas naturezas e causas. O corpo, então, é receptáculo da deficiência, de um atributo, congênito ou adquirido, defeituoso que o impede de funcionar e comportar-se de acordo com o considerado ‘normal’ do corpo humano (GAVÉRIO, 2017, p.104)

Este pensamento está alinhado com o modelo médico, que interpreta a causa da deficiência como uma incapacidade que pode ser resolvida mediante a um tratamento de reabilitação. Este modelo, de caráter integrativo, visava a integração social e a normalização

das pessoas com deficiência de modo que atendessem aos padrões de desempenho suscitados na sociedade (MAIOR, 2017).

O modelo médico ou biomédico pode ser explicado como a compreensão sobre a deficiência por meio de um enfoque biológico, onde os corpos com impedimentos devem ser objeto de intervenção dos saberes biomédicos. Este modelo aponta a deficiência como uma questão orgânica, biológica, que faz com que o indivíduo esteja num lugar de desvantagem social e para sanar esta dificuldade seria necessário realizar intervenções para um melhor funcionamento deste corpo (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Gavério (2017, p. 104) sinaliza que no modelo médico, pensar em deficiência é enxergar que “o corpo deficiente” é aquele que possui uma lesão, um déficit, perante uma norma estabelecida. Sendo assim, se o corpo não funciona dentro do que a sociedade estabelece como “normal”, há a necessidade de reparo, reabilitação e conseqüentemente segregação e opressão social.

Embora não haja uma marcação temporal, visto que os modelos explicativos de deficiência são construções histórico-culturais e coexistem na nossa sociedade. Atualmente, a partir dos estudos sobre deficiência e da construção das ideias do modelo social de deficiência, começou um movimento de ruptura de uma prática assistencialista e tutelar que acompanhavam as ações voltadas à pessoa com deficiência até então (MAIOR, 2018).

Maior (2017), nos aponta que a deficiência é um conceito de caráter multidimensional e a define como uma construção social, portanto, para que a pessoa com deficiência se envolva na vida comunitária é necessário que a sociedade assuma a responsabilidade nos processos de igualdade e de equidade. Isto posto, concordo com Mello e Nuemberg (2012) quando concebem o fenômeno da deficiência como:

Um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Nesse sentido, a deficiência consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social (MELLO; NUEMBERG, 2012, p. 639)

No modelo social a deficiência não está limitada ao atributo biológico, visto que esta é assumida a partir da interação entre a pessoa e o meio. Por essa ótica, podemos compreender a deficiência como uma manifestação da diversidade humana, em que um corpo que possui algum

impedimento seja de ordem física, sensorial, motora, intelectual, vivencia estes impedimentos em seu cotidiano. No entanto as barreiras sociais, ao ignorar os impedimentos desses corpos fomentam a desigualdade, ou seja, a opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades que ignoram e desvalorizam a diversidade humana (MAIOR, 2018; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Nesse caso, o modelo social retira radicalmente a causalidade da deficiência das características inerentes ao corpo do indivíduo e pressupõe que a deficiência é o fruto de uma organização social opressiva sobre os corpos lesionados, que os configura como deficientes. Ou seja, é importante que se considere outros aspectos além da questão funcional do corpo (GAVÉRIO, 2017).

Em linhas gerais, podemos diferenciar o modelo médico do modelo social da deficiência da seguinte maneira: no modelo médico a centralidade está no indivíduo, sua desvantagem está em seu corpo lesionado, e por isso precisa de reabilitação e, nesse caso, a sociedade não precisa se adequar. Já no modelo social a causa da deficiência está na estrutura social, ou seja, a deficiência está na sociedade que não está pronta a se modificar para receber este indivíduo (DINIZ, 2003).

Como um contraponto ao modelo médico da deficiência, em diálogo com as ideias do modelo social, foi sendo construído um movimento importante no campo acadêmico: *Disability Studies*⁶ (Estudos sobre a Deficiência). Inseridos no contexto histórico-social a partir da década de 1960.

Sobre a origem dos estudos sobre a deficiência Gavério (2017), menciona que passaram a ser desenvolvidos inicialmente pelo ativista e sociólogo inglês Mike Oliver, que era uma pessoa com deficiência e se contrapunha ao chamado modelo individualista da deficiência (DINIZ, 2003; GAVÉRIO, 2017)

Oriundos de estudos sobre as lutas políticas feministas, estudos sobre igualdade de gênero e antirracismo, os estudos sobre deficiência se estruturam no campo das ciências sociais e humanas, emergindo por meio dos movimentos políticos e sociais pelos direitos da pessoa com deficiência, em que os teóricos do modelo social da deficiência redesenharam o que significa viver num corpo há muito tempo considerado anormal (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, MELLO, 2014; GAVÉRIO, 2017)

⁶ *Disability Studies*: estudos sobre deficiência no contexto euro-americano e baseando-se fortemente em referenciais sociológicos. Traduzido para a Língua portuguesa como estudos sobre deficiência (DINIZ, 2007).

Portanto, a partir dos Estudos sobre Deficiência:

A deficiência passa a ser um modo de vida, uma possibilidade digna e constituinte da condição humana - as pessoas com deficiência são cidadãs, com direitos e deveres. Na maioria dos modelos sociais da deficiência as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social corponormativa incapaz de responder à diversidade corporal/funcional (MELLO, 2014, p 42).

Em se tratando das vivências das pessoas com deficiência no corpo social, cabe refletir o quanto ainda está intrínseco na sociedade atitudes preconceituosas e discriminatórias que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de normalidade dos corpos e capacidade funcional, ou as chamadas atitudes capacitistas (MELLO, 2016).

Posto isto, um termo importante a ser compreendido, para contribuir nos debates sobre as lutas e conquistas das pessoas com deficiência e que tem sido difundido nos tempos atuais é o *capacitismo*, que em linhas gerais significa:

Uma forma de preconceito, de discriminação contra a pessoa com deficiência, faz parte da sociedade e envolve as capacidades que uma pessoa possui ou não. No caso da pessoa com deficiência, o imaginário traz à tona que essas pessoas não são capazes simplesmente por terem uma deficiência. (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021 p. 50).

Este termo, que pode ser traduzido por meio da palavra inglesa “*ableism*”⁷ está definido também no Glossário de termos relacionados à acessibilidade e deficiência⁸ da Câmara dos Deputados da seguinte forma:

Capacitismo: ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas ‘pessoas capazes’, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas ‘normais’ (MELLO, 2016).

⁷ A professora Fiona Kumari Campbell da Universidade de Dundee na Escócia, produz materiais sobre capacitismo e possui um texto escrito no periódico acadêmico Journal Media/Culture, onde traduz a palavra capacitismo a partir da palavra inglesa ableism. O sentido desta palavra para a autora se relaciona com a discriminação em virtude da condição de deficiência. Disponível em: <https://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/46> Acesso em 18 out. 2021

⁸ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html>. Acesso em: 18 out. 2021

A concepção capacitista se relaciona diretamente com a ideia da corponormatividade, que distingue os sujeitos e os separa, considerando determinados corpos como inferiores, incompletos e que necessitam de reparação e com isso, sujeitam estes indivíduos aos padrões hegemônicos corporais/funcionais (MELLO, 2016).

Diante disso, é importante divulgar e ensinar o combate ao capacitismo a não discriminação e o respeito à pessoa com deficiência. Considerando o fato de que as pessoas com deficiência ainda vivem num contexto de pouca visibilidade e convivem com um sistema inflexível e que não reconhece o valor de habilidades incomuns e da diferença (REZENDE, 2008).

Nesse caminho de da luta política das pessoas com deficiência, se torna relevante trazer os conceitos de deficiência que estão circunscritos nas políticas de Estado e nos âmbitos legislativos para compreender os caminhos trilhados na luta pelos direitos humanos da pessoa com deficiência.

1.2.2- A ideia de deficiência nos documentos normativos

No conceito de deficiência baseado no modelo social, a questão de impedimento e de participação social traz em seu escopo as ideias de funcionalidade e de capacidade, por meio dos parâmetros utilizados na Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), embora a CIF assuma o modelo biopsicossocial. Na CIF, a incapacidade e a funcionalidade são vistas como resultados de interações e questões relacionadas a saúde e a fatores ambientais. Nesse caso, a funcionalidade pode ser entendida partindo das funções do corpo do sujeito e as incapacidades analisadas a partir dos impedimentos de ordem funcional e/ou estrutural do corpo, resultante da interação do indivíduo com o meio. Nesse quadro, os fatores ambientais estão relacionados aos aspectos físicos, sociais e atitudinais que constituem o meio em que as pessoas vivem e esses fatores atuam diretamente na forma como o indivíduo vivencia a incapacidade na sua relação com a sociedade (SOUZA, 2013; SOUZA, 2021).

Durante mais de quarenta anos o chamado modelo social da deficiência foi objeto de discussão política e acadêmica nacional e internacional, uma vez que o conceito biomédico de deficiência não era suficiente para a promoção de igualdade entre as pessoas com deficiência e a pessoas sem deficiência (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Souza e Dainez (2022) apontam que a CDPD é um documento que se aproxima do campo dos direitos humanos e que tem como uma de suas ideias centrais a definição de

deficiência pautada no modelo social da deficiência, uma vez que a maioria dos autores do documento defendem que os princípios contidos nesse tratado estejam alicerçados neste referido modelo. Nesse caso, o sujeito não é concebido apenas por seus impedimentos orgânicos, mas modifica o estatuto dos modelos explicativos da deficiência em um conceito no qual a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (SOUZA; DAINEZ, 2022, MAIOR, 2017)

Na CDPD, em seu artigo 1º, o termo pessoa com deficiência é conceituado da seguinte forma:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

A CDPD (BRASIL, 2009) menciona que as pessoas com deficiência “devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos”. Portanto, a luta por direitos políticos das pessoas com deficiência não implica em obter vantagens ou privilégios, tampouco ser tratados como menores ou mercedores de favor, mas que os direitos que há muito tempo foram negados devem ser assegurados em condições iguais.

Ou seja, a igualdade na lei existe para que as diferenças advindas da deficiência não sejam fatores de exclusão ou de marginalização social. É fato que a deficiência é uma característica existente em qualquer sociedade e não há distinção de classe social ou etária, mas um outro fato a não ser desconsiderado é que toda pessoa pode ser um agente de violação de direitos humanos e, em muitos casos, não sabe que está cometendo um ato de discriminação, principalmente contra as pessoas com deficiência. Por isso, é importante haver uma conscientização sobre as atitudes preconceituosas e discriminatórias que ferem a dignidade e o direito das pessoas com deficiência (REZENDE, 2008).

Essa pesquisa dialoga sobre os direitos das pessoas com deficiência em pertencer aos espaços socialmente construídos virtualmente, vale então abordar questões sobre o acesso a estes espaços de maneira autônoma e em igualdade de condições. Para isso, discorreremos sobre os aspectos referentes a acessibilidade digital dado os avanços tecnológicos, sob a perspectiva do direito humano.

1.2.3- Acessibilidade enquanto Direito Humano

Para discorrer sobre acessibilidade aos meios digitais, será adotado neste trabalho o conceito de acessibilidade digital. Para chegar a esta definição, primeiramente, cabe conceituar o termo “acessibilidade”, que está intimamente ligado com a temática da deficiência. Pensar em acessibilidade implica pensar em remoção de barreiras que impeçam a plena participação da pessoa com deficiência na vida em sociedade.

A CDPD traz a acessibilidade com um dos princípios gerais desta convenção e reconhece a importância da acessibilidade seja nos meios físico, social, econômico, cultural, na saúde, na educação e no campo da informação e comunicação, de modo a possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e propõe medidas para que os países signatários deste documento possam implementar um sistema protetivo que proponha às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de modo a possibilitar uma vida com maior independência além da participação plena de todos os aspectos da vida na sociedade (BRASIL, 2009).

Rezende (2008), também sinaliza que a CDPD se refere à acessibilidade como uma ferramenta para que as pessoas com deficiência atinjam sua autonomia em todos os aspectos da vida, salientando que:

Todas as iniciativas em termos de políticas públicas devem buscar neutralizar ou minimizar os efeitos negativos da desvantagem no deslocamento das pessoas com mobilidade reduzida, causados pela existência de barreiras físicas. Mas estes processos têm que garantir os princípios de independência, autonomia e dignidade, de forma coletiva e individual. (REZENDE,2008)

Schirmer (2008), afirma que acessibilidade não significa apenas permitir que pessoas com deficiência possam se locomover pelos espaços, mas vai além, pensar em acessibilidade é promover acesso e usabilidade de todos em qualquer ambiente, atividade ou uso de recursos.

Os documentos legislativos também trazem conceitos de acessibilidade e propostas de ajustes de acessibilidade, aqui entendidos como uma das condições de promoção da efetiva igualdade e de eliminação de discriminação. Por isso, é importante que o Estado adote as medidas estabelecidas na lei para que o direito assegurado não fique apenas no papel (REZENDE, 2008).

A Lei 10.098 de 2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei da Acessibilidade, antes mesmo da CDPD e em diálogo com o Decreto 3.298/99, já estabelecia normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade

reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Este documento definia acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias”, e que o público destinado a esta acessibilidade são as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Da mesma época, o Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), em seu art. 8º, traz um conceito similar sobre acessibilidade:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL,2004)

Ainda sobre a conceituação do termo acessibilidade, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) para fins de aplicação da própria lei, no artigo 3º considera:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL,2015)

Além desse conceito, o documento traz a ideia da acessibilidade em contraposição às barreiras como impeditivos para a participação social e os exercícios dos direitos à acessibilidade. Neste caso, as barreiras são classificadas como: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação, atitudinais e tecnológicas. Portanto, a sistematização e identificação destas barreiras são importantes para que se pense em possibilidades de remoção destes impedimentos de modo a valorizar a diversidade e a igualdade de direitos. Eliminar estas barreiras, implica pensar em igualdade de oportunidades, ou seja, é necessário eliminar os mecanismos de produção da desigualdade e uma forma eficaz para que isto aconteça está na politização da discussão e na busca da igualdade de condições. Ou seja, promover acesso igualitário e tornar as oportunidades iguais significa criar condições diversificadas, respeitando as necessidades de cada pessoa (VITAL, 2008; BRASIL, 2015).

Por fim, é necessário que haja condições que permitam a pessoa com deficiência usufruir de espaços aos quais lhe é de direito. Por isso, o uso de recursos e ferramentas que promovam acesso, comunicabilidade e usabilidade são fulcrais para a sociabilidade e conseqüentemente o desenvolvimento humano desses sujeitos. Na seção a seguir, discutiremos sobre o direito ao uso de tecnologias assistivas e dispositivos de acessibilidade no contexto da cibercultura.

1.3- Uma questão de direito: a Tecnologia Assistiva (TA) e os dispositivos de acessibilidade digital para a pessoa com deficiência.

As pessoas com deficiência, em toda sua trajetória, enfrentam barreiras sob vários aspectos: físicos, atitudinais, comunicacionais ou de outra ordem. O fato é que as barreiras existem e diante delas se faz necessário estratégias de enfrentamento dos processos de exclusão de direitos. Com o avanço da tecnologia, já é possível contar com recursos e dispositivos que deem suporte as pessoas com deficiência. No entanto, é imperativo ressaltar que os aparatos tecnológicos não resolvem toda a problemática de acessibilidade para as pessoas com deficiência, principalmente num ambiente marcado por desigualdades socioeconômicas. Contudo, direcionando o olhar para a problemática deste estudo, podemos afirmar que o acesso aos recursos de tecnologia pode favorecer a usabilidade dos meios digitais, sendo bons auxiliares na promoção da acessibilidade digital (GUIMARÃES, 2020).

A utilização da TA ganhou destaque no Brasil em 2006 quando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) por meio da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) e a padronização do termo “tecnologia assistiva”. Este comitê, composto por especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais, visava por meio da construção de parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos na área de tecnologia assistiva, desenvolver pesquisas e propostas de políticas governamentais, além de outras atividades, no tocante a utilização destes recursos de TA (BRESCH, 2017).

Conforme afirma Bresch (2007, p.02) o principal objetivo da Tecnologia Assistiva é “proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, por meio da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho”.

Schirmer (2008) nos ajuda a compreender o objetivo da TA, quando diz que:

Podemos dizer que o objetivo final da TA é o uso de tecnologias (serviços e recursos) que ajudem a ultrapassar as limitações funcionais dos seres humanos num contexto

social, sendo de extrema importância identificar não só os aspectos puramente tecnológicos, mas sobretudo aqueles relacionados aos fatores humanos e socioeconômicos (SCHIRMER, 2008, p 6).

Existem recursos incorporados no escopo das Tecnologias Assistivas (TA), que são fundamentais para proporcionar uma vida mais autônoma à pessoa com deficiência. No campo dos estudos científicos, Berch e Tonolli (2006, p.1) afirmam que Tecnologia Assistiva compreende "todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, e consequentemente promover vida independente e inclusão".

Nessa perspectiva, as TAs são assumidas como uma opção para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência. Inicialmente sua utilização era feita especificamente como recursos da área da saúde, muito em função de uma concepção tradicional da época que considerava a deficiência pelo viés do modelo médico, com a finalidade de reabilitação e por isso os dispositivos de TA disponíveis resumiam-se em órteses, próteses e mecanismos de locomoção, como por exemplo a cadeira de rodas. (GALVÃO FILHO, 2011; GALVÃO FILHO, 2013)

A LBI (BRASIL, 2015), em seu art. 24, propõe à pessoa com deficiência, acesso comunicacional por meio de recursos de tecnologia assistiva: “É assegurado à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde, tanto públicos como privados, e às informações prestadas e recebidas, por meio de recursos de tecnologia assistiva e de todas as formas de comunicação previstas no inciso V do art. 3º desta Lei”.

Nesta mesma lei a Tecnologia Assistiva, é conceituada, para fins aplicação legal como:

Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

A LBI (BRASIL, 2015) ainda ressalta que as TAs são relevantes pois maximizam a autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida do indivíduo e afirma que cabe ao poder público incentivar e desenvolver planos que viabilizem a criação, difusão e utilização das tecnologias assistivas e diz ainda que a “recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas” é considerada uma forma de discriminação.

Apesar das possibilidades que estes recursos podem trazer, cabe ressaltar que estes não são a solução mágica que irá sanar os obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam,

inclusive no acesso aos ambientes virtuais. Muitas vezes os usuários ao interagirem em *sites*, portais e demais ambientes virtuais possuem dificuldades de acesso, navegação ou não compreendem as informações veiculadas. Visto que estes espaços ainda não são acessíveis (SANTAROSA; CONFORTO; SONZA, 2008).

Nesse contexto, refletir sobre acessibilidade digital se torna indispensável, uma vez que é necessário que exista uma cultura de rede acessível e universal, além de também de uma participação mais efetiva do Estado, sobretudo no cumprimento das legislações que contemplam os direitos das pessoas com deficiência (SONZA 2008).

Além disso, é relevante também, considerar os dispositivos que existem na tentativa de promover maior acessibilidade à pessoa com deficiência. Temos como exemplo o Desenho Universal (DU) que contribui com a valorização da diversidade que constitui o ser humano, dessa forma podemos pensar que não há como falar em acessibilidade sem mencionar o desenho universal.

A CDPD menciona o DU de modo que a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal seja um dos compromissos dos Estados partes. Neste documento, o conceito de DU significa “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico”. O mesmo conceito encontra-se na LBI (BRASIL, 2009; BRASIL, 2015).

A história conta que a origem do DU, situa-se no período pós-guerras nos países europeus e nos Estados Unidos na época do aumento da produção industrial, em que era comum ocorrer acidentes de trabalho, sobretudo por dificuldades no manuseio dos equipamentos e maquinários que era uma novidade na época. Com o tempo os estudos sobre o tema foram se consolidando e ganhando força, justamente no mesmo período em que a deficiência passa a considerada a partir do modelo social (DORNELLES, 2014).

Dornelles (2014) aponta que o DU é uma filosofia de projeto que procura entender as necessidades das pessoas com ou sem deficiências, além de alcançar as pessoas que enfrentam restrições ao uso dos espaços.com o intuito de servir de subsídio para a proposição de artefatos (espaços e produtos) que possam ser usados pela maior gama possível de usuários.

O Desenho Universal se refere ao desenho de produtos e ambientes para serem utilizáveis por todas as pessoas, dentro do possível, sem a necessidade de realizar qualquer adaptação, uma vez que seu formato visa atender a todos os indivíduos, pessoas com deficiência ou não. e visa trazer acessibilidade de maneira global, gerando ambientes, serviços, programas,

e tecnologias acessíveis, utilizáveis de forma segura e autônoma por todas as pessoas. Seu intuito é atender as necessidades e contribuir com a participação social e acesso aos bens e serviços ao maior número de usuários possível (SONZA, 2008).

Saci (2005) afirma que o conceito de DU se refere também a mobilidade e usabilidade para qualquer pessoa em todos os espaços e aponta que o este conceito está sustentado em sete princípios: em virtude dos sete princípios que o sustentam, a saber: uso equiparável (para pessoas com diferentes capacidades); uso flexível (com leque amplo de preferências e habilidades); simples e intuitivo (fácil de entender); informação perceptível (comunica eficazmente a informação necessária); tolerante ao erro (que diminui riscos de ações involuntárias); com pouca exigência de esforço físico e tamanho e espaço para o acesso e o uso.

E hoje o conceito de DU vem sendo utilizado na perspectiva da remoção de barreiras, sejam elas físicas, comunicacionais ou atitudinais e sua aplicabilidade contempla em fazer a escolha que atenda ao máximo de usuários possível, o *site* guia de rodas, traz uma série de informações que versa sobre como aplicar o conceito do desenho universal na concepção de produtos, serviços ou ambientes. Nesse caso, o objetivo é incluir nessa concepção o maior número possível de pessoas de modo que, se houver mais de uma opção disponível, deve ser escolhida aquela que for mais abrangente no que se refere a diversidade humana.

Ou seja, a ideia aqui quando tratamos de desenho universal é pensar que acessibilidade não se restringe a um único grupo, sendo assim, no contexto deste trabalho se faz relevante trazer o desenho universal como uma possibilidade para a acessibilidade que opere na eliminação das barreiras existentes por meio de um desenho que se adeque à maioria dos indivíduos, ainda que não seja possível projetar um produto, ambiente ou recurso que seja utilizado por todos.

Considerando os aspectos abordados acima entendemos ser pertinente discorrer na sequência sobre a acessibilidade digital nos espaços que se estabelecem no contexto virtual, na cibercultura.

1.4 Acessibilidade digital na Cibercultura

É um fato que a contemporaneidade traz indícios de que a era digital tem sido cada vez mais incorporada na vida humana. Se trata da criação de uma nova cultura, uma nova forma de viver e de se relacionar. Contudo, cabe enfatizar que essa nova cultura não engloba todos os atores da sociedade uma vez que as desigualdades sociais e econômicas existentes impedem

que as pessoas que vivem em situação de pobreza tenham igualdade de condições no acesso e uso de ferramentas tecnológicas. Nesse caso, como Macedo (2021) aponta além das desigualdades que existem no âmbito educacional e social, também existem as desigualdades digitais que:

Refletem ou espelham desigualdades sociais mais amplas, já constituindo desde o fim do século XX mais um lócus de estratificação social no Brasil. Conforme diferentes estudos indicam, as desigualdades digitais apresentam forte correlação com critérios de renda, além da articulação com marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e idade (MACEDO, 2021,).

Considerando a importância de se refletir sobre o acesso aos dispositivos digitais em uma sociedade marcada por desigualdades em que nem todos possuem os mesmos acessos aos recursos tecnológicos, não há como negar que hoje, os espaços habitados no campo virtual, impulsionados pelo avanço da tecnologia, se consolidaram e já não se pode mais ignorar o quanto essas tecnologias afetam a vida na sociedade moderna (PEDROSA; CAMPOS, 2016, MOREIRA; KRAMER, 2007).

Isto posto, essa nova cultura que se apresenta em virtude da velocidade da informação, da interação, cuja base estruturante é a internet, o computador e outros dispositivos, é definida por alguns teóricos, como “cibercultura” (LEVY,1999). Castells (1999) também traz uma definição para a cultura estabelecida nos espaços virtuais, em seus escritos, o autor chama de “sociedade de rede”.

O termo “cibercultura”, de acordo com os escritos de Levy (1999) pode ser definido como uma nova forma de comunicação que se estabelece a partir de uma interconexão de computadores, numa espécie de universo informacional que se desenvolve a medida em que os ciberespaços crescem. Trivinho (2009) aponta para a importância dos estudos sobre cibercultura para o desenvolvimento intelectual e tecnológico do país e afirma que a cibercultura caracteriza a era tecnológica atual, articulada por redes digitais.

Santos (2019, p.22) define o conceito de cibercultura como “a cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais nas esferas do ciberespaço e das cidades” e afirma ainda que esta nova cultura revoluciona a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos na interface cidade–ciberespaço. Nesse contexto, não há apenas o uso das tecnologias digitais com a finalidade de apenas emitir e receber mensagens, mas se trata da formação de um novo espaço, um novo lugar de convívio onde os sujeitos não são apenas informantes e receptores, mas são praticantes culturais que se organizam numa lógica de produção de saberes, conhecimentos por meio das redes.

A Cibercultura também pode contribuir significativamente nas relações das pessoas que vivenciam estes ambientes, quando vivenciada coletivamente:

A cibercultura, ao instaurar uma cultura das redes, planetária, convivial, coletiva e colaborativa, pode enriquecer aquilo que temos de mais importante: a nossa inteligência e o nosso capital cultural que, entrando em sinergia através das redes telemáticas com outras culturas, poderá fazer a identidade de uma legítima e a globalização um processo de riqueza cultural e de reforço de laços sociais locais.” (LEMOS, 2004, p. 20)

O ciberespaço é ao mesmo tempo, coletivo e interativo, dessa forma é estabelecida uma relação inseparável entre o social e a técnica, logo, essa perspectiva considera o ciberespaço, como um potencializador de infinitas ações interativas, como um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de reconfiguração e de autorias. (SANTOS, E.; SANTOS R., 2012)

E nestes espaços vasto, repleto de possibilidades, se descortina um mundo paralelo, tão real quanto o “mundo da presença física”. Um lugar onde se compra, se vende, se estuda, se amplia a diversidade da cultura. Um mundo onde as pessoas podem construir relacionamentos, podem consolidar carreiras, podem realizar movimentações financeiras, podem participar de congressos e eventos, entre tantas alternativas (LEMOS, 2004).

E nesse contexto, é importante conhecer o lugar que ocupa a pessoa com deficiência, já que estes também vivenciam os espaços construídos no ambiente virtual, também fazem parte da construção e do uso dos ciberespaços e da coletividade. É importante dialogar sobre acesso, sobre direitos e o sobre que se tem feito para viabilizar uma vida mais autônoma e independente deste público, nestes espaços.

A LBI traz em seu escopo alguns artigos que tratam sobre temas que remetem à acessibilidade digital. Dentre algumas orientações, cabe destacar o artigo 63, no parágrafo primeiro que menciona que “Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque” (BRASIL, 2015). Isto pode ser considerado um avanço na luta pela acessibilidade nos espaços digitais, já que atualmente muitos *sites* estão sendo modificados para uma versão mais acessível.

Outro ponto a se destacar neste documento sobre o conceito de acessibilidade digital está no artigo 78 que diz que “Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais (BRASIL, 2015). Nos incisos I e II do primeiro parágrafo desse mesmo artigo, encontra-se a ampliação da

acessibilidade nos *sites* e o uso das tecnologias de Informação e comunicação como meio de superar as barreiras na comunicação, na educação, entre outros.

- I - o emprego de tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência;
- II - a adoção de soluções e a difusão de normas que visem a ampliar a acessibilidade da pessoa com deficiência à computação e aos sítios da internet, em especial aos serviços de governo eletrônico (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, para falar de acessibilidade nos espaços que se constroem virtualmente, é importante refletir sobre como os avanços tecnológicos têm afetado nossa maneira de viver. Diante disto, é importante entender quais as contribuições da internet, da tecnologia e dos avanços tecnológicos e dessas “novas interfaces de interação social que as tecnologias digitais trazem neste contexto” (SANTOS; SANTOS, 2012, p 175).

Para refletir sobre acessibilidade digital e discorrer sobre as possibilidades que a engloba é importante elencar neste trabalho os recursos e dispositivos fundamentais para que as pessoas com deficiência tenham acesso de forma autônoma e equitativa a todos os bens sociais, informacionais e comunicacionais.

Para dar continuidade a esta reflexão seguimos para uma revisão sistemática de literatura para compreender o que dizem as pesquisas sobre o acesso às ferramentas e dispositivos de acessibilidade, sobre a usabilidade destes dispositivos e sobre a importância dos validadores de acessibilidade digital.

2- REVISÃO DE LITERATURA: O QUE AS PESQUISAS NOS DIZEM SOBRE ACESSIBILIDADE DIGITAL?

A tecnologia da informação e da comunicação está cada vez mais sendo incorporada nas atividades cotidianas. Nesse sentido, a comunicação é uma ferramenta importante na vida em sociedade e pode acontecer de várias maneiras, uma delas é por meio dessa cultura organizada por meio da interface de computadores (DEZINHO, 2016).

Diante disso, é relevante questionar como se dá a participação das pessoas com deficiência nesta cultura digital e buscar informações que auxiliem esta pesquisa a compreender as possibilidades e os desafios deste com relação à acessibilidade digital.

Nesta seção problematizamos, por meio de uma revisão sistemática da literatura, como as pesquisas vem tratando sobre as questões referentes à acessibilidade nos espaços virtuais, com foco na usabilidade dos recursos e dispositivos construídos para acesso à internet e sobre a viabilidade do acesso e uso pelas pessoas com deficiência.

Para tanto, foi feita uma busca nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (BDTD/UERJ), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), Banco de teses Capes, Portal de periódicos Capes e SCIELO. No campo de busca foram utilizados os seguintes descritores: acessibilidade digital, acessibilidade virtual e acessibilidade web. Neste processo de recuperação dos trabalhos, delimitamos estudos no campo das ciências humanas, humanidades e tecnologias digitais.

Cabe ressaltar que esta revisão de literatura contempla trabalhos que versam sobre acessibilidade digital para a pessoa com deficiência. No entanto, durante a busca foram encontrados diversos tipos de pesquisas que abarcavam a temática da acessibilidade digital com o enfoque na chamada inclusão digital para pessoas que não possuem acesso aos meios digitais. Sendo assim, foi necessário excluir alguns textos por meio da leitura do título, que já deixava claro o tema da pesquisa. Na mesma direção, outros textos foram excluídos por meio da leitura de resumos.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado a partir do ano de 2008 com disponibilidade de texto completo em suporte eletrônico, publicado em repositórios, periódicos e bibliotecas nacionais e foram excluídos da busca: livros, capítulos de livros, trabalhos publicados em anais congressos, além dos artigos, dissertações e teses anteriores ao ano de 2008.

A partir desta investigação, foram encontrados 41 trabalhos entre artigos, dissertações e teses. Então, foi realizado um mapeamento dessas produções científicas em uma tabela constituída dos seguintes itens: ano de publicação, autor, título, tipo de publicação e local de onde o texto foi recuperado. Após feita essa tabela, realizei a leitura dos resumos para a partir deste ponto selecionar os textos que seriam lidos. Assim, foram selecionados 11 trabalhos (Tabela 1) que tratam especificamente sobre a acessibilidade digital para a pessoa com deficiência com um enfoque no acesso a dispositivos e/ou recursos de auxílio à acessibilidade digital e sua usabilidade.

Tabela 1: Trabalhos acadêmicos recuperados

Ano	Quantidade de trabalhos	Tipo de publicação	Título	Autores
	1	Tese de doutorado	Ambientes virtuais acessíveis sob a perspectiva de usuários com limitação visual	Sonza
2010	1	Dissertação de mestrado	Um processo para o desenvolvimento de aplicações web acessíveis	Maia
2013	2	Tese de doutorado	Uma abordagem de apoio a boas práticas para desenvolvimento de aplicações web acessíveis	Bittar
		Dissertação de mestrado	Softwares de acessibilidade Doxvox e Virtual Vision: Um programa de ensino ao aluno com cegueira	Turci
2015	1	Dissertação de mestrado	Acessibilidade em cinemas digitais: Uma proposta de geração e distribuição de Libras e audiodescrição	Domingues
2016	2	Dissertação de mestrado	Educação, inclusão e TIC's: avaliação da qualidade dos recursos de acessibilidade midiática na televisão brasileira-um estudo sobre legendas para pessoas com deficiência auditiva	Dezinho
			Um auxílio à navegação acessível na web para usuários cegos	Geraldo
			Análise da acessibilidade comunicacional nos <i>websites</i> dos institutos federais brasileiros	Piedade
2017	2	Dissertação de mestrado	Tecnologias de informação e comunicação (TIC): Ferramentas como interface inclusiva de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior público de Macapá	Lopes
			Produção de material didático acessível para surdos no Moodle	Cureau
2018	1	Dissertação de mestrado	A acessibilidade nos <i>sites</i> dos museus e sua influência na dimensão educativa das instituições: um estudo sob a perspectiva dos visitantes com deficiência visual	Silva

[Audiodescrição: Tabela na cor branca, contendo 7 linhas e 5 colunas detalhando os trabalhos recuperados na revisão de literatura. Na primeira linha de cima para baixo temos: uma linha contendo Ano, Quantidade de trabalhos, Tipo de publicação, Título, Autores. Na segunda linha,

na 2008, 1 tese de doutorado intitulada de Ambientes virtuais acessíveis sob a perspectiva de usuários com limitação visual, autor, Sonza. Na terceira linha, ano 2010, 1 dissertação de mestrado intitulada de um processo para o desenvolvimento de aplicações web acessíveis, autor, Maia. Na quarta linha, ano 2013, 2 documentos, 1 tese de doutorado e intitulada de uma abordagem de apoio a boas práticas para desenvolvimento de aplicações web acessíveis, autor Bittar e 1 dissertação de mestrado, intitulada Softwares de acessibilidade Doxvox e Virtual Vision: Um programa de ensino ao aluno com cegueira, autor, Turci. Na quinta linha, ano 2015, 1 dissertação de mestrado, intitulada de Acessibilidade em cinemas digitais: Uma proposta de geração e distribuição de Libras e audiodescrição, autor Domingues. Na sexta linha, ano 2016, 3 dissertações de mestrado, intitulados de Educação, inclusão e TIC's: avaliação da qualidade dos recursos de acessibilidade midiática na televisão brasileira-um estudo sobre legendas para pessoas com deficiência auditiva, autor Dezinho, um auxílio à navegação acessível na web para usuários cegos, autor Geraldo, Análise da acessibilidade comunicacional nos *websites* dos institutos federais brasileiros, autor Piedade. Na sétima linha, ano 2017, 2 dissertações de mestrado, intituladas Tecnologias de informação e comunicação (TIC): Ferramentas como interface inclusiva de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior público de Macapá, autor Lopes, Produção de material didático acessível para surdos no Moodle, autor Cureau. Na oitava linha, ano 2018, 1 dissertação de mestrado, intitulado de A acessibilidade nos *sites* dos museus e sua influência na dimensão educativa das instituições: um estudo sob a perspectiva dos visitantes com deficiência visual, autor Silva. Fim da Audiodescrição]

A partir da minuciosa leitura e análise destes textos recuperados, de acordo com os interesses desta pesquisa, elencamos 3 categorias para discussão. São elas:

- 1- Conceitos, características e entraves na construção da acessibilidade digital mobilizados pelas pesquisas
- 2- Ferramentas de acessibilidade digital: acesso e usabilidade dos recursos
- 3- A relevância de diretrizes de acessibilidade W3C e dos validadores automáticos e manuais

2.1- Conceitos, características e entraves na construção da acessibilidade digital mobilizados pelas pesquisas

Começamos esta categoria tratando dos trabalhos que abordam os conceitos formulados no campo da acessibilidade digital. É importante considerar que é comum encontrar termos

parecidos para se referir a acessibilidade digital, a saber: acessibilidade digital, acessibilidade virtual e acessibilidade web os quais são citados em muitos trabalhos. Esses termos, ainda que semanticamente sejam próximos, têm significados distintos.

Fazendo um apanhado do que se encontrou nos trabalhos analisados, podemos apreender que cada termo tem sua singularidade. Por exemplo, acessibilidade digital, em linhas gerais, se refere a todo o contexto que envolve a acessibilidade que estabelece em mecanismos digitais, seja na internet, nos recursos audiovisuais, nos ambientes virtuais de aprendizagem e outros dispositivos e estratégias que envolvem as diversas tecnologias digitais. Já a acessibilidade WEB e acessibilidade virtual se imbricam no mesmo sentido, ou seja, se relacionam como tudo o que está que está circunscrito no campo da internet, da rede mundial de computadores (GERALDO, 2016; MAIA 2010; SONZA, 2008; LOPES, 2017)

Importante ressaltar também que existe uma diferenciação bem específica entre os termos acessibilidade digital e acessibilidade Web. Enquanto a acessibilidade digital pode ser considerada como um conjunto de recursos que servem para minimizar as barreiras no acesso à informação e na participação nos meios de comunicação digital de um modo mais amplo, a acessibilidade Web se refere a formas de eliminar barreiras no acesso à internet, significa uma Web projetada de modo que estas pessoas possam perceber, entender, navegar e interagir duma maneira efetiva. Mesmo com essa diferença é importante considerar a relevância da acessibilidade Web dentro do escopo acessibilidade digital (PIEIDADE, 2016; QUEIROZ, 2006; W3C, 2013)

Considerando os trabalhos que tratam dos conceitos de acessibilidade digital podemos começar destacando Lopes (2017), que fez uma análise do uso dos recursos tecnológicos utilizados pelos estudantes cegos da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e percebeu, através da conclusão de seu estudo que, os núcleos de acessibilidade da UEPA não utilizavam recursos pedagógicos adaptados como ferramenta de auxílio a estes alunos. A autora destaca que mesmo com as possibilidades de acesso a acervos bibliográficos na universidade, os dispositivos disponíveis aos estudantes com deficiência visual (no caso alguns livros traduzidos para o sistema braille e alguns textos ampliados ou em meio digital), não eram suficientes e os sujeitos do estudo ainda enfrentavam barreiras didático-pedagógicas.

A autora aponta que a acessibilidade digital está diretamente relacionada ao desenvolvimento da comunicação e informação. Com o advento da tecnologia de informação e comunicação, os meios de convívio social se modificaram, e isto pressupõe também um olhar

modificado para as discussões sobre acessibilidade, uma vez que atualmente os debates sobre acessibilidade não acontecem apenas no campo físico, mas também nos campos virtuais.

No entanto, é necessário um olhar mais cauteloso ao tratar essa questão, visto que ainda existe uma grande quantidade de pessoas que não possuem acesso aos recursos tecnológicos. Para problematizar esta questão, trazemos uma curta amostragem referente ao uso de internet por meio dos dados obtidos no relatório do IBGE de 2021, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Este relatório informou que no ano de 2019, nos aspectos de acesso à internet, à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, dos 72,9 milhões de domicílios pesquisados no país, 82,7% possuem acesso à internet e das 183,3 milhões de pessoas de 10 anos ou mais, 78,3% acessam a internet. Esses números demonstram que embora haja um quantitativo grande de pessoas que usem a internet, o acesso ainda não alcançou todos os lugares, sendo assim muitas pessoas podem ficar à margem das vivências na sociedade de redes (IBGE, 2021).

Lopes (2017), em seu trabalho, também discorre sobre o conceito de acessibilidade digital por um viés de ordem legal, apontando como as legislações vigentes no Brasil conceituam a acessibilidade digital e apresentando as possibilidades que estas leis trazem. Como exemplo, temos o Decreto nº 5296/04, que regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que coloca o acesso à comunicação e informação como uma importante área que deve ser alcançada porque faz jus a esta lei.

Nesse caminho de conceituação, retorno ao que está posto no primeiro capítulo deste trabalho, quando trazemos para a discussão a importância dos documentos legislativos, que embora não garantam os direitos das pessoas com deficiência, são um sistema protetivo que norteiam as ações e políticas de acessibilidade.

Em geral, as pesquisas recuperadas se valem dos documentos legais para suporte na construção dos conceitos sobre acessibilidade em suas pesquisas. Como por exemplo o trabalho de Curren (2017), que também apresenta uma definição sobre acessibilidade digital trazendo o que está posto nas leis.

Com um enfoque no ensino superior, a autora discute os desafios e as possibilidades enfrentadas pela universidade ao pensar em acessibilidade na produção de materiais didáticos para os alunos surdos nas plataformas do Moodle e faz um apontamento que os conceitos e avanços trazidos por documentos normativos como a Lei 10.436/2002 (Lei de Libras), a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), trouxeram um norte às ações de acessibilidade, mas

ainda existe uma carência de direcionamento no tocante às tecnologias de informação e comunicação e nas políticas de educação à distância.

Sonza (2008), ao mencionar a relevância do corpo legislativo, nos leva a compreender que conceituar acessibilidade digital também está intrinsecamente ao campo da atuação política. Nesse sentido a autora afirma que prover acessibilidade, física ou virtual, significa remover barreiras que impeçam a participação das pessoas com deficiência nas atividades do cotidiano. A autora, ao formular seus conceitos sobre o tema, sinaliza que o Decreto nº 5296/04 pela primeira vez trata especificamente sobre acessibilidade na internet, como consta no segundo parágrafo do artigo 47 que diz que os “sítios eletrônicos acessíveis às pessoas portadoras de deficiência conterão símbolo que represente a acessibilidade na rede mundial de computadores (internet)”.

Estes marcos legais, referentes a acessibilidade na internet também estão descritos no trabalho de Silva (2018):

No Brasil, o direito do acesso às informações vinculadas aos órgãos públicos foi ratificado no dia 2 de dezembro de 2004 pelo decreto nº 5.296, através do Art. 47, que determina a obrigatoriedade da acessibilidade nas páginas da internet pertencentes ou gerenciadas por organizações governamentais. O documento, que regulamenta as leis 10.048/2000 e 10.098/2000, dispõe, de forma geral, sobre a regras e os critérios para promoção de acessibilidade em transportes coletivos, espaços públicos, edificações de uso coletivo e sistemas de comunicação e informação (SILVA, 2018 p.59).

Portanto, ao conceituar a acessibilidade digital alguns autores trazem o que está descrito e definido nas legislações, mas não é somente isso. Ao abordar o conceito de acessibilidade digital alguns pontos importantes são trazidos por alguns trabalhos, um destes pontos convergentes com o próprio conceito de acessibilidade digital é a importância da acessibilidade digital para a pessoa com deficiência. Qual é o seu papel? Sua relevância? Qual a função social dos atores que promovem acessibilidade? Nesse caso, podemos dizer que conceituar não é apenas trazer seu significado, mas compreender seu papel e relevância considerando o público para qual este tema se destina.

Nesse quadro, a pesquisa de Dezinho (2016) propõe uma reflexão sobre o uso das tecnologias digitais como meio de inclusão da pessoa com deficiência, trazendo em seu trabalho a importância da legenda como um mecanismo de democracia. A autora traz a legenda na televisão com um recurso de acessibilidade digital. Com objetivo de identificar a presença de legendas na televisão brasileira e avaliar sua qualidade na programação de alta, média e baixa nos canais abertos e fechados, o estudo trata do uso das tecnologias digitais como meio de participação da pessoa com deficiência na vida em sociedade, considerando a legenda como um

dispositivo imprescindível para a autonomia, não somente do público objeto de sua pesquisa, mas como uma ferramenta que possibilita a pessoa com deficiência usufruir de um bem comum em igualdade de condição com os demais usuários.

Como resultado da pesquisa, a autora constatou, a partir das análises realizadas, que a oferta de legenda ainda é restrita a poucos programas e atividades televisivas e efetivamente não cumpre as normas e que são poucos os programas que oferecem condições de acessibilidade na legenda na TV, o que se percebe é que as ferramentas disponibilizadas para uma legendagem que oportunize umas comunicações claras e acessíveis ainda não são suficientes.

Portanto, de acordo com a autora os estudos realizados até agora indicam que existem problemas relacionados às limitações técnicas das legendas e essas problemáticas dificultam a compreensão da mensagem por parte do usuário. Para sanar estas dificuldades é necessário uma maior fiscalização pelos órgãos públicos ou reguladores na questão da formatação dessa ferramenta, para que ela possa ser de fato um recurso de acessibilidade para seus usuários (DEZINHO, 2016).

Nesse contexto, podemos entender que a acessibilidade tem papel fundamental no exercício da cidadania e as tecnologias da informação e da comunicação são meios que podem oportunizar à pessoa com deficiência o convívio, a participação social, do mesmo modo que a sua ausência compromete, levando-a à alienação social. Diante disso, existe a necessidade de pensar em formas de comunicação que objetive a eliminação de entraves ou obstáculos que dificultem ou impossibilitem a recepção de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de tecnologias de comunicação (DEZINHO, 2016).

Sobre isso, Piedade (2016) destaca que ao mesmo tempo em que a tecnologia aponta para a convergência de um novo meio de comunicação e de trabalho para as sociedades humanas, abrindo grandes possibilidades, os processos de exclusão ainda estão fortemente enraizados. Nesta pesquisa, a autora realizou uma análise sobre 60 *sites* de Institutos Federais (IFs), por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa se utilizando de ferramentas de análise automática (softwares validadores automáticos) e a realização de análise manual (checklist elaborado pela autora).

Após a tabulação dos dados coletados, a autora conclui que “os *websites* dos Institutos Federais Brasileiros atualmente não possuem condições de acessibilidade adequadas às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida” (PIEADADE, 2016, p. 98) e aponta a necessidade de investimentos nas páginas institucionais públicas de ensino superior brasileiras com a finalidade de trazer melhorias no que se refere a acessibilidade.

Turci (2013) complementa que a falta de acesso a softwares e recursos de acessibilidade e a não democratização do uso de ferramentas digitais acessíveis contribuem para exclusão do convívio social. Em sua pesquisa, cujo objetivo é aplicar e avaliar a eficácia de um programa de ensino para uso dos softwares de acessibilidade *Dosvox* e *Virtual Vision* para alunos com cegueira do ensino fundamental e médio, o autor investigou a usabilidade destes dois softwares de acessibilidade em escolas publicas do município de São Paulo.

Os softwares utilizados na pesquisa foram o *Dosvox* e o *Virtual Vision*. O *Dosvox* é um software de acessibilidade criado em 1993 no Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é um sistema operacional, não apenas um programa leitor de telas, por isso pode incluir inúmeros recursos de utilização e desenvolvimento, criados diretamente para o usuário com com deficiência visual já o *Virtual Vision* é outro *software* de acessibilidade, um leitor de telas, idealizado a partir de 1995, cujo propósito é habilitar a pessoa com deficiência visual a utilizar um computador em ambiente gráfico *Windows* e navegar na rede mundial de computadores (TURCI, 2013)

O autor utilizou um protocolo de tarefas onde num primeiro momento identificaria o nível de conhecimento e domínio que os participantes possuíam em relação à utilização dos softwares de acessibilidade *Dosvox* e o *Virtual Vision* e este mesmo protocolo seria utilizado na última aula com o objetivo de avaliar o nível de aprendizagem dos participantes com o programa aplicado. Como resultado, as estratégias pedagógicas adotadas no uso do computador na sala de aula e dos *softwares* utilizados, permitiram valorizar as inúmeras potencialidades dos discentes participantes da pesquisa.

Turci (2013) concluiu que a utilização dos recursos disponíveis na pesquisa oportunizou maior autonomia na construção do processo de aprendizagem destes alunos. Portanto, o pesquisador evidencia a necessidade de adequar o processo educativo dos participantes do presente estudo e de outros alunos com deficiência visual aos recursos disponíveis na atualidade e aponta que uma alternativa possível para viabilizar essa adequação é o uso dos softwares de acessibilidade por alunos com cegueira na sala de aula regular.

Portanto, é essencial lançar mão dos recursos e possibilidades que a tecnologia traz, sem deixar de refletir o quem temos defendido ao longo deste trabalho, que os dispositivos tecnológicos de acessibilidade não vão resolver todos os entraves na construção da acessibilidade, mas são ferramentas que podem auxiliar na autonomia das pessoas com deficiência. Para isso é necessário que o acesso e usabilidade destas pessoas aconteçam de maneira democrática, participativa e em igualdade de condições.

Corroborando com o que já foi dito até agora e ainda sobre a eliminação de barreiras que a acessibilidade implica, retorno ao trabalho de Sonza (2008) que defende a importância da democratização dos ambientes virtuais e objetiva com sua pesquisa discutir os aspectos fundamentais que atendam a acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade nos ambientes virtuais para as pessoas cegas, tendo em vista as diretrizes de acessibilidade do consórcio W3C⁹.

Nesta pesquisa foram investigadas três interfaces: dois *sites* e um ambiente inclusivo, a saber: a página da Secretaria de Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação (MEC), página do CEFET de Bento Gonçalves, e o ambiente virtual *Eduquito*; todas são plataformas que já possuíam o selo de acessibilidade¹⁰:

O foco de nossa análise são três ambientes que possuem selo de acessibilidade e que, devido a esse fato, em tese, teriam sido construídos com o propósito de oferecer ao usuário com limitações uma interface na qual o mesmo tivesse condições de interagir sem maiores problemas (SONZA, 2008, p. 183).

Esta pesquisa contou com a participação de usuários cegos que atuaram como observadores destes *sites* para averiguar se, mesmo com os selos de acessibilidade, é possível uma usabilidade e comunicabilidade adequada no uso de tais interfaces. Nesse contexto, a autora apontou que embora os ambientes virtuais possuam selo de acessibilidade e tenham características acessíveis, pela perspectiva do usuário, ainda existem barreiras na acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade destes espaços virtuais.

Apesar de alguns obstáculos já terem sido vencidos, quanto ao uso dos computadores para o perfil de usuário que foi foco desta pesquisa, ainda nos deparamos com a falta de acessibilidade existente em ambientes virtuais, presumidamente acessíveis. O estudo mostrou que, nessa seara, muito trabalho há que se fazer, mas que diversos desses empecilhos são passíveis de solução, como coloca em destaque a epígrafe que abre este capítulo. Para que isso ocorra, é fundamental um maior comprometimento de todos os envolvidos com a construção e disponibilização dos ambientes virtuais. (SONZA, 2008, p. 278).

A conclusão da pesquisa de Sonza (2008) corrobora como o pensamento de Piedade (2016), que ao pesquisar a acessibilidade nos *sites* das instituições federais de ensino do Brasil, se deparou com metade dos *sites* analisados abaixo do mínimo necessário para a acessibilidade

⁹ W3C é um consórcio internacional que visa estabelecer diretrizes de acessibilidade para *sites*, que será abordado na terceira categoria desta revisão de literatura.

¹⁰ Selo de acessibilidade: Selo que certifica páginas que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente.

web. Este também é um desafio encontrado por outras pesquisas, visto que a acessibilidade nem sempre acontece de maneira satisfatória.

Como já foi discutido no primeiro capítulo desta pesquisa e pensando nas vivências das pessoas com deficiência ao ocupar os espaços sociais que lhes pertencem, importa pensar também em igualdade de condições e autonomia, ajustando os ambientes às necessidades dessas pessoas visando a remoção de barreiras e permitindo o devido acesso e a boa usabilidade dos dispositivos e recursos digitais, o que abordaremos na próxima seção.

2.2- Ferramentas de acessibilidade digital: acesso e usabilidade dos recursos

Sobre o acesso e usabilidade de ferramentas, recursos e dispositivos de acessibilidade, trago alguns trabalhos que contribuem com esta discussão, não somente do acesso, mas também do seu uso de forma democrática e participativa. Nesse caminho, Silva (2018, p. 15) destaca que, para a promoção da acessibilidade “não basta apenas a disponibilização dos conteúdos na internet, mas também o desenvolvimento de ambientes que ofereçam condições adequadas para acessá-los” e discute que as instituições devem assumir sua função social de não somente prover o acesso, mas possibilitar que os usuários com deficiência tenham autonomia de acessar *sites* da mesma maneira que todos os demais usuários.

Sonza (2008) coloca que democratizar o acesso aos ambientes virtuais, oferecendo interfaces que favoreçam a acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade é uma iniciativa que traz benefícios a todos, não somente às pessoas com deficiência, ou seja, desenvolver um ambiente acessível é imprescindível a qualquer usuário, no entanto é necessário pensar em como se dará essa acessibilidade e como será sua usabilidade.

Considerando o que afirma Dezinho (2016) a acessibilidade deve existir em todos os contextos e aspectos da atividade humana e a autora ainda defende que se a acessibilidade for projetada sob os princípios do desenho universal, beneficiará todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Não há como pensar em acessibilidade digital, sem problematizar usabilidade das ferramentas e recursos e como já dito, não somente às pessoas com deficiência, mas há de se pensar em ferramentas acessíveis que proporcionem às pessoas com e sem deficiência a autonomia de acessar e utilizar toda e qualquer ferramenta tecnológica disponível, sobretudo na internet.

Este apontamento, nos leva ao trabalho de Bittar (2013) que tem como objetivo discutir sobre as boas práticas de uso da internet através do desenvolvimento de instrumentos tecnológicos com um enfoque voltado para a acessibilidade. O trabalho deste autor nos chama à atenção ao que já foi dito aqui, embora o cenário da atualidade seja de avanço, ainda existem barreiras quase intransponíveis no tocante ao acesso e usabilidade de recursos tecnológicos.

O autor em sua pesquisa se propõe a defender que através de um bom gerenciamento de equipe é possível viabilizar um desenvolvimento de aplicativos na internet que sejam acessíveis. Ou seja, o autor se propõe a pesquisar se é possível criar mecanismos que auxiliem na acessibilidade digital, se utilizando de equipes de gerenciamentos de *sites* e aplicativos para a melhor usabilidade das diretrizes de acessibilidade.

Importante destacar uma observação no trabalho de Bittar (2013) na qual ele pontua que apesar de existirem diretrizes de acessibilidade, poucos *sites* disponíveis atendem aos requisitos mínimos previstos nestas diretrizes. Ainda, segundo o autor, isto se deve ao fato de que produzir conteúdo acessíveis nos *sites* não é simples e necessita de um maior financiamento.

O autor faz um estudo de caso nos *sites* das prefeituras municipais brasileiras e aponta as barreiras de acessibilidade encontradas nestes *sites*, em contrapartida apresenta uma proposta de investimento em práticas e softwares de desenvolvimento de aplicações web que auxiliem a eliminar barreiras na acessibilidade destes *sites*.

Domingues (2015) também traz a importância da usabilidade de dispositivos de acessibilidade digital em sua pesquisa que tem como objetivo o desenvolvimento de um recurso capaz de gerar automaticamente trilhas alternativas de vídeo com língua de sinais em Libras e Audiodescrição em salas de cinema. Em sua pesquisa o autor visa contribuir para que os usuários com deficiência auditiva ou com deficiência visual tenham acesso aos conteúdos através de dispositivos de segunda tela, como smartphones, tablets, dentre outros. A ideia central da pesquisa consiste em apresentar uma proposta para tentar solucionar o problema de acesso à informação nos Cinemas Digitais enfrentados por usuários surdos ou cegos.

O autor traz em seu trabalho como tema central a discussão sobre dois dispositivos de acessibilidade que estão presentes em minha pesquisa, a saber: Audiodescrição e Interpretação de Libras e, traz ainda, a proposição de um protótipo desenvolvido pelo autor do trabalho, que funcionará como uma solução prática a ser aplicada no campo da pesquisa.

Além de se pensar na usabilidade, devemos pensar também nas variáveis que abarcam as ferramentas de acessibilidade, por exemplo, não há como pensar num bom instrumento sem um profissional adequado e capacitado para lidar com esse instrumento. Como pondera Silva

(2018), afirmando que para a promoção da acessibilidade é essencial construir um processo de capacitação dos profissionais envolvidos no processo da acessibilidade, seja em infraestrutura ou nos ambientes desenvolvidos na internet, a autora destaca a relevância do processo educativo de capacitação, voltado para tomada de decisões conscientes e adequadas ao contexto.

De modo a eliminar ações e comportamentos baseados na falta de conhecimento e orientados por preconceitos, estigmas ou estereótipos, a autora afirma que para uma boa usabilidade das ferramentas de acessibilidade, é necessário compreender que a inacessibilidade está relacionada à concepção de ambientes incapazes de atender a população em sua diversidade (SILVA, 2018).

Ainda se tratando da problemática da acessibilidade, trago o trabalho de Geraldo (2016) que em sua tese traz como temática o auxílio à navegação na internet por parte da pessoa cega. O objetivo do estudo do autor é identificar na literatura quais as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas cegas no uso de conteúdos Web¹¹ e quais as propostas de diretrizes de acessibilidade e usabilidade podem minimizar tais dificuldades.

Geraldo (2016) realizou uma pesquisa-ação em que apresenta um mapeamento sistemático da literatura concernente às principais dificuldades enfrentadas pelos usuários cegos ao navegar na Web e às diferentes estratégias existentes com intuito de minimizar esses problemas e apresentou um design de navegação Web otimizado para usuários cegos, com intuito de minimizar as dificuldades previamente identificadas na literatura.

Essa ação foi dividida em três fases, que o autor chama de ciclo. No primeiro ciclo, foi identificado o problema caracterizado pela falta de diretrizes voltado especificamente aos usuários cegos, onde não havia indicações de todos os problemas enfrentados por esses usuários ao navegar pela Web. No segundo, investigou sobre a possibilidade de classificar links de uma página Web com objetivo de identificar os links de navegação utilizados por estes usuários, no terceiro ciclo, o autor sugere um design de navegação próprio para usuários cegos que pode melhorar a satisfação desses usuários ao interagir com a Web (GERALDO, 2016).

Geraldo (2016) em seu mapeamento identifica as diretrizes de acessibilidade existentes, e os recursos de acessibilidade para as pessoas com cegas e sistematiza cada um desses dispositivos de modo a investigar as dificuldades de navegação encontradas na literatura e aponta que mesmo que os conjuntos de diretrizes de acessibilidade¹² sejam um importante ponto de partida para o desenvolvimento de páginas Web acessíveis, ainda há uma necessidade de

¹¹ Web termo utilizado pelo autor ao se referir à internet

¹² Diretrizes de acessibilidade, neste trabalho é entendido com algumas diretrizes que têm por objetivo melhorar a acessibilidade de *sites*, a saber: WAI, WCAG, ATAG e outros no escopo da W3C

compreender melhor as dificuldades encontradas pelos usuários cegos.

Os resultados desta pesquisa, baseada nas diretrizes de acessibilidade, mostraram que, os *sites* ainda apresentam formatos que geram dificuldades aos usuários cegos. No entanto, os testes no protótipo sugerido, mostraram-se satisfatórios, apresentando indícios de que a abordagem proposta pode ser considerada uma alternativa viável para diminuir os problemas de acessibilidade enfrentados pelos usuários cegos ao navegar na Web (GERALDO, 2016).

Esse trabalho nos leva a refletir o quão relevante é buscar meios de melhorar a usabilidade das tecnologias digitais, pois não basta apenas prover o acesso, mas é necessário uma estrutura que facilite o uso, minimizando os problemas para todos os usuários.

Os trabalhos acima descritos revelam a importância de se fomentar pesquisas sobre recursos de acessibilidade que estejam de acordo com as demandas da sociedade e com a validação das diretrizes de acessibilidade. Propor soluções de acessibilidade digital está intrinsicamente relacionado ao uso das ajudas técnicas que dão suporte às pessoas com deficiência.

Pensando na eliminação de barreiras para o acesso e uso de tecnologias digitais, na tentativa de minimizar os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência um elemento muito importante nesse processo, são os chamados validadores ou avaliadores de acessibilidade.

2.3- A relevância de diretrizes de acessibilidade W3C e dos validadores automáticos e manuais

Nesta seção abordaremos a temática dos validadores, também chamados de avaliadores de acessibilidade. A validação da acessibilidade é uma parte muito importante no escopo da acessibilidade digital e funcionam de duas maneiras, existem os validadores automáticos e humanos. Nesse processo, a validação de uma página da internet deve ser feita por meio de ferramentas automáticas e de revisão direta. Segundo Queiroz (2017) os métodos automáticos em geral são rápidos, mas não identificam todas as nuances da acessibilidade. Para isso existe a validação humana que ajuda a identificar pontos como clareza da linguagem, a boa utilização dos equivalentes textuais, a facilidade da navegação (usabilidade), emitindo relatórios que apontam as necessidades de modificação na acessibilidade segundo as prioridades sugeridas nas diretrizes para acessibilidade (W3C).

A grande maioria das pesquisas recuperadas nessa revisão de literatura dedicam um espaço considerável para abordar as diretrizes internacionais e nacionais que figuram no escopo

da acessibilidade digital nos *sites*, nas páginas de internet. Essas diretrizes e normas são importantes no contexto desta pesquisa, visto que está intrinsecamente ligada à acessibilidade digital e que figura como um dos recursos utilizados na 14ª reunião da ANPEd Sudeste.

Aqui nesta seção falaremos com mais ênfase das diretrizes que foram encontradas com frequência nos trabalhos analisados e que estão em alinhamento com o que será abordado no terceiro capítulo. Contudo, existem outros caminhos para abordar os validadores de acessibilidade, mas para o recorte desse trabalho, nos ateremos às diretrizes de acessibilidade de *sites* e aos validadores físicos, que são os próprios usuários.

Ao pesquisar sobre acessibilidade digital, é comum encontrar nas pesquisas o termo acessibilidade Web, que está no contexto das práticas desenvolvidas para criar *sites* que possam ser utilizados por todos os usuários, especialmente por pessoas com deficiência (W3C, 2013). Uma maneira de minimizar os obstáculos no acesso ao conteúdo da Web é a utilização de normas e diretrizes que incentivem a acessibilidade nos meios digitais, sobretudo nos sistemas web (MAIA, 2010).

As pesquisas nos apontam que para falar sobre as diretrizes para acessibilidade em *sites* e aplicações na internet, é necessário falar sobre WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C) e todos os direcionamentos que o envolve. O W3C é um consórcio internacional que abarca empresas, órgãos governamentais e organizações independentes cujo o intuito é instituir padrões de acessibilidade para a web. Silva (2018) aponta que o W3C foi fundado em 1994 com o objetivo de explorar ao máximo o potencial da internet através da elaboração de padrões que visavam tornar os conteúdos universalmente acessíveis e no ano de 1999 foi criado o *Web Accessibility Initiative* (WAI)¹³ um grupo de trabalho dentro do W3C que tinha como responsabilidade desenvolver as diretrizes de acessibilidade na internet.

E nessa busca por garantir os mesmos padrões no acesso à internet, a *Web Accessibility Initiative* (WAI) publicou Diretrizes para acessibilidade que desde então, tem se tornado a principal referência em torno de acessibilidade web no mundo (PIEDADE, 2016). Sonza (2008) afirma que a WAI tem como “atribuição de manter grupos de trabalho elaborando conjunto de diretrizes para garantir a acessibilidade do conteúdo da internet às pessoas com deficiência ou para os que acessam a rede em condições especiais de ambiente, equipamento, navegador e outras ferramentas web”.

¹³ Web Accessibility Initiative (WAI) é uma seção que funciona dentro do W3C, que desenvolve materiais de suporte e implementação de acessibilidade na Web.

Geraldo (2016) complementa que as diretrizes de acessibilidade que WAI constrói possibilita que pessoas com deficiência, que necessitam de algum tipo de suporte específico para acesso à internet, possam perceber, entender, navegar, interagir e contribuir com a Web e aponta que com as diretrizes de acessibilidade outros usuários são beneficiados, incluindo pessoas idosas que passam a ter maiores dificuldades em virtude do envelhecimento.

A WAI definiu a primeira versão das Diretrizes de Acessibilidade ao Conteúdo Web, a *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG 1.0)* em 1999. O WCAG 1.0 é composto por um conjunto de 14 diretrizes elaboradas para minimizar os problemas de acessibilidade encontrados nos conteúdos Web e por praticamente uma década serviu como um padrão a acessibilidade na Web. No ano de 2008 foi lançada uma nova versão do WCAG, intitulado com WCAG 2.0 cujo objetivo era resolver os problemas encontrados na primeira versão e atualmente (GERALDO, 2016).

As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 podem ser definidas como uma solução para tornar o conteúdo da Web mais acessível para pessoas com deficiência. No entanto, pensar em acessibilidade em conteúdo da internet é complexo, visto que abrange uma vasta gama de deficiências, incluindo visual, auditiva, física, de fala, intelectual, de linguagem, de aprendizagem e neurológica (W3C, 2013).

Nesse sentido, Sonza (2008) nos aponta que somente as diretrizes de acessibilidade, por si só, não propiciam a acessibilidade, mas são norteadores para que os requisitos de acessibilidade sejam cumpridos. Assim, após se orientar sobre os quesitos importantes para a acessibilidade, o desenvolvedor de páginas web deverá realizar a validação das mesmas. A autora ressalta que a validação dos *sites* deve estar presente desde as fases iniciais de seu desenvolvimento.

Conforme nos aponta Dezinho (2016, p. 133), a validação dos instrumentos de acessibilidade é fundamental para o avanço da atividade científica, uma vez que é “a partir do seu consentimento e da certificação de sua eficácia que se torna possível o seu uso”. Nesse quadro, a validação pode funcionar de duas maneiras, de forma automática e forma manual.

Na validação automática, o desenvolvedor da página verifica se esta cumpre com as diretrizes de acessibilidade por meio um software que detecta o código HTML de uma página web e analisa seu conteúdo, baseando nas diretrizes de acessibilidade do W3C. Esse software ajuda a analisar se a interface desenvolvida para essa página da web atende aos padrões de acessibilidade e se não atende sinaliza quais os problemas a serem resolvidos (SONZA, 2008).

Maia (2010) aponta que na validação da acessibilidade web a utilização das ferramentas e softwares é geralmente rápida, mas não é capaz de identificar todos os quesitos da acessibilidade, por isso há a necessidade de outros meios de validação e isso inclui a avaliação humana. Piedade (2016) complementa que para que o processo de avaliação de páginas da internet apresente melhores resultados, é necessário que além de testes automáticos sejam realizados testes por inspeção humana (a chamada validação manual), visto que se configura como um teste mais detalhado capaz de tornar o processo de validação da página mais efetivo. Essa validação manual é importante para auxiliar a encontrar barreiras nas páginas web que não podem ser verificadas pela validação automática.

Assim, tanto a validação automática e a manual são relevantes para melhorar o padrão de acessibilidade nos *sites*. Para isso é importante que os usuários que tenham as mais diversas condições acessem, vejam e revejam os *sites*, pois essa atuação dos próprios usuários são potenciais fontes de informação sobre como se encontra determinado *site* e página de web no que se refere aos aspectos de acessibilidade e facilidade de utilização (SONZA, 2008).

Após a leitura dos trabalhos sobre as diretrizes de acessibilidade, compreendo que tais diretrizes figuram como uma parte relevante no complexo que é promover a acessibilidade digital para a pessoa com deficiência, pois ainda que haja necessidade de melhorias, estas diretrizes ajudam a criar um padrão universal que torne os conteúdos desenvolvidos na Web (páginas de internet, navegadores, suportes e acessibilidade, etc.) mais acessíveis a todos os usuários.

Nesse sentido, as pesquisas apontam que para atender aos quesitos de acessibilidade é muito importante que além de seguir orientações de diretrizes internacionais e padronizadas, é necessário considerar análise dos próprios usuários. Sendo assim, as pessoas com deficiência figuram como parte principal na avaliação da acessibilidade, seja de *sites* ou de qualquer recurso, ferramenta ou dispositivo de acessibilidade.

Isto posto, é importante destacar a participação da pessoa com deficiência como protagonista no que diz respeito a validação dos dispositivos e estratégias de acessibilidade, e isto abordaremos no desenho teórico metodológico, sobretudo ao trazer à discussão a contribuição dos sujeitos desta pesquisa. Sendo a pessoa com deficiência o usuário final, retorno ao lema “Nada sobre nós sem nós” para ressaltar que as discussões aqui apresentadas sobre acessibilidade, usabilidade e validação de acessibilidade são antes de quaisquer implicações técnicas, uma questão política que traz a democratização dos instrumentos de acessibilidade como uma forma de refletir sobre o direito de acesso e uso de todos os ambientes digitais.

2.4 Acessibilidade digital: uma análise sobre o que dizem as pesquisas encontradas

Diante do que foi discutido até aqui, podemos compreender que as pesquisas nos apontam alguns caminhos para pensar acessibilidade digital. Primeiramente, concebemos que ainda existem inúmeras barreiras no tocante a participação da pessoa com deficiência. Conforme apontam as pesquisas de Cureau (2017), Dezinho (2016) e Piedade (2016), em que, resguardadas as particularidades de suas pesquisas, muitas são as dificuldades e entraves encontrados no processo de acessibilidade, principalmente com relação a ausência de condições de acessibilidade e ausência de um maior direcionamento político para ações que levem em conta as necessidades desses sujeitos.

Também compreendermos que a maioria das pesquisas elencadas nessa etapa, trazem elementos que possibilitam pensar numa proposta de acessibilidade digital que pode ser viável sob diversos aspectos da atividade humana: existem recursos que podem ser utilizados na área na educação, do trabalho, na internet, nos museus, no sistema de legendagem e audiodescrição na TV aberta. Diante disso as pesquisas apontam que muitas são as possibilidades de construção de acessibilidade.

Outro fator analisado nestas pesquisas é a acessibilidade digital na perspectiva do direito humano, os trabalhos pesquisados tratam do que abordamos no capítulo conceitual, em que traz para as discussões a estrutura legislativa como um meio de conceituar aspectos da deficiência e da acessibilidade. Nesse sentido, as pesquisas de Sonza (2008) e Lopes (2017) e Cureal (2017), trazem de modo geral que a conceituação da acessibilidade digital está ligada ao campo dos direitos humanos.

Na esteira dessas considerações, a acessibilidade concebida como um direito, está circunscrita no campo das legislações vigentes que se constituíram historicamente. As pesquisas recuperadas nessa dissertação conceituam o direito à acessibilidade por meio de um sistema protetivo cunhado em nortear ações políticas e institucionais. (LOPES,2017)

Outro aspecto abordado pelas pesquisas que nesta dissertação é importante trazer, é a validação/avaliação da acessibilidade, sobretudo a avaliação manual. Como afirma Conforto e Santarosa (2002):

A avaliação e validação da acessibilidade deve ser feita por meio de ferramentas automáticas ou da revisão direta manual. Os métodos automáticos são geralmente rápidos, mas não são capazes de identificar todos os aspectos da acessibilidade. A avaliação humana pode ajudar a garantir a clareza da linguagem e a facilidade de navegação (CONFORTO; SANTAROSA, 2002, p. 98)

Diante disso, as pesquisas apontam que a validação da acessibilidade nos *sites* são possibilidades de trazer uma qualidade de acesso aos *sites* de forma, mais clara, flexível e acessível e para isso há de se seguir as diretrizes de acessibilidade. Cabe mencionar que nessa dissertação, o intuito maior em trazer os validadores de acessibilidade é trazer a validação manual, realizada pelas pessoas com deficiência como um meio de democratização dos espaços virtuais.

Por fim, ressalto que os trabalhos recuperados nessa revisão de literatura nos deram subsídios para compreender o que discutiremos no próximo capítulo, quanto ao acesso democrático e participativo das pessoas com deficiência, a usabilidade de dispositivos e estratégias de acessibilidade digital e a participação dos usuários desses dispositivos em igualdade de condições.

3. ACESSIBILIDADE DIGITAL NO CONTEXTO DA 14ª REUNIÃO DA ANPEd SUDESTE: O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo, a partir dos pressupostos teórico-metodológico da teoria histórico-cultural, traz o caminho percorrido por esta pesquisa para analisar o papel e a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital, elaborados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, como suporte às pessoas com deficiência para participação nos espaços virtuais de forma equitativa, objetivo proposto deste estudo.

Para orientar a construção deste capítulo, além deste objetivo geral, relembramos também os específicos são:

1. Mapear e descrever as características e funcionalidades dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados e utilizados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.
2. Analisar a usabilidade dos dispositivos desenhados pela Comissão de Acessibilidade a partir da vivência das pessoas com deficiência inscritas no evento, considerando o contexto da pandemia da Covid-19.

Cabe ressaltar que este trabalho compõe os estudos realizados no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “O estatuto da Tecnologia Assistiva nas políticas e práticas de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva”, que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Parecer nº 3.960.417.

Ressalto também que em relação aos procedimentos éticos, todos os envolvidos na pesquisa assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO X). Ainda, as pessoas envolvidas participaram de outras etapas, sendo: após a transcrição... após as análises e a escrita da dissertação, todo o material foi apresentado aos participantes para que fizessem suas observações e que dessem o consentimento para publicação das informações.

3.1 Referencial teórico-metodológico da pesquisa

O suporte teórico-metodológico desta pesquisa é a teoria histórico-cultural (THC), que de acordo com os estudos de L.S. Vigotski busca compreender o desenvolvimento humano. Desta, alguns conceitos foram fundamentais para nortear as discussões e reflexões aqui propostas, sendo eles: a relação interconstitutiva da matriz biológica com a cultural no desenvolvimento humano, a sociogênese das funções psicológicas superiores, a mediação semiótica e a construção do pensamento e da linguagem (VIGOTSKI, 2001; PINO, 2003;

SMOLKA *et al.*, 2007).

Dentre estes conceitos, um está relacionado diretamente com a problemática desta pesquisa e que será o principal conceito a ser trabalhado neste capítulo, que é o da mediação semiótica, posto que circunscreve a relação do homem com o mundo por meio dos instrumentos e dos signos. Nesse caso, no contexto dessa pesquisa os dispositivos de acessibilidade trazidos para a discussão podem ser entendidos como os instrumentos técnicos-semióticos (REGO, 2014) já que foram suporte no processo de mediação entre as pessoas com deficiência participantes com todo seu processo de vivência na reunião da ANPEd Sudeste. Estes instrumentos elaborados atuaram mediadores

3.1.1 Principais conceitos da teoria histórico-cultural mobilizados na pesquisa

A teoria histórico-cultural traz alguns elementos que possibilitam investigar o desenvolvimento humano na relação da vivência do sujeito com o meio, que são fundamentais para as discussões teórico-metodológicas desta pesquisa. Seguindo os pressupostos da THC, para Vigotski, a atividade humana está diretamente relacionada com a historicidade do sujeito, sendo esta uma história em constante transformação, em que o homem transforma a natureza por meio do trabalho, e ao transformar a natureza, também se transforma (ZANELLA *et al.*, 2007).

De acordo com Zanella *et al.* (2007), Vigotski compreende o ser humano como um ser fundamentalmente histórico e cultural, em que a formação de seu pensamento se constitui na complexa e inseparável relação do sujeito e sociedade, indo na contramão de um pensamento muito difundido em sua época que isolava o sujeito de seu contexto.

Vigotski propõe uma nova forma de pensar a psicologia de sua época, buscando refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente as questões externas e internas, levando em consideração a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence. Partindo dessa premissa, as ações humanas não são apenas resultado da evolução biológica, mas são também o resultado do desenvolvimento histórico e cultural que se constroem a partir das relações entre os sujeitos. (FREITAS, 2002). Na teoria de Vigotski, o sujeito se constitui de maneira dialética, uma vez que este o processo se dá na e pelas relações sociais, que são mediadas semioticamente (PINO, 2000). O autor assume que a relação do homem com o meio não é uma relação estática, centrada meramente nos fatores elementares ou biológicos do humano, mas sim é uma relação dinâmica na qual o sujeito, por meio de sua história, interfere no meio em que vive.

Na teoria de Vigotski, as chamadas funções psicológicas superiores são construídas ao

longo da história social do homem e nessa relação deste homem com o mundo, instrumentos e símbolos são desenvolvidos culturalmente e afetam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e esta ação é o que caracteriza o humano como ser biológico e cultural (OLIVEIRA, 1992).

Portanto, a linguagem tem papel fundamental nesse processo, visto que a relação do homem com o mundo se dá pela mediação da linguagem (semiótica), pela formação de ideias. Sendo assim, o homem apreende o mundo e atua sobre ele, portanto a relação estabelecida nesse caso, é uma relação dialógica (VIGOTSKI, 2001).

Vigotski assume que a linguagem é um signo exclusivamente humano, um sistema simbólico fundamental que faz a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento e permite ao homem a capacidade de abstração e generalização, sendo a palavra, a principal fonte de comunicação entre os participantes do grupo social e com isso, sendo também a responsável pela formação do pensamento e da consciência. Logo, na constituição do sujeito, a linguagem e a interação social tem grande importância no desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 1992; VIGOTSKI, 2001; DAINEZ *et al.*, 2011).

Sob a perspectiva do sócio, histórico e cultural, Vigotski assume que o homem é um agregado de relações sociais e enfatiza que as funções mentais são relações sociais internalizadas, ou seja, o que em algum momento foi inicialmente uma relação entre pessoas, passa, então a funcionar como uma interação do sujeito consigo mesmo (SMOLKA *et al.*, 2007).

Nesse sentido, Vigotski aponta para o fato de que a relação do homem com o mundo, não é uma relação direta, mas necessariamente uma relação mediada. O indivíduo, tem contato com o mundo externo por meio das interações sociais em razão do processo de mediação por meio de signos e instrumentos que se apresentam durante todo o seu processo de vivência (SMOLKA, 2004).

A mediação semiótica, um dos princípios explicativos da teoria de Vigotski, é um conceito muito importante nesta pesquisa e nos auxilia a compreender que os recursos e instrumentos. Neste contexto, dois elementos são importantes para compreender a questão da mediação semiótica, a saber, signos e instrumentos (SMOLKA *et al.*, 2021). Rego (2014, p.50) aponta que “Vygotsky distingue dois elementos básicos responsáveis por essa mediação, o *instrumento* que tem a função de regular as ações sobre os objetos e o *signo* que regula as ações sobre o psiquismo das pessoas.”

Com base nos postulados da THC em que instrumentos técnicos-semioticos são

compreendidos como elementos mediadores entre o homem e o mundo, Pino (2000), afirma que os termos técnica e semiótica significam uma forma inventada pelos homens para agir sobre o mundo e sobre eles mesmos, criando assim suas próprias condições de existência. Por instrumento técnico entende-se todo artefato criado pelo homem como meio de agir sobre o mundo natural de modo a transformá-lo.

Segundo o autor, o uso de instrumentos técnicos na atividade humana vai acompanhado, concomitante ao uso de instrumentos simbólicos que produzem sentido e significado nesse processo. Nesse caso, não é possível imaginar a história da humanidade sem a invenção de meios técnicos e semióticos. Através dos instrumentos técnicos e sistemas de signos o homem se constitui de modo a transformar o mundo natural (do qual ele já faz parte) num mundo cultural (PINO, 2000).

Isto posto, ao relacionar estes princípios da teoria histórico-cultural com a temática desta pesquisa, é possível apreender algumas questões que vão ao encontro dos debates propostos por este trabalho. Sendo o homem um ser biológico e histórico-cultural, as relações humanas que se constituem na hodiernidade, sobretudo na sociedade em rede, são partes fundamentais no desenvolvimento deste indivíduo. Nesse quadro, o importante a se refletir é que, se uma pessoa não tem condições mínimas de acesso aos meios de socialização e de comunicação, e não faz parte do mesmo ambiente cultural que o outro sujeito, como se dá o desenvolvimento humano deste sujeito?

E nesse caminho de construção do desenho da pesquisa de campo, a partir dos postulados da teoria histórico-cultural, esta pesquisa se aproxima das ideias de Vigotski quando investiga as relações e vivências da pessoa com deficiência no contexto da cibercultura e como esses sujeitos se constituem e se relacionam com o mundo mediado pelas interfaces digitais no contexto da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.

3.1.2 Características da pesquisa na teoria histórico-cultural

Para compreender o desenho metodológico adotado neste trabalho, é importante conhecer as características da pesquisa na teoria histórico cultural que refletem sobre o processo de constituição do sujeito em diferentes contextos e condições sociais de desenvolvimento (ZANELLA et al., 2007).

Nos escritos de Vigotski, a temática da investigação metodológica está muito presente e carrega em si aspectos de uma abordagem qualitativa, que considera a diversidade e a singularidade dos processos de desenvolvimento relacionados à vida do indivíduo, trazendo

para o centro da pesquisa questões sociais, políticas, educacionais que estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento humano. Nesse sentido, Vigotski nos leva a refletir que a percepção pessoal não se desloca da totalidade social e que ao compreender os sujeitos envolvidos devemos também compreender o contexto (SMOLKA et al, 2021; FREITAS, 2002).

O que Vigotski considera em seus postulados sobre o método, nos leva a compreender outras dimensões da produção de conhecimento, nas quais a pesquisa está relacionada ao compromisso social implícito no ato de pesquisar, sendo importante que nós, enquanto pesquisadores levantemos questões e produzamos estudos que levem a reflexões e ao desenvolvimento em si, essa postura de pesquisador expressam compromisso social com a pesquisa (SMOLKA et. al. 2021).

Neste processo, a pesquisa acontece na relação entre sujeitos, uma relação que não pode ser neutra, mas que é dialógica e comprometida. Nesse caso, o pesquisador se torna parte do processo investigativo, sendo investigador e investigado dois sujeitos em interação. Essa assertiva fica mais fácil de perceber durante as entrevistas, visto que, em muitos momentos partilho com os sujeitos da pesquisa questionamentos, reflexões e angústias, atuando não apenas como uma ouvinte que apenas coleta dados para análise, mas como uma pesquisadora que participa do processo de múltiplas formas (FREITAS, 2002).

Freitas (2002, p. 25) aponta que a perspectiva de pesquisa em Vigotski está baseada numa tentativa de se contrapor aos “reducionismos das concepções empiristas e idealistas”, pois considera a relação do sujeito com a sociedade a qual pertence uma relação dialógica e em transformação. Logo, a preocupação é encontrar métodos para estudar o homem como uma “unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico”.

Nos trabalhos de Vigotski (1991) uma das características de pesquisa é a relação dos sujeitos com os processos históricos. A história é para o autor um importante movimento, em que o indivíduo constrói de maneira dialética sua relação com o meio como um processo não estático, mas como um processo dinâmico e sempre em desenvolvimento (ZANELLA et al, 2007).

Compreender esta questão é importante para possibilitar ao investigador uma visão não inerte sobre a problemática da pesquisa, visto que as implicações inerentes à vida desses sujeitos sempre estarão relacionadas com seus processos históricos, uma vez que o objeto de pesquisa não está dado, mas é constituído historicamente” (ZANELLA et al, 2007)

Nesse caso o desenho teórico-metodológico não se limita apenas em descrever dados obtidos na investigação, baseados em observações como uma mera transcrição, mas busca conservar o que está posto por meio das observações, mas também explicar toda a subjetividade do fenômeno estudado (FREITAS, 2002).

Nesse contexto, o pesquisador atua na pesquisa como um sujeito que está num processo de aprendizagem, num processo de transformação, ao mesmo tempo em que o sujeito pesquisado não está posto como um mero objeto da pesquisa, mas pode refletir, aprender e se ressignificar. Nesse caso, tanto o pesquisador quanto o pesquisado se ressignificam no processo da pesquisa (FREITAS, 2002).

3.2- A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

3.2.1 O campo da pesquisa: A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

Este trabalho se propôs a dialogar sobre a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste. Sendo assim, este evento se configura neste trabalho como o campo da pesquisa, onde foram investigados a construção e a usabilidade dos dispositivos e estratégias de acessibilidade dcisntruído para o evento.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), fundada em 16 de março de 1978, é uma entidade sem fins lucrativos que abarca programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores, estudantes dos programas inscritos na ANPEd e demais pesquisadores da área. Esta entidade busca o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. (ANPEd, 2020).

A associação se tornou uma referência em pesquisa e em pós-graduação na área de educação do Brasil, e objetiva, dentre outros, fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, além de incentivar a pesquisa educacional e os temas que estão relacionados à pesquisa e pós-graduação. Outro objetivo, importante de mencionar neste trabalho é a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País (ANPEd, 2020).

Para isso, a ANPEd organiza atividade e reuniões nacionais e regionais, atuando como um espaço permanente de debate e de divulgação do conhecimento e, esta construção coletiva fortalece a comunidade científica na área da pesquisa e da pós-graduação em educação. Uma dessas atividades é o local da minha pesquisa, a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.

3.2.2 A 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

A cada dois anos, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação organiza reuniões científicas regionais, que de acordo com a resolução nº 01/2015¹⁴ da ANPEd, têm por objetivo a socialização das pesquisas e estudos realizados na área de educação e afins dos filiados da ANPEd, além disso objetiva promover intercâmbios e debates sobre temáticas de interesse da referida Associação.

Considerando que ANPEd se consolidou no país e fora dele como um relevante espaço de discussões das questões científicas e políticas da área da educação e pesquisa, estas reuniões regionais são importantes pois contribuem com a produção científica do país, além de um ambiente propício para dar visibilidade aos trabalhos dos pós-graduandos e pesquisadores nacionais visto que são eventos referência na produção e divulgação do conhecimento em educação.

A cada período as reuniões regionais são organizadas por uma instituição no âmbito de alguma região do país e estão divididas entre as regiões: sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste. Diferente da reunião científica nacional, em que todos os pesquisadores do país se reúnem em um único evento a cada dois anos, as reuniões regionais abarcam, em sua maioria, as pesquisas científicas por região do país, que possibilita a divulgação científica de um maior número de trabalhos.

Então, nos dias 30 de novembro a 03 de dezembro de 2020, aconteceu a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste¹⁵ que foi organizada para acontecer de maneira totalmente remota. Esta reunião, precisou ser remodelada para este formato, visto que no início do ano de 2020 um vírus denominado SARS-CoV-19 se propagou rapidamente em vários países, ocasionando assim a chamada “Pandemia do Coronavírus”¹⁶.

Em 11 de Março de 2020, a OMS caracterizou a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os continentes como uma pandemia e trouxe recomendações para a contenção desta situação, justificando a necessidade de três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social (OMS, 2020).

¹⁴ A Resolução nº 01/2015 aprova a Resolução das Reuniões Científicas Regionais.

¹⁵ Também conhecida como Anpedinha.

¹⁶ Pandemia do Coronavírus é comumente chamada a agravada situação enfrentada pelo mundo a partir de do ano de 2020, em virtude da propagação do novo Coronavírus. A disseminação desse vírus se tornou pandemia quando de emergências da OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional. (OMS, 2020).

Esta pandemia trouxe inúmeros desafios à toda população, modificou as vivências diárias e a forma de se relacionar uns com os outros, sendo o isolamento social domiciliar o principal meio de enfrentamento desta adversidade afetando assim, diversas esferas da sociedade. As empresas, escolas, instituições públicas e privadas, entre outros, precisaram se ressignificar de modo a manter suas atividades em curso e isto contribuiu para o surgimento de um novo modo de organização, em que o “remoto”¹⁷ passa a assumir o protagonismo nos expedientes nacionais e mundiais (MORGADO; SOUSA; PACHECO, 2020).

Essa problemática também afetou os eventos, reuniões e atividades no campo da educação, da pesquisa e da pós-graduação, sendo assim, a 14^o Reunião Regional da ANPED Sudeste, organizada pelos 3 programas de Pós-Graduação em Educação da UERJ¹⁸, foi proposta novo formato de modo que pudesse atender as demandas científicas de maneira segura. A comissão organizadora desta reunião¹⁹, decidiu pela mudança de formato para o ano de 2020 e esclareceu que:

Tendo em vista a análise dos cenários da pandemia, realizada pelos epidemiologistas da Universidade e partilhada por outros pesquisadores que têm se pronunciado na mídia avaliando que reuniões presenciais somente serão seguras após a vacinação em massa da população, a Comissão Local da 14^a Reunião da ANPED – Sudeste decidiu pela realização da Reunião de forma remota (ANPED, 2020).

Diante do que foi vivenciado neste período da pandemia, o referido evento teve como tema central “Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia” (ANPED, 2020).

¹⁷ Remoto- termo comumente utilizado no período de pandemia para se referir à nova configuração de reuniões e atividades em grupo que são realizadas por meio de plataformas virtuais (Zoom, Google meet, etc.)

¹⁸ Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Faculdade de Educação, o Programa de Pós-Graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGedu) da Faculdade de Formação de Professores e o Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

¹⁹ A comissão organizadora da 14^a Reunião Regional da ANPED Sudeste, foi formada por membros dos seguintes programas de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), Programa de Pós-Graduação em Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGedu) e o Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC).

Figura 1- Arte da 14ª Reunião Regional da ANPEd



Fonte 1: Site da ANPEd

[Audiodescrição: Imagem com fundo rosa e branco contendo um mosaico de 30 quadrados pequenos e grandes, vermelhos, rosas, azuis, roxos e brancos que estão organizados em forma do mapa da Região Sudeste. Oito dos pequenos são lisos e os 22 restantes estampam fotos de pessoas em ambientes de estudo: uns com cadernos e livros, outros com notebooks, computadores e outras tecnologias. Alguns usam máscaras faciais. Ao centro, em roxo e sobre um retângulo branco: 14a REUNIÃO REGIONAL. Em letras maiores, SUDESTE - ANPEd. No canto inferior direito, em vermelho: DIREITO À VIDA, DIREITO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA. Fim da audiodescrição]

Este evento, já no novo formato remoto, também teve um diferencial: contou com uma ação inovadora, visto que junto à comissão nacional foi criada uma equipe denominada “Comissão de Acessibilidade” (ANEXO I) para construir um evento o mais acessível possível. Esta Comissão de Acessibilidade foi composta por uma equipe de profissionais que em sua trajetória acadêmica e profissional estão diretamente ligados à área da Educação Especial. A referida equipe contava com professores atuantes na área de educação especial, Tradutores e Interprete de Língua de Sinais/Língua portuguesa (TILSP), Profissionais consultores de audiodescrição, além de dois profissionais com baixa visão (um docente e um discente/consultor de audiodescrição) .

Assim como no formato presencial, neste evento remoto, aconteceram as palestras, mesas redondas, mesas de encerramento, lançamento de livros, solenidades de abertura e encerramento e sessões de comunicação oral (ANEXO III). O evento aconteceu por meio de videoconferências e foi transmitido pelo canal de *youtube* da ANPEd Nacional e as

apresentações de trabalho ocorreram em salas virtuais por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams*. Cabe ressaltar que solenidades de abertura e encerramento bem como sendo as mesas redondas e palestras foram todas interpretadas por dois profissionais TILSP que se revezavam. Nas sessões de comunicação oral também havia profissionais tradutores e intérpretes de Libras que atuavam em algumas salas virtuais, sobretudo naquelas cujas participantes surdas estavam.

Durante a realização do evento os participantes foram provocados a modificar a forma de apresentação das palestras e das comunicações orais, pois receberam da Comissão de Acessibilidade, um arquivo com orientações sobre como realizar suas apresentações de modo acessível às pessoas que estavam presentes nesta reunião. Durante o acontecimento da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, alguns membros da Comissão de Acessibilidade prestavam *feedbacks* no grupo do WhatsApp, informando que palestrantes e comunicadores orais demonstravam preocupação em realizar as orientações da comissão de maneira correta. Tal postura demonstra que democratização do acesso aos meios sociais digitais é uma conquista da pessoa com deficiência no âmbito dos espaços acadêmicos e científicos.

3.3- As estratégias e formas de aproximação com a problemática do estudo

Para desenvolver este estudo, foi realizado um mapeamento das características e funcionalidades dos dispositivos de acessibilidade digital desenhados e utilizados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste e uma análise da usabilidade destes dispositivos. Para isto, lancei mão de duas estratégias: o acompanhamento do trabalho Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste e a realização de entrevistas com os participantes com deficiência da Reunião.

3.3.1- Acompanhamento do trabalho Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

Uma das estratégias fundamentais para esta investigação foi o acompanhamento ao trabalho da Comissão de Acessibilidade. Esta comissão, atuou desde o mês de julho do ano de 2020 se debruçou para estruturar no escopo desta reunião regional, estratégias que viabilizassem a participação das pessoas com deficiência. A equipe se organizou remotamente por meio de reuniões e estudos para realizar as ações de acessibilidade durante toda a preparação e nos dias da referida reunião científica.

A Comissão de Acessibilidade foi composta por profissionais e pesquisadores que contribuiriam para a produção de materiais, estratégias e recursos de acessibilidade desenvolvidos exclusivamente para a reunião. Para desenvolver o trabalho da acessibilidade do evento, aconteceram, também remotamente, reuniões de planejamento. Foi organizada uma outra equipe que trabalhou em conjunto com a Comissão de Acessibilidade, que foi a equipe de tradutores e intérprete de Libras (TILSP).

Todas as reuniões aconteceram via plataforma *Zoom* de forma periódica, sendo a primeira reunião em 07 de Julho de 2020. Nas reuniões eram realizados o planejamento das ações a serem executadas, bem como as discussões que envolviam a temática da acessibilidade do evento, além disso o grupo compartilhava documentos e ideias que poderiam somar nos trabalhos da comissão.

Ainda nessa estratégia, participei como observadora em cada etapa da construção dos recursos de acessibilidade desenhados para o evento. Dessa etapa de investigação, analisamos a construção destes dispositivos para a realização da 14ª Reunião Regional da Anped Sudeste com a finalidade de responder aos questionamentos propostos nessa pesquisa. Além disso, fiz o acompanhamento às reuniões da comissão e fiquei responsável por fazer o registro das discussões e o arquivamento de todo o material compartilhado entre os membros da comissão.

As reuniões foram todas registradas em atas e a partir destas atas foi possível relembrar e consultar informações para utilizar nesta pesquisa. Além das atas foi criada uma pasta na plataforma do *Google Drive* para arquivar todo o material que foi compartilhado no grupo de *WhatsApp* da Comissão de Acessibilidade. Nesta pasta, além das sugestões em vídeos e textos de materiais para a construção dos recursos e dispositivos de acessibilidade, também estão arquivadas as produções da Comissão. Além da consulta aos registros dos documentos de organização e construção dos recursos de acessibilidade, também consultei os registros da ata de reunião de avaliação do evento, em que todos os participantes da comissão puderam contribuir com suas impressões sobre o resultado das ações da Comissão de Acessibilidade.

O trabalho da reunião foi acompanhado por mim, que enquanto pesquisadora, fazia os registros de todas as reuniões para transformar esses registros em atas que serviram como ferramenta de consulta para essa dissertação. Além dos registros das reuniões foi realizado um cronograma das ações executadas pela comissão. Somada a essas formas de registro, também lancei mão das anotações que eu realizava enquanto observava as discussões da comissão e dos registros contidos no grupo do *WhatsApp*. Essas reuniões da comissão foram gravadas e também utilizadas para consulta quando as anotações realizadas por mim não davam conta de

responder alguns questionamentos surgidos ao longo do processo de análise. Os dispositivos sistematizados passaram por um processo de muita discussão e após a sistematização foram analisados à luz do referencial teórico adotado.

Com a finalidade de responder ao problema da pesquisa retomo as seguintes questões: Existem dispositivos de acessibilidade digital que possibilitem à pessoa com deficiência o acesso e a usabilidade em ambientes digitais? Como se dá a usabilidade destes dispositivos, eles possibilitam uma autonomia e independência para estes usuários?

Como resultado do trabalho da Comissão de Acessibilidade, alguns dispositivos foram elaborados como uma maneira de fornecer recursos de acessibilidade para as pessoas com deficiência inscritas no evento. Elencamos, neste processo de construção de dados tais dispositivos de acessibilidade que estão listados na tabela abaixo e sistematizados na sequência. Vale ressaltar que os dispositivos que foram sistematizados aqui, são resultado de um trabalho coletivo realizado entre os membros da comissão:

Tabela 2 Dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade

Dispositivos de Acessibilidade
Acessibilidade no <i>site</i> da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste
Tradução e interpretação de Libras
Cartaz-vídeos acessível
Orientações para confecção de recursos visuais e preparação da apresentação oral para palestrantes e comunicações orais
Encarte para lançamento de livros acessível

[Audiodescrição: Tabela indicando os dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade. Ela é composta por uma coluna de oito linhas nas cores rosa e branca. Na tabela, linha rosa com o título dispositivos de acessibilidade. segunda linha branca: Acessibilidade no *site* da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, terceira linha branca: Cartaz-vídeos acessíveis; quarta linha branca: Tradução e interpretação de Libras; quinta linha branca: Orientações para confecção de recursos visuais e preparação da apresentação oral para palestrantes e comunicações orais; sexta linha branca: Encarte para lançamento de livros acessível; sétima linha rosa: Fim da audiodescrição.]

Acessibilidade do Site da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

O *Site* da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, após um contexto amplo de debates com a Comissão Nacional, foi reorganizado para um formato acessível. Toda reunião científica tem uma página próprio do evento e para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste o *site* desta reunião contou com recursos de acessibilidade que foram elaborados pela Comissão de Acessibilidade. Os recursos foram: uso de fonte não serifada na escrita do texto; dispositivos para aumento de fonte e alteração de contraste; a estrutura do *site* foi elaborada para que o mesmo pudesse ser lido por leitores de tela com audiodescrição de todas as imagens, incluindo a logo do evento; todo conteúdo de texto traduzido em interpretado em Libras com vídeos de TILPS, acionada por meio de um botão que sinalizava o acesso ao conteúdo em Libras.

Figura 2- *Site* da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste



Fonte 2: *Site* da ANPEd

[Audiodescrição: Imagem de *site* retangular nas cores azul, rosa e branco, sob o fundo azul, guias de navegação em letras brancas. Sob o fundo rosa a logotipo da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste: Sob o fundo branco, uma parte do logotipo da 14ª Reunião Regional da ANPEd, abaixo do logotipo a palavra apresentação seguida por três pequenos ícones em formato de círculo: Facebook, Instagram, Youtube e abaixo dos ícones o botão de interpretação em Libras. Fim da audiodescrição]

Tradução e interpretação de Libras

Por meio dos trabalhos da Comissão de Acessibilidade, a reunião da ANPEd Sudeste foi organizada para que tanto o evento quanto o *site* fossem acessíveis em Libras. Para isto, foi organizada uma comissão de tradutores e intérpretes de Libras que atuaram no evento e alguns

participaram na organização da acessibilidade do *site* da ANPEd Sudeste no qual as abas do *site* que estavam acessíveis em Libras continham uma janela de Libras com um TILSP realizando a interpretação desta aba. Além disso os tradutores e intérpretes de Libras fizeram as interpretações de todas as palestras e mesas redondas do evento e atuaram também na sala das comunicações orais, sobretudo nas salas onde haviam participantes surdos.

Cartaz-vídeo acessível

A Comissão de Acessibilidade em sua primeira reunião de planejamento, deliberou, como estratégia de divulgação da reunião científica, a construção de cartazes interativos em forma de vídeo em que constaria o convite para participar da 14^a Reunião Regional da ANPEd Sudeste. Estes cartazes foram encaminhados para a divulgação em massa nas mídias sociais (WhatsApp, Instagram, Facebook, etc). A Produção destes cartazes-vídeos contou com a participação de profissional da área de informática, TILSP e consultores de audiodescrição, além dos participantes dos vídeos que voluntariamente se dispuseram a gravar vídeos com as falas referentes aos anúncios do evento. Cabe ressaltar que foi um esforço coletivo desse e um processo demorado para que este cartaz-vídeo chegasse à sua versão final.

Os cartazes-vídeos foram elaborados para trazer a maior acessibilidade possível, contendo em um primeiro momento os vídeos do participante pausados e uma audiodescrição da imagem do vídeo. Após o fim da audiodescrição, os vídeos são reproduzidos e o participante se apresenta e faz sua auto audiodescrição e em seguida, inicia sua fala. Concomitantemente um tradutor e intérprete de Libras faz a interpretação da fala do participante. Cabe ressaltar que outros vídeos foram produzidos a partir da fala de outros participantes, incluindo um cartaz-vídeo em que uma participante surda que fez sua fala em Libras enquanto a tradutora e intérprete de Libras fazia a interpretação com o português falado.

Orientações para confecção de recursos visuais para palestrantes e comunicações orais

A Comissão de Acessibilidade também elaborou um material que foi organizado em um arquivo de *power point* que consistia em apresentações de *slides* que continham em seu conteúdo dicas e orientações sobre como confeccionar recursos visuais e sobre como proceder no momento das apresentações orais. Este arquivo foi salvo também em arquivo de PDF e enviado a todos os palestrantes e comunicadores orais.

Esse arquivo, distribuído em seis slides, apresentavam algumas informações para nortear os participantes ao confeccionar seu material para apresentação, como por exemplo, na produção dos slides os participantes deveriam utilizar o máximo de contraste entre a fonte e o plano de fundo, usar preferencialmente fundo escuro com caracteres claros, utilizar tamanho mínimo da fonte 32 e utilizar fontes sem serifa, como: Arial, Calibri, Verdana e Tahoma.

Além das informações para a confecção de recursos visuais, o arquivo em apresentação de *slides* também orientava sobre a comunicação oral de modo a nortear os palestrantes e aos apresentadores de trabalhos orais no uso das estratégias de acessibilidade. As orientações incluíam fazer sua auto audiodescrição ao se apresentar, falar no ritmo normal de forma clara e em bom som, sem muita velocidade para que o TILSP possa fazer a interpretação com qualidade e soletrar caso fosse citada alguma sigla ou alguma palavra em língua estrangeira.

Figura 3- Orientações de acessibilidade digital



Fonte 3: Arquivo da comissão de acessibilidade

[Audiodescrição: Imagem contendo apresentações de *power point* com as orientações aos palestrantes e comunicadores orais. A imagem está dividida em seis quadrantes, e cada quadrante representa um slide de apresentação em *power point*. Primeiro slide com fundo branco, contendo o logotipo da 14ª reunião da ANPED e, em letra preta o título: Dicas para a produção de recursos visuais e apresentações orais com acessibilidade. Segundo slide com fundo branco, em letra preta uma mensagem ao participante. Ao lado a logotipo da 14ª reunião

da ANPEd. Terceiro slide em fundo preto, contendo um texto que cobre todo o slide em letra branca. Quarto slide em fundo preto com a logotipo da 14ª reunião da ANPEd escrito o título: Recursos Visuais. Quinto slide em fundo preto com texto em tópicos com letra branca. Sexto slide em fundo preto com texto em tópicos com letra amarela. Fim da audiodescrição]

Vale ressaltar que a ideia inicial da Comissão de Acessibilidade era enviar aos participantes um manual de acessibilidade mais completo cujas informações abarcasse aspectos de acessibilidade em eventos remotos. No entanto, em virtude do curto tempo, este manual que já estava em fase inicial de escrita, foi condensado para este arquivo de *power point*.

Encarte para lançamento de livros acessível

Além desses dispositivos já mencionados acima, no processo de construção de acessibilidade a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste também contou com lançamentos de livros. De acordo com o *site* da ANPEd, o lançamento aconteceu dia 01/12/2020 de 18 às 19h em três salas simultâneas. Visto que o evento era remoto foi construída uma banca virtual com os principais dados de cada obra, para quem tivesse o interesse em adquirir os livros lançados no referido evento. No próprio *site* havia a opção de acessar o encarte de lançamento de livros em formato acessível. Neste encarte, confeccionado pela Comissão de Acessibilidade, continha a audiodescrição de cada capa de livro proposto para ser lançado do evento. Cabe ressaltar que estes encartes já se encontravam disponíveis no *site* com bastante antecedência.

A seguir traremos, da segunda estratégia utilizada para analisarmos o papel e a usabilidade dos dispositivos e estratégias de acessibilidade para a pessoa com deficiência no contexto da 14º Reunião Regional da Anped Sudeste, a saber, as entrevistas que foram realizadas com os participantes do evento.

3.3.2 Entrevistas com os participantes da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

Como segunda estratégia foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro participantes do evento: um professor com baixa visão, que fez parte da equipe organizadora do evento, contribuindo como membro da Comissão de Acessibilidade, e três participantes da 14º Reunião Regional da Anped Sudeste, duas pesquisadoras surdas que apresentaram trabalhos na reunião da ANPEd e uma pessoa de baixa visão que além de apresentar trabalho, também participou da Comissão de Acessibilidade, em colaboração com a equipe dando suporte na consultoria de audiodescrição.

A realização dessas entrevistas está subsidiada na ideia de que a pessoa com deficiência é protagonista de sua história e como usuário final dos recursos de acessibilidade precisam que suas falas e impressões sobre esses instrumentos sejam levados em consideração. Este pensamento tem base no que diz Smolka (2000) quando nos aponta que formação dos pensamentos está circunscrita pelas variadas formas de pensar que se constituem na apropriação e na reelaboração, por parte das pessoas, das ideias que transitam na sociedade, a partir dos diversos meios de comunicação. E essas mesmas pessoas, de modo particular e singular, explicitam esses pensamentos socialmente constituídos por meio de suas falas. Portanto, é muito importante dar atenção às falas dos sujeitos envolvidos no processo desta pesquisa para refletir sobre esses modos de pensamento que é ao mesmo tempo subjetivo (lugar de fala do sujeito) e ao mesmo tempo socialmente construído.

Para a entrevista semiestruturada foi encaminhado um convite individual via e-mail para todos os participantes, e após esse contato inicial foram marcadas datas e horários específicos para a realização dessas entrevistas. Nessas entrevistas foram realizadas perguntas que atendam aos interesses da pesquisa, bem como perguntas que auxiliem a chegar a um caminho de respostas às questões propostas neste trabalho. As entrevistas para esta pesquisa foram realizadas entre os dias 16 e 17 de fevereiro de 2022 e contaram com a participação de quatro pessoas com deficiência.

A 14ª Reunião Regional da Anped Sudeste contou com 856 inscritos, dos quais, apenas 4 eram pessoas com deficiência. Considerando também a participação dos membros da Comissão de Acessibilidade que possuem algum tipo de deficiência, o evento contou com a presença de 5 pessoas com deficiência. Considerando o total de participantes com deficiência, apenas um não participou da entrevista, visto que não foi possível manter contato com este participante. É importante ressaltar que este número é muito reduzido em comparação ao total de inscritos.

Das quatro pessoas entrevistadas, dois apresentaram trabalho em formato de apresentação oral e utilizaram as estratégias e dispositivos disponíveis na 14ª Reunião Regional da ANPEd, um participou como membro da Comissão de Acessibilidade, que atuou na elaboração dos recursos de acessibilidade e outro participou como comunicador oral e membro da Comissão de Acessibilidade.

Os participantes da entrevista são um professor universitário que participou como membro da Comissão de Acessibilidade; duas alunas de doutorado que fizeram na comunicação oral; e, um aluno de mestrado, que é consultor de audiodescrição e foi membro da Comissão de

Acessibilidade que realizou da comunicação oral. Vale ressaltar que todos os sujeitos entrevistados são pessoas com deficiência, sendo duas pessoas com baixa visão e duas pessoas surdas. Para facilitar a compreensão no momento da análise dos dados, utilizarei a tabela abaixo que, seguindo os protocolos éticos, será utilizada para denominar os participantes da pesquisa:

Tabela 3- Participantes da Pesquisa

Nome fictício	Participação no evento	Atuação profissional	Pessoa com deficiência
Mateus	Comunicação oral/membro da Comissão de Acessibilidade	Estudante de mestrado/ Consultor de audiodescrição	Baixa visão
Lucas	membro da Comissão de Acessibilidade	Professor universitário	Baixa visão
Marta	Comunicação oral	Estudante de doutorado	Surda
Maria	Comunicação oral	Estudante de doutorado	Surda

[Audiodescrição: Tabela indicando os participantes da pesquisa Comissão de Acessibilidade. Tabela parcialmente branca e dividida em quatro colunas e cinco linhas, sendo a primeira linha de títulos na cor rosa. Na primeira linha, a linha de títulos da tabela, da esquerda para a direita as colunas estão escritas respectivamente: nome fictício, participação no evento, atuação profissional, pessoa com deficiência. Nas próximas linhas, da esquerda para a direita estão os nomes e modalidades de participação conforme a indicação da linha de títulos. Segunda linha, escrito: Mateus, Comunicação oral/membro da Comissão de Acessibilidade, Estudante de mestrado/Consultor de audiodescrição, Baixa visão. Terceira linha, escrito: Lucas, membro da Comissão de Acessibilidade, Professor universitário, Baixa visão. Quarta linha, escrito: Marta, Comunicação oral, Estudante de doutorado, Surda. Quinta linha, escrito: Maria, Comunicação oral, Estudante de doutorado, Surda. Fim da audiodescrição]

No contexto desta pesquisa, a participação dessas pessoas com deficiência é fundamental, uma vez que eles são os próprios validadores dos dispositivos desenvolvidos e sua participação nos auxiliam a compreender os desafios e possibilidades no processo de construção da acessibilidade do evento. Realizar uma entrevista com cada um destes participantes passou a fazer parte de nossa estratégia, pois em nosso entendimento as impressões pessoais destes sujeitos nos traria contribuições valiosas. Inicialmente, pensamos em

apenas analisar os dispositivos com base nos documentos arquivados pela Comissão de Acessibilidade. No entanto, entendemos que realizar as entrevistas com os participantes, pessoas com deficiência, traria maior potência à pesquisa.

Ressalto que este evento contou com a participação de pessoas surdas e pessoas cegas ou com baixa visão, logo, a fala dos sujeitos entrevistados carrega suas singularidades. No entanto, é importante ressaltar que nesta dissertação a acessibilidade digital é problematizada a partir da diversidade que compõe o conceito de deficiência e da abrangência das estratégias de acessibilidade.

Foram adotados neste trabalho os procedimentos de entrevista semiestruturada com roteiro de perguntas semiabertas (anexo II) construído a partir de três referenciais: a temática acessibilidade digital de uma maneira geral, a acessibilidade digital e suas implicações no contexto da pandemia e a usabilidade dos dispositivos desenvolvidos para a 14ª Reunião Regional da ANPED Sudeste.

As entrevistas aconteceram de forma remota, tendo em vista que embora já houvesse a vacinação em massa, o momento ainda era de retomada de atividades pós-período de pandemia e muitas atividades ainda estavam acontecendo remotamente. A plataforma utilizada em todas as entrevistas foi o *Google Meet*, pois foi a sugestão de uma das pessoas entrevistadas, visto que tal plataforma apresenta melhores recursos de acessibilidade, sobretudo no uso das legendas, pois ela, enquanto pessoa surda, ainda que falem Libras a legenda é fundamental para sua compreensão em virtude da leitura labial. Os outros participantes, ao serem questionados informalmente sobre suas preferências a respeito de aplicativos de videoconferência, também sinalizaram que a referida plataforma era mais fácil de utilizar e possuía mais recursos acessíveis.

As entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa ocorreram num ambiente de troca, como uma conversa entre sujeitos dispostos a contribuir com o campo acadêmico propondo reflexões sobre a igualdade de condições, sobre a necessidade de dignidade e autonomia, sobre o acesso e usabilidade dos dispositivos de auxílio à comunicação digital, entre outras temáticas que estão alinhadas com o objetivo desse estudo.

Durante as entrevistas me encontrei como uma pesquisadora com escuta ativa, não apenas para demonstrar que estava atenta às respostas dos entrevistados, mas como um indivíduo que busca estabelecer uma relação dialógica para que os sujeitos expressem suas impressões em relação ao vivenciado por eles nos dias de participação da 14ª Reunião Regional da ANPED Sudeste. Pois enquanto pesquisadora acredito no que afirma Freitas (2002) quando diz que a

entrevista é o espaço em que o sujeito traz a partir de sua fala outras vozes e assim reflete a realidade de seu grupo, gênero, classe, raça e momento histórico e social. Freitas (2002) aponta que na pesquisa qualitativa postulada pela teoria histórico-cultural a entrevista acontece na dimensão do social, não é apenas uma troca de perguntas e respostas, mas uma relação dialógica na qual a linguagem é produzida.

Posto isto, retorno às discussões que este estudo traz em relação às diversas desigualdades que historicamente marcaram a vida das pessoas com deficiência, isso se reflete na fala de todos os participantes ao longo das entrevistas realizadas. Retorno também à minha história enquanto pesquisadora, uma história permeada por questões que englobam a ausência de igualdade de condições. É como se neste momento os fatos se interligassem entre a história da pesquisadora, da pesquisa e dos sujeitos da pesquisa de modo que ao considerar os elementos vivenciados ao longo da jornada enquanto pesquisadora, trago elementos às discussões que se entrecruzam histórica e dialeticamente (FREITAS, 2002).

3.3.4 Pré- análise: o processo da análise e da construção dos dados

Para realizar a análise nessa pesquisa, além de refletir sobre os dados construídos ao longo do estudo, foi importante considerar e contextualizar historicamente o lugar de onde os sujeitos falam. Aqui, considero que tanto o pesquisador quanto os participantes da pesquisa devem ser contextualizados historicamente, uma vez que as interpretações do que será construído nas análises depende das relações entre esses sujeitos e do lugar sócio-histórico em que estão inseridos (FREITAS, 2002)

Alinhados com o direcionamento metodológico trazido pela teoria histórico-cultural, entendemos a análise, nessa dissertação, como um processo, que foi se consolidando a partir da construção de dados, e da escrita e reescrita do texto (ZANELLA et al. 2007).

Logo, como material empírico, lançamos mão dos seguintes materiais:

- A sistematização dos dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade;
- Os registros feitos a partir das reuniões da Comissão de Acessibilidade;
- As transcrições das entrevistas realizadas.

As entrevistas foram realizadas e gravadas pela plataforma *Google Meet* e também pelo gravador de voz do meu celular. Além disso, também lancei mão de algumas anotações em meu diário de campo para dar ênfase àquilo que considerei mais importantes no momento das

entrevistas. De posse dessas anotações, inicialmente assisti às entrevistas despretensiosamente para tentar captar aquilo que me chamava a atenção na fala dos sujeitos, também registrando no diário de campo.

Posteriormente, fiz as transcrições de todas as entrevistas, e novamente uma leitura mais minuciosa, em que juntamente com os registros do diário de campo pude iniciar um processo de construção dos dados. Ressalto que durante o processo de construção dos dados, as transcrições das entrevistas foram lidas e relidas.

Vale ressaltar que foi realizada uma devolutiva aos participantes da entrevista, após a transcrição das mesmas. O texto com as transcrições foi encaminhado via e-mail para que os entrevistados pudessem ler, dar a ciência, autorizar o uso de suas falas na pesquisa, além de poderem realizar contribuições com relação aos transcritos. Neste contato com os entrevistados, sinalizamos a importância de seus comentários, de modo a enriquecer as discussões apresentadas nesse estudo. Após o retorno dado pelos entrevistados, enviei um novo e-mail comunicando que encaminharia, como parte final da devolutiva, uma cópia da dissertação e o convite da banca de defesa.

Também como parte do processo de construção dos dados e análise lancei mão dos registros realizados no acompanhamento ao trabalho da Comissão de Acessibilidade, seja das reuniões gravadas em vídeos ou áudios pela plataforma de videoconferência *Zoom*, pelas atas das reuniões, conversas registradas no *WhatsApp* ou pelas minhas anotações no diário de campo. Em relação as gravações, alguns momentos durante a análise, eu revisitava as mesmas para tentar captar informações que não constavam em meus registros documentais.

Os registros da reunião da referida comissão, foram feitos em meu diário de campo e posteriormente reescritos em formato de ata de reunião que ficaram arquivadas em meu computador e em uma pasta do *Google Drive* da Comissão de Acessibilidade. Além disso, para uma melhor visibilidade aos dados construídos, foi realizada uma sistematização dos dispositivos elaborados pela Comissão de Acessibilidade em arquivo de *Word* e salvo em uma pasta em meu computador.

A seguir realizaremos, no próximo capítulo, a análise dos dados construídos, tendo em vista a sistematização dos dispositivos elaborados pela comissão de acessibilidade e a realização das entrevistas com os participantes da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, considerando todo aporte teórico construído ao longo desse estudo.

4 ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS DE ACESSIBILIDADE DIGITAL COMO SUPORTE À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Essa parte do trabalho se dedica a apresentar as análises realizadas com base no entrelaçamento entre o referencial teórico-metodológico e dados construídos por meio dos registros realizados no acompanhamento ao trabalho da comissão da acessibilidade, na sistematização dos dispositivos de acessibilidade elaborados pela comissão de acessibilidade e das transcrições das entrevistas da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.

Neste processo, com os conceitos centrais, o referencial teórico-metodológico e as pesquisas da revisão da literatura, de forma a dar visibilidade analítica aos dados construídos fui organizando as categorias de análise, relevantes para as discussões sobre acessibilidade digital para a pessoa com deficiência e com o problema da pesquisa.

Zanella et al., (2007) fundamenta que

O modo como o pesquisador se acerca dos fatos que pretende estudar, elaborando-os em forma de problema de pesquisa, já traz consigo, no olhar lançado sobre a realidade, um filtro metodológico, um olhar que deverá ser refinado para a construção do caminho que se propõe trilhar na sua investigação (ZANELLA et.al. 2007, p. 27)

Diante desta assertiva, após o registro do vivido foi feito um processo de construção e reconstrução das categorias de análise, sem perder o foco no problema da pesquisa. Tendo em vista a diversidade de possibilidades metodológicas e que o processo de criação das categorias de análise é um processo denso, essas categorias foram criadas e recriadas algumas vezes. (ZANELLA et.al., 2007)

Num primeiro momento foram organizadas 4 categorias de análise. Contudo ao refletir sobre os três aspectos principais que fundamentam essa pesquisa, a saber, a acessibilidade enquanto direitos humanos, a construção dos dispositivos de acessibilidade digital realizada pela Comissão de Acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste e os diálogos sobre usabilidade desses dispositivos elaborados pela Comissão de Acessibilidade, optamos então por coincidir as categorias de análise com esses três temas fundantes da pesquisa, com o olhar voltado a compreender se as questões levantadas nessa esta dissertação podem ser respondidas.

Isto posto, este capítulo está dividido em quatro partes. Na discussão da primeira etapa faremos um apanhado sobre as possibilidades de acessibilidade digital no contexto da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, em que abordaremos aspectos referentes à análise dos dados construídos nesta pesquisa. Na segunda parte debateremos sobre a acessibilidade digital

enquanto um direito humano, refletindo sobre os direitos legais de acessibilidade digital e também discorrendo sobre a exclusão de direitos e o capacitismo intrínseco na sociedade.

Na terceira parte, traremos discussões sobre os dispositivos elaborados pela Comissão de Acessibilidade para a 14ª reunião da ANPEd Sudeste, analisando os dispositivos sistematizados e as falas dos participantes no tocante às suas percepções sobre estes dispositivos. No quarto tópico tecemos um diálogo sobre autonomia e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade desenhados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd.

No percurso teórico da análise desses dados retomamos o que foi construído no primeiro capítulo conceitual e também contamos com o aporte teórico construído na revisão de literatura.

4.1- Análise dos dados construídos: a acessibilidade digital e suas possibilidades no contexto da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

Considerando que a acessibilidade digital é um termo abrangente que engloba o acesso às diversas fontes, conteúdos, redes sociais e outras atividades vivenciadas no contexto digital, este termo pode ser referir também a diversas formas de acesso, como por exemplo, acesso àqueles que não possuem acesso a instrumentos tecnológicos em virtude de sua vulnerabilidade socioeconômica. Sonza (2008) nos auxilia a compreender que acessibilidade digital permite pensar sobre as formas de acesso de qualquer pessoa a qualquer dispositivo e qualquer sistema operacional, independente de sua capacidade motora, visual, auditiva, mental, computacional, cultural ou social, por isso é tão relevante pensar em ações de acessibilidade.

Isto posto, cabe salientar também que a acessibilidade digital aqui nesta análise se refere à pessoa com deficiência num contexto de um evento acadêmico e científico remoto no qual foram elaborados instrumentos técnicos-semióticos para os participantes com deficiência e também aos participantes sem deficiência. O intuito destes recursos foi promover a participação de todos os atores envolvidos no evento. Sobre o conceito de instrumentos técnico e semióticos, Pino (2003) afirma que

Por *instrumento técnico* entende-se todo artefato criado pelo homem com o meio de agir sobre o mundo natural para transformá-lo. O uso de instrumentos técnicos na atividade humana vai acompanhado, em princípio, do uso simultâneo de *INSTRUMENTOS SIMBÓLICOS* (como ideias) que conferem ao produto dessa atividade uma *significação* (PINO, 2003, p.287).

Pino (2003) aponta que os termos “técnica” e “semiótica” caracterizam os meios que os homens inventaram para agir sobre o mundo e sobre eles mesmos, criando assim as próprias

condições de existência seja materiais ou imateriais. O autor ainda complementa que “sem a invenção de meios técnicos e semióticos a história humana ou seria outra, impossível de imaginar, ou simplesmente não seria”.

Portanto, com base nos fundamentos da teoria histórico-cultural, buscamos analisar a função mediadora dos instrumentos elaborados para a realização da atividade humana, visto que a teoria histórico-cultural nos leva a compreender que a mediação, que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros homens é importante porque por meio desse processo é que as funções psicológicas superiores se desenvolvem (REGO, 2014).

Com base nos princípios da teoria histórico-cultural e com as considerações trazidas na revisão de literatura, refletiremos em cada categoria como esses dispositivos pensados pela Comissão de Acessibilidade contribuíram para que as pessoas com deficiência participantes da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste tivessem um maior proveito e participação no evento. Levando em conta o olhar e a fala dos entrevistados refletiremos sobre as potencialidades e desafios de iniciativas de acessibilidade digital para pessoas com deficiência no contexto do ambiente virtual e remoto.

Nesse caminho, para uma melhor visibilidade analítica, elencamos algumas categorias que servirão de base para a análise desses dados. Vale ressaltar que essas categorias estão alinhadas com o objetivo deste estudo, uma vez que ao investigar o papel dos dispositivos desenhados pela Comissão de Acessibilidade podemos trazer discussões sobre acessibilidade e usabilidade aos participantes da referida reunião como uma questão de direito humano.

Tabela 4- Categorias de análise

Categorias de Análise
1- Acessibilidade digital enquanto um direito humano
2- A acessibilidade digital no contexto da 14ª reunião regional da ANPEd Sudeste
3- Autonomia e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade pelas pessoas com deficiência

[Audiodescrição: Tabela composta por uma coluna com quatro linhas. Tabela branca com a primeira linha de título rosa. Primeira linha escrito: categorias de análise, segunda linha escrito: Acessibilidade Digital enquanto um direito humano. terceira linha escrito: O processo de construção da acessibilidade digital no contexto da 14º Reunião Regional da ANPEd Sudeste. Quarta linha, escrito: Autonomia, comunicabilidade e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade pelas pessoas com deficiência. Fim da audiodescrição]

É importante ressaltar que para análise dos dados trazemos alguns recortes das falas transcritas dos participantes entrevistados que, para nós, tem o sentido da expressão de seus pensamentos individuais, o que não significa necessariamente que representam a voz de todas as pessoas com deficiência, mas ainda assim é possível que mesmo diante da singularidade de cada pessoa, perceber que os relatos sobre as barreiras e as suas angústias compartilhadas possuam semelhança entre si.

4.2- A acessibilidade digital enquanto um direito humano

Antes de adentrarmos na especificidade dos dispositivos de acessibilidade da 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste trazemos um tópico abordado na entrevista que consideramos fundante da temática desta pesquisa e que, de certa forma, perpassou e ancorou todo o trabalho da Comissão de Acessibilidade e das temáticas abordadas nas entrevistas: a questão da acessibilidade enquanto um direito humano.

Kassar e Silva Filho (2019 p. 05) apontam que “a leitura sobre o significado social das pessoas evidencia-se não apenas em discursos, mas também em outras condições materiais de vida”. Ou seja, não apenas nas narrativas políticas e nos marcos legislativos os direitos da pessoa com deficiência devem ser considerados, mas é necessário um olhar atento para as reivindicações desse público, o ouvir de suas vozes, e considerar o papel que estas pessoas exercem na sociedade, sobretudo pelo viés da igualdade de direitos.

Nesse contexto, trago a fala de Lucas, que é um professor universitário que tem baixa visão e que traz para o diálogo as dificuldades enfrentadas por ele no tocante a falta de acessibilidade. Considerando sua vivência no ambiente acadêmico e científico, o participante, nos leva a refletir sobre os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no contexto profissional e sobre as múltiplas formas de capacitismo vivenciadas com bastante frequência:

Pesquisadora: Como você considera a acessibilidade e usabilidade das estratégias e dispositivos de acessibilidade digital nos dias de hoje?

Lucas: Horrível... péssimo... especialmente no ambiente acadêmico e científico. Por causa da falta de acessibilidade eu tenho tirado do meu bolso para garantir recursos para minha acessibilidade e tenho sofrido uma série de processos de capacitismo [...] por isso me afastei de uma série de atividades, com um pouco de tristeza, mas com um pouco de cansaço também [...] de fazer as coisas com desconforto visual (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022)

Diante do que está posto neste recorte, podemos afirmar que construir estratégias de acessibilidade é urgente ainda mais diante de um contexto em que a pessoa com deficiência vive discriminações e processos de exclusão de direitos. A fala trazida por Lucas, “*por isso me afastei de uma série de atividades, com um pouco de tristeza, mas com um pouco de cansaço também*” reforça a ideia de que a exclusão de direitos ainda está presente na sociedade e que esses processos de exclusão colocam a pessoa com deficiência num lugar de desvantagem contínua trazendo prejuízos não apenas físicos, mas emocionais também. Para isso é necessário ações de proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Piovesan (2004) salienta que uma efetiva proteção dos direitos humanos requer políticas específicas e destinadas a grupos socialmente vulneráveis, visto que são vítimas preferenciais da exclusão. Nesse contexto, a implantação de políticas e legislações com enfoque nos direitos humanos pressupõe que se pense em prover direitos de maneira universal, indivisível e que considere a diversidade humana. Desse modo a compreensão sobre a importância da valorização da diversidade humana facilita no processo de se pensar a acessibilidade digital.

É interessante observar que a exclusão de direitos se apresenta em muitos momentos nas falas dos entrevistados, sobretudo quando mencionam sobre o capacitismo sofrido cotidianamente. Como também aponta Mateus:

Mateus: [...] e cada dia que a gente sai de casa agente sofre preconceito. Isso é diário, não é de vez em quando. Então isso é muito difícil [...]a gente já é esquecido, já é invisibilizado, mesmo saindo de casa, tanto que algumas pessoas falam assim: ah na minha cidade não tem nenhum cego, nunca vi um cego andando na rua. Claro, se a cidade não tiver acessibilidade, não tiver oportunidade a pessoa vai ficar dentro de casa (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

Por meio das falas observadas nessas transcrições, podemos refletir sobre dois aspectos na discussão sobre acessibilidade digital: os processos de exclusão de direitos e o capacitismo. Isso nos faz retornar ao que foi tratado no primeiro capítulo quando discutimos sobre o direito a acessibilidade por parte da pessoa com deficiência. Iniciamos ressaltando que no sistema legislativo do Brasil existem leis que protegem o direito ao acesso a *sites*, a ambientes digitais e outros tipos de acesso que permitam uma vida mais autônoma, sobretudo em ambientes remotos. No entanto, ao refletir sobre a temática da acessibilidade digital pensada com um direito humano, a lógica dos processos de exclusão de direitos se perpetua quando inúmeras barreiras ainda obstruem, historicamente, a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Algumas dessas barreiras (comunicacionais, atitudinais, físicas) são conceituadas nos

instrumentos normativos e marcos legais do país. Mas a questão é que ao se tratar de acessibilidade para pessoas com deficiência, ainda que seja um direito legítimo, muitas iniciativas ficam apenas no campo dos discursos e dos textos políticos (KASSAR; SILVA FILHO, 2019; LOPES, 2017; SONZA, 2008).

Essa ausência de ações que eliminem as barreiras de acessibilidade é muito perceptível quando ouvimos as falas dos participantes da 14ª Reunião Regional da ANPED Sudeste no tocante às dificuldades enfrentadas por eles cotidianamente. Fica muito claro que muitas ações constam apenas no papel ou na vitrine de determinadas instituições. Aqui, é muito importante problematizar esta questão, uma vez que existe um sistema protetivo que na produção de seu texto político afirma que garante, que assegura acessibilidade. Contudo, nas adversidades enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência é evidente que não há garantia alguma (KASSAR; SILVA FILHO, 2019)

Ademais, existe um cenário de contradições implícito no processo de construção de acessibilidade como aponta Lucas em sua fala:

Lucas: De um modo geral, eu vejo que hoje as pessoas querem fazer, mas não sabem como fazer. Há a dificuldade de as pessoas entenderem [a importância da acessibilidade] e implicitamente fica essa sensação de, foi isso aí que a gente conseguiu, se contentem com isso, pare de reclamar (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

Nesse caso, Lucas reafirma as dificuldades que as instituições que realizam eventos acadêmicos e científicos têm de construir acessibilidade. Podemos então perceber que existe implicitamente, nas relações entre os atores envolvidos, um cenário marcado por processos de exclusão de direitos em que não há urgência ou interesse em igualdade de condições. Essas indagações são comuns aos participantes entrevistados, como podemos ver também neste trecho da entrevista de Maria:

Maria: Isso, para você ter uma ideia, só comparação. Na presencial [nome da instituição] eu fui no minicurso de Filosofia da Educação. Chegando no minicurso de Filosofia da Educação a professora, a intérprete se apresentou [...] a professora disse: Aqui é minicurso de Filosofia da Educação. A intérprete disse: Eu sei. Mas aqui é minicurso de Filosofia da Educação. A intérprete: Eu sei, eu vou interpretar. Como se eu surda não pudesse ficar na área de Filosofia da Educação, eu tinha que ficar lá na área da Educação Especial. Entendeu? Meu lugar é só na Educação Especial, né? Agora nesse ANPED acessível tinha intérprete para Filosofia da Educação, Educação do Campo. E assim vai? Então, isso é muito legal (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARIA, data 17/02/2022).

Este recorte remete ao capacitismo da pessoa que estava no GT de Filosofia da Educação que, nesse contexto, a marcou em um lugar de não pertencimento. Por exemplo, na fala “*Como se*

eu surda não pudesse ficar na área de filosofia da educação, eu tinha que ficar lá na área da educação especial. Entendeu? Meu lugar é só na educação especial, né? Marta sinaliza uma dificuldade vivenciada por muitas pessoas com deficiência: a demarcação de uma posição social que os colocam como não pertencentes a determinados lugares, uma segregação que ainda assola e angústia esses sujeitos.

Nesse caminho de discussão sobre falta de acessibilidade Lucas menciona que:

Lucas: A falta de acessibilidade me dificulta trabalhar com conforto visual e tem tudo a ver com acessibilidade digital ainda mais num momento de ensino remoto, em eventos on-line [...] no ensino remoto eu tive descolamento de vidro, quase descolamento de retina [...] no evento online eu percebi que ficava muito puxado, no meu caso que tenho uma lesão ocular, eu chegava ao final do dia extremamente cansado, com muitas dores, então ficou inviável. Eu tenho certeza que se tivesse acessibilidade ficaria menos desconfortável (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

Portanto, vale ressaltar que o excesso de tempo de tela para quem é cego ou possui baixa visão é mais prejudicial à saúde e esse impedimento no contexto da acessibilidade digital é mais uma barreira na democratização do acesso aos meios digitais.

Para problematizar essa questão dos processos de exclusão de direitos e do capacitismo ainda vivido de forma rotineira pelas pessoas com deficiência, trazemos Maior (2017) que nos lembra que a CDPD estabelece a acessibilidade como um princípio e como um direito básico que deveria ser garantido a todo e qualquer cidadão e afirma ainda que o descumprimento da acessibilidade equivale à discriminação com base na deficiência.

Muitos desafios impostos às pessoas com deficiência passam despercebidos pelas pessoas, órgãos, instituições, que muitas vezes não se preocupam em repensar suas falas e atitudes preconceituosas, tampouco buscar aprender sobre as necessidades de acessibilidade, sem se atentar, ou se importar com o fato de que estão participando de uma cultura de capacitismo. O capacitismo ainda é um tema pouco conversado e debatido, mas as discussões sobre este tema têm se consolidado, tendo em vista o tamanho das dificuldades e traumas que ele causa (MELO, 2016).

O capacitismo é entendido como uma barreira atitudinal que desconsidera a diversidade humana e atribui à pessoa com deficiência a condição de incapacidade e contribui para a lógica dos processos de exclusão. Essa barreira é materializada por meio de atitudes preconceituosas que “hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (MELLO, 2016).

Podemos acrescentar a isso, um trecho em que Lucas afirma sobre a acessibilidade digital enquanto direito humano como determinante para quem necessita utilizá-la:

Lucas: A acessibilidade digital para gente, a acessibilidade como um todo, ela se torna um caminho entre fazer e não fazer. Entre conseguir e não conseguir. É um direito humano, para mim, de acesso a outros direitos, não adianta falar que se luta pelos direitos de todos se não tem acessibilidade né? (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

Essa fala aponta para a relevância em acabar com os processos de exclusão de direitos, evidenciando que ter acessibilidade digital é determinante para a participação social das pessoas com deficiência. Isso nos remete ao trabalho de Lopes (2017) que aborda sobre acessibilidade digital com enfoque na diversidade que constitui o humano. A autora sinaliza que as instituições devem se nortear para os instrumentos normativos e para as políticas institucionais refletindo que os mais variados sistemas, informação, comunicação e documentação, devem ser acessíveis a todas as pessoas.

Desta afirmativa apreendemos que para o contexto em que a pessoa com deficiência vive, não ter acessibilidade digital determina os modos de vida desses sujeitos, não ter acessibilidade digital implica deixar de realizar atividades e deixar de vivenciar aspectos inerentes a vida social. A constituição social do ser humano se dá com base em um complexo desenvolvimento da pessoa em seu meio.

Para Vigotski (2010) o meio se constitui de forma multidimensional. A teoria histórico-cultural nos ajuda a compreender o papel do meio no desenvolvimento do sujeito e nesse trabalho, a acessibilidade digital é pensada enquanto um componente do meio no processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência (REGO, 2014).

Portanto, considerando a dimensão espacial do meio, trazer os debates sobre acessibilidade, nesse estudo, nos ajuda a refletir sobre a construção da acessibilidade como uma possibilidade de acesso aos bens socialmente cosntruídos de modo que estes sejam elaborados para todas as pessoas, com ou sem defeciência. E este pensamento também se alinha com os princípios do Desenho Universal (VIGOSTSKI, 2010; PINO, 2010; DAINEZ; SMOLKA; SOUZA, 2022).

Ante o exposto, ao longo da história social do homem a diversidade não era compreendida como um elemento a ser valorizado, era vista dentro de padrões de uma normalidade, e assim constituía-se concomitantemente o padrão da não-normalidade, ou seja, as pessoas com deficiência, que distanciamas do padrão do que era considerado normal, eram

sujeitos invisibilizados e desrespeitados em sua singularidade. No entanto, essa visão tem se modificado, mas ainda é um processo distante do ideal (SONZA, 2008).

Considerar a diversidade que constitui o sujeito é considerar que cada pessoa é um ser único em suas potencialidades e individualidades e este é um tema que deve ser discutido também nos espaços científicos e acadêmicos de modo a propor reflexões nas esferas políticas, sociais e culturais com a finalidade de romper com a cultura do capacitismo, que muitas vezes se apresenta de maneira velada, “não-intencional”, mas que fere aqueles que sentem o dissabor em viver na hegemonia da norma de corpos não deficientes (MELLO, 2016).

Isto acontece, pois a sociedade está imersa em uma cultura capacitista que se construiu historicamente, a estrutura jurídica e política desta sociedade, possui raízes em ideologias capacitistas. A história revela todo esse estigma que essas pessoas consideradas fora dos padrões da corponormatividade carregam, de pessoas que sempre foram caracterizadas socialmente por causa de suas limitações e nesse contexto, suas potencialidades só foram reconhecidas a partir de muita luta (GUIMARÃES, 2014, DAINEZ; SOUZA, 2022).

Para esta discussão trago novamente as contribuições da teoria histórico-cultural para ponderar sobre o caráter da relação indivíduo/ sociedade que resultam de uma interação dialética entre o homem e o seu meio sociocultural, ou seja, a história social do homem está intrinsecamente relacionada à sua história cultural. Nesse caso, a base que fundamenta essa cultura de capacitismo, é a história social dessas pessoas e essa história reproduz a ideia de corpos normais e corpos anormais.

Por conseguinte, Dainez (2014) traz uma contribuição que nos permite refutar as ideias arraigadas na sociedade capacitista que é sustentada pela ideia da corponormatividade. A autora afirma que:

Os estudos realizados por Vigotski (1997) desregulam a ideia da normalidade orgânica, de modo a não apagar a dimensão orgânica, mas de integrá-la à dimensão cultural. Nessa perspectiva, não se trata de negar limitações, mas de potencializar as condições orgânicas e sociais da pessoa com deficiência, conhecendo a patologia e trabalhando para além dela. Logo, as potencialidades e os limites não estão centrados na criança com deficiência, mas se produzem socialmente, nos modos de relação, convocação, orientação e participação dos sujeitos nas práticas (DAINEZ, 2014, p. 111)

Guimarães (2014) nos lembra que nos documentos e textos políticos construídos em diversos momentos da história sempre existiram nomenclaturas que traduzem preconceitos e pensamentos da sociedade em relação aos indivíduos com deficiência, contudo as definições

sobre essas pessoas foram sendo redimensionadas até chegar ao que temos nos dias de hoje: pessoas sendo consideradas pessoas e toda a diversidade que as constitui.

Nessa reflexão, destaco um apontamento de Piovesan (2004) quando afirma que os direitos humanos não nascem todos de uma só vez, tampouco são dados, mas são uma construção humana que está em constante ressignificação. É um processo que é fruto de nossa história, que envolve passado e presente e que está enraizado num espaço simbólico de luta e atuação social.

Isto posto, cabe destacar também a importância do movimento político das pessoas com deficiência que trouxe importantes resultados na construção normativas legais com enfoque nos direitos das pessoas com deficiência e que trouxe maior visibilidade ao protagonismo dessas pessoas, rompendo com a ideia da tutela e alcançando maior autonomia com vistas a uma vida cada vez mais independente. Essa organização trouxe novos arranjos sociais, permitindo acesso a direitos, antes negados. No entanto, ao se deparar com as barreiras enfrentadas ainda nos dias de hoje, podemos refletir que muito se tem a avançar para que haja a valorização de seus direitos (MAIOR, 2017).

Na teoria histórico-cultural podemos apreender que as características que formam o humano são resultado da interação dialética do homem com o seu meio sócio, histórico e cultural. Compreender sobre o meio nesse contexto é importante pois o ambiente em que a pessoas com deficiência está inserido afeta muito as suas vivências (REGO, 2014). Nesse caso por exemplo, a interação da pessoa com deficiência com todo esse ambiente inadequado a sua participação social, traz marcas das tentativas apagamento histórico e reverbera em toda sua vivência. Vigotski (2010), sobre vivência, afirma que:

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa– e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VIGOTSKI, 2010, p. 689) .

Nesse caminho, a vivência das pessoas da pessoa com deficiência com relação aos desafios enfrentados por ela nos eventos e atividades virtuais sempre será afetada, independente da condições de acessibilidade. No entanto é fundamental que haja um ambiente digital acessível e que disponha de recursos para que esta pessoa possa utilizá-los de forma autônoma

e em igualdade de condições.

Nesse contexto, retomamos o debate sobre a participação política das pessoas com deficiência na luta por direitos, dessa forma compreendemos que para debater sobre a acessibilidade é importante considerar o que as pessoas com deficiência têm a dizer. Maria, uma participante surda, ao ser questionada sobre o que seria ideal quando se trata de acessibilidade digital para as pessoas com deficiência, responde:

Maria: Generalizando: Janela de Libras, legenda e leitura labial das pessoas [...] essas são as três partes fundamentais para a acessibilidade digital, para que a gente possa ter acesso [...] E pessoa, viu? Eu tenho que reforçar isso! pessoa, não robô. Pessoa, e não avatar [...] não substitui o ser humano. Eu quero da minha casa falar com o banco, preciso falar com o banco e eles colocam avatar, automático (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARIA, data 17/02/2022)

Neste trecho a entrevistada relata sua dificuldade ao acessar os *sites* ou entrar em contato com empresas de maneira remota possui dificuldades, pois muitos chats de atendimento são realizados de maneira automática. As empresas atualmente colocam um avatar, um robô para assistência automática no chat. Segundo Maria, isso dificulta a comunicação, pois muitas vezes a escrita é incompreensível, há falta de opções para atendimento aos surdos e outras dificuldades.

Tal situação nos faz refletir que a ausência de condições de acesso a dispositivos de acessibilidade afeta diretamente a vivência das pessoas com deficiência no que tange aos seus direitos e que a falta de interesse em construir acessibilidade nos diversos ambientes sociais ainda é entrave atualmente, mesmo após tantos anos de luta e mobilização das organizações das pessoas com deficiência. Portanto, nessas contradições entre o que está posto nos textos jurídicos e o que é vivenciado nas práticas cotidianas, é necessário considerar as experiências e as vivências daqueles que estão diariamente sentindo na pele os desafios da ausência de direitos (LOPES, 2017).

Nesse quadro, ao analisar sobre acessibilidade enquanto direito humano no contexto da 14ª Reunião Regional da Anped Sudeste outra questão importante a refletir é a baixa frequência de pessoas com deficiência neste evento. Considerando que dentre mais de 800 inscritos, apenas 4 são pessoas com deficiência, surgem questionamentos sobre o motivo para tão baixa participação desse público.

Obviamente não é possível identificar uma causa para esse fenômeno sem realizar uma pesquisa mais aprofundada. No entanto é possível problematizar, conforme a literatura nos aponta, que muitas são as barreiras que impedem a pessoa com deficiência de alcançar os ambientes de ensino superior e pós-graduação. Estas dificuldades se apresentam desde a

formação inicial destas pessoas, pois muitos não têm acesso a vaga, ou enfrentam barreiras em seu processo educacional ao longo de toda sua jornada escolar. Como isso fica difícil ou até mesmo inviável o prosseguimento de seus estudos (LOPES, 2017).

Contudo, não podemos deixar de dizer que já existem direitos das pessoas com deficiência que estão distribuídos em vários artigos constitucionais. Em termos legais as políticas nacionais de inclusão e de acessibilidade, as legislações próprias para surdos, cegos e pessoas com baixa visão e outras legislações que estão inseridas de forma transversal seja nas leis de saúde, educação, trabalho, proteção social, cultura, esporte, etc. Hoje já podemos contar com um sistema protetivo que podem auxiliar na construção da acessibilidade e da acessibilidade digital. Em suma, na questão do direito humano, já existem instrumentos legais capazes de provisionar acesso a estas pessoas, e isso é fundamental para uma participação efetiva da pessoa com deficiência na sociedade. (MAIOR, 2017)

Até aqui já compreendemos que a acessibilidade deve ser vista enquanto um direito humano, e que ela é tratada nas diversas leis que já existem no país. Vimos também que algumas dessas leis postulam sobre a acessibilidade na comunicação e informação, telefonia, legendas, janela com intérprete de Libras, audiodescrição de imagens para cegos na televisão, no cinema, no teatro, em campanhas publicitárias e políticas, nos *sites*, etc. (BRASIL, 2000; BRASIL, 2009, BRASIL, 2015).

Nesse caminho de reflexão sobre a importância em assumir a acessibilidade digital em eventos remotos enquanto um direito que deve ser ratificado nas relações sociais que se estabelecem nesses ambientes, trazemos agora para discussão, o contexto do remoto como alternativa advinda do período pandêmico por motivo da pandemia da Covid-19.

Com a chegada da pandemia muitas atividades econômicas, sociais e de entretenimento continuaram acontecendo, embora houvesse o distanciamento social. A utilização de novas tecnologias de informação e comunicação que já estavam mundialmente em expansão, ganhou destaque, visto que demonstrou ser uma alternativa para “reconectar, perpetuar as relações e adaptar novas formas de viver das pessoas” (FLORES; KRENING, 2020).

Mateus sinaliza que muitas coisas mudaram a partir do enfrentamento da pandemia, surgia então um movimento de maior interação entre as pessoas com deficiência e um novo paradigma na trajetória das pessoas com deficiência:

Mateus: Mudou bastante coisa nesse contexto de pandemia, né? Até então, nós não tínhamos essa interação tão grande assim através da vídeoconferência, passou a ser tudo por vídeoconferência [...] mudou bastante a questão do deslocamento, por exemplo, eu ir para Duque de Caxias lá FEBF, era uma aventura, pra eu chegar lá, tudo uma aventura [...] então esse contexto de pandemia trouxe essa vantagem, de a

gente estar mais seguro, dentro de casa, sem precisar enfrentar esses obstáculos na rua, mas ao mesmo tempo a gente fica mais escondido (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

O recorte acima, nos aponta que para mais uma contradição entre algo que é bom e algo que se constitui como barreira. Primeiro, Mateus fala da possibilidade de interação, em que “*passou a ser tudo por videoconferência*”. Nesse sentido as plataformas de videoconferência, tais como: *Google Meet, Zoom, Microsoft Teams* e outras tornaram-se salas de reunião, salas de aulas, ambiente de socialização e de partilha de conhecimento. Esse fenômeno, que antes já existia, mas era visto com certa desconfiança, hoje assume um lugar de destaque que possivelmente perdurará após o fim do período pandêmico (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020)

Sabemos que a pandemia afetou criticamente os modos de vida das pessoas e essa crise compeliu a um isolamento físico, trazendo uma modalidade laboral e social concretizada por meio de plataformas digitais. O digital ganhou nesse contexto, um novo sentido, visto que antes já existiam modalidades de reuniões e atividades realizadas de forma digital, porém após o início da pandemia a participação nos ambientes virtuais foi redimensionada e transformada em uma alternativa viável e rotineira de organização social (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020). De acordo com o que pudemos observar durante as entrevistas, para a comunidade surda, esta situação representou um ganho, visto que com essa remodelação dos meios sociais, a pauta da acessibilidade, sobretudo a visibilidade da Libras, ganhou maior alcance. Nesse contexto, durante o período pandêmico Marta coloca que:

Marta: Para nós surdos, foi uma festa. Por incrível que pareça, para nós tudo foi uma festa, porque foi uma época bombardeada de informações, uma época que todo mundo estava no Zoom, no Meet, foi uma época que todo mundo estava se encontrando remotamente. Todo mundo usando Libras, tendo acessibilidade, também os intérpretes, a legenda...enfim, então a pandemia foi assim: Meu Deus, onde estamos? de tantas informações que a gente pegou na nossa comunidade surda. Mas por outro lado, Raquel, se a gente pensar na universidade, nas escolas, por outro lado, foi um desafio enorme (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARTA, data 16/02/2022).

Maria aborda sobre esta questão, quando diz que a comunidade surda celebrou ao ver uma grande quantidade de eventos on-line ou transmitidos na televisão, cujos TILSP estavam presentes. A participante menciona, como exemplo, as *lives* realizadas por cantores e transmitidas em televisão aberta, que foi uma iniciativa que se configurou como uma importante vitrine para a comunidade surda. A visibilidade desta comunidade se deu nesse momento em que, com o passar do tempo, a grande maioria das *lives* passou a utilizar as janelas de Libras.

Considerando o que está posto no trecho acima, nos deparamos com duas situações vivenciadas a partir do início da pandemia. De um lado, temos uma maior visibilidade em alguns aspectos na luta das pessoas com deficiências, mas por outro lado, podemos ver inúmeros desafios para este período. Toda a forma de vivência foi afetada, isso configurou-se como um grande problema para as pessoas, para a escola, para a ramo do entretenimento e de eventos e para outras organizações, visto que além do estado permanente de crise em que o país se encontrava, muitas pessoas não tinham preparo ou estrutura mínima para acompanhar todo esse redirecionamento econômico, político, social e cultural (SANTOS, 2020; MEDEIROS; CARVALHO, 2020)

Marta, aponta essas dificuldades quando diz:

Marta: Porque mexeu muito isso comigo na pandemia, sabe? pela inserção dos surdos, quando eu vi que metade usa essa tecnologia, outros não. E aí eu fui procurar entender o porquê [...] eles são caros, não tenho condição financeira de ter internet. É muito caro isso. E você fica: Nossa! [...] não só o deficiente, como as pessoas que não tem deficiência e que não tem também esse acesso digital, né Raquel? Mas isso mexeu comigo [...] eu falei:-Nossa, o que é tão óbvio para mim não é óbvio para esses meus colegas, que eu trabalho como voluntária na associação de surdos, e aí eles estão perdendo todas as oportunidades da tecnologia para crescerem não porque eles não querem, mas porque não conseguem (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARTA, data 16/02/2022).

A afirmativa da transcrição acima, aponta que as dificuldades em acessar ferramentas e recursos de acessibilidade estão presentes na vida das pessoas com deficiência por diferentes razões, mas trazemos para essa análise o fato de que a ausência de condições de acesso por muitas vezes é uma barreira a ser enfrentada cotidianamente pelas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade.

Além disso, havia uma divisão social entre os que podiam cumprir o isolamento e utilizar-se das tecnologias de informação e comunicação, mas havia também uma parcela da população que não possuía acesso a essas ferramentas, seja em virtude de dificuldades financeiras ou por algum impedimento que se constituía como barreira para se adequar a esta nova forma de viver. (FERNANDES; MONTEIRO; OLIVEIRA, 2020)

Seguindo o que trata essas leis e considerando a relevância de construir acessibilidade nos eventos científicos remotos que se consolidaram como alternativa para o período pós-pandemia, trazemos para análise na próxima seção a construção da acessibilidade digital no contexto da 14^a Reunião Regional da ANPED Sudeste.

4.3- A acessibilidade digital no contexto da 14ª reunião regional da ANPEd Sudeste

Trataremos agora sobre a acessibilidade digital no contexto da 14ª reunião da ANPEd Sudeste buscando trazer um enfoque aos recursos de acessibilidade confeccionados para esta reunião a fim de refletir sobre o processo de construção da acessibilidade digital a partir dos dispositivos elaborados no escopo da Comissão de Acessibilidade, levando em conta as impressões dos sujeitos da pesquisa.

Como já abordamos anteriormente, existe um arcabouço legal que ratifica o direito a acessibilidade às pessoas com deficiência, mas muitas dessas propostas não são cumpridas por distintos fatores, o que dificulta a construção de estratégias de acessibilidade. Contudo, é factível pensar em construir acessibilidade digital de forma a assegurar aos usuários o máximo de acessibilidade possível, considerando o seu contexto (SILVA, 2018).

Diante da possibilidade de promover estratégias de acessibilidade, trago nesta análise a reflexão sobre a importância do conhecimento e do comprometimento político na defesa deste direito. Na entrevista, Mateus traz a questão da construção da acessibilidade da seguinte maneira:

Mateus: Uma coisa que tem que ter consciência é que a acessibilidade 100% não existe, isso é utópico, ela nunca vai ser plena, a gente tem que estar sempre melhorando, com a experiência, com o contato com os usuários a gente vai crescendo. Por isso, a gente bate sempre nessa tecla, como você vai oferecer um produto pra um determinado público e você não tem contato com esse público? é ouvir pra entender as necessidades, as especificidades (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

Ele considera que seria um engano pensar que é possível fazer um evento ou atividade totalmente acessível, mas que é importante pensar em cada iniciativa proposta de modo que contemple o máximo de pessoas possível, sobretudo realizando na construção desta acessibilidade a escuta à pessoa com deficiência, sobre seus anseios, singularidades e necessidades.

Não distante, Lucas, que também participou da Comissão de Acessibilidade, complementa essa ideia, quando também afirma durante a entrevista: *“É como a perfeição, a gente quer chegar à perfeição, mas a gente não chegará à perfeição. A gente fala em 70% acessível, 80% acessível, mas 100% acessível eu nunca vi.”*

Das transcrições acima, podemos apreender que não há como se falar em uma acessibilidade que abarque todas as pessoas e de maneira completa, visto que muitas são as variáveis no processo de construção de acessibilidade, existem as especificidades de cada

deficiência, existe a ausência de conhecimento técnico dos envolvidos no processo, existe a falta de recursos financeiros, além de outros entraves.

Nesse contexto, retomamos o que foi discutido no segundo capítulo sobre a relevância da capacitação profissional no processo de construção da acessibilidade. Silva (2018) pondera que o investimento em capacitação de profissionais é necessário e imprescindível, mas também salienta, que no tocante a acessibilidade a capacitação técnica não exclui a oferta de ferramentas que auxiliem na comunicação entre as pessoas com deficiência, ou seja, são dois processos importantes e que estão relacionados.

Piedade (2016) também traz para discussão a necessidade de investimento financeiro e melhorias dos problemas de acessibilidade como um ponto de partida para a democratização dos espaços virtuais. Além disso, é importante ouvir os anseios e as percepções dos usuários dos recursos de acessibilidade digital, no contexto dessa pesquisa, as pessoas com deficiência. Isto nos traz de volta ao que foi discutido no primeiro capítulo deste estudo, sobre a luta política das pessoas com deficiência, quando trata do lema “Nada sobre nós, sem nós”, justamente no sentido de preconizar a participação das pessoas com deficiência no que diz respeito a seus interesses e suas particularidades.

Esse lema, que tanto acompanhou a história da pessoa com deficiência reverbera ainda atualmente, uma vez que a todo momento desta pesquisa, sobretudo nas entrevistas, somos chamados à atenção sobre a necessidade de ouvir as pessoas com deficiência em suas especificidades, sendo eles os protagonistas de sua história, antes de pensar em qualquer iniciativa de acessibilidade (MAIOR, 2018; GAVERIO, 2017).

Diante disso, entendemos ser fundamental a participação das pessoas com deficiência durante todo o processo de elaboração de recursos e dispositivos que auxiliem na acessibilidade digital. Ao reiterar essa questão, não quero ser repetitiva, mas lamentavelmente ainda é muito comum que as instituições, órgãos e pessoas decidam sobre as pessoas com deficiência sem considerar suas vivências e tudo o que eles têm a dizer (SILVA, 2018).

Isto posto, a Comissão de Acessibilidade trabalhou durante alguns meses para produzir dispositivos e estratégias para a acessibilidade digital do referido evento, com um enfoque na participação das pessoas com deficiência no processo de construção dessa acessibilidade.

Dessa forma, o trabalho realizado por esta comissão trouxe alguns diferenciais e propostas que se alinham com uma adequada iniciativa para propor acessibilidade digital em um evento acadêmico-científico totalmente remoto. A primeira iniciativa acontece na própria composição da equipe, dentre os membros da Comissão de Acessibilidade estão duas pessoas

com deficiência. Embora seja importante uma mesclagem maior, visto que não existem apenas cegos e surdos, compor uma comissão em que os sujeitos podem apontar aquilo que pode se conformar melhor às suas necessidades, reduz o risco de erro e um melhor aproveitamento na elaboração dos recursos de acessibilidade.

Outra importante iniciativa foi a própria elaboração dos dispositivos de acessibilidade, que pelo olhar dos entrevistados foi considerado como uma boa iniciativa para um evento remoto. Um dos recursos organizados pela Comissão de Acessibilidade foi a participação de TILSP que atuaram em algumas frentes de trabalho na 14ª reunião regional da ANPEd Sudeste, a saber, atuaram interpretando a Libras nas mesas redondas, palestras, salas de comunicação oral e também traduziram pra Libras as informações do *site* da referida reunião. Aqui podemos observar a fala da Maria sobre a relevância de colocar um intérprete de Libras nas salas virtuais das palestras, mesas redondas e grupos de trabalho:

Lucas: Eu lembro bem que eu fiquei muito contente nessa última reunião da ANPED que foi remota, né? Pela primeira vez pelo que os organizadores comentaram e foi se não me engano, foi no Google Meet, de colocar um intérprete nas salas virtuais. Foi um avanço sim porque a gente não conseguia entender o que uma pessoa estava falando, mas tinha um intérprete para poder complementar a comunicação né? (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022.)

Devido à complexidade do trabalho de tradução e interpretação português/Libras, a Comissão de Acessibilidade criou uma subcomissão com uma equipe de TILSP que contou com profissionais de grande experiência na área. Esta iniciativa de pensar em trazer profissionais experientes e capacitados para compor a equipe de TILSP foi de suma importância, pois muitas vezes essa atividade é exercida por pessoas que não possuem qualificação técnica para tal e em virtude disso, a comunicação com os surdos fica prejudicada e sua participação também. Maria traz essa questão num trecho da entrevista:

Maria: Muitas vezes, a pessoa sabe Libras, mas na hora de transmitir uma palestra científica acadêmica, no caso de uma ANPEd é muito complicado, muito difícil, porque os palestrantes falam de conceitos, vamos supor, tem uns que falam de Vigotski. Qual o sinal de Vigostki? O sinal de linguagem? Sinal de base teórica de Vigotski? muitos intérpretes ou a grande parte sabem o sinal, mas não sabem contextualizar, você está entendendo? [...] Aí vocês que são ouvintes, vocês estão vendo o intérprete sinalizando, vocês acham que ele está arrasando, mas na verdade, o surdo está viajando na maionese porque não está entendendo o que o intérprete está falando (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARIA, data 17/02/2022).

Maria ainda complementa que não teve dificuldades comunicacionais com relação à compreensão da Libras na reunião da ANPEd. A entrevistada menciona que não basta apenas

colocar o intérprete, mas precisa haver fluência, contextualizar os sinais de modo que haja a compreensão sobre o que está sendo sinalizado, para que a função deste recurso de acessibilidade seja exitosa.

Os trechos destacados reforçam a ideia de que para construir acessibilidade digital, necessita um conhecimento técnico prévio e uma equipe capacitada para atender aos usuários a contento. Nesse sentido, ao problematizar os espaços virtuais importa deixar a concepção do trabalho voluntário que durante muito tempo se estabeleceu no atendimento às pessoas com deficiência (SONZA, 2008).

Lucas, que já acompanha eventos acadêmicos científicos há algum tempo, num trecho da entrevista, menciona que atualmente a profissionalização dos TILSP tem se consolidado, mas em eventos mais antigos muitas vezes o surdo era acompanhado por amigos ou intérpretes de igrejas. Destacamos dois trechos da transcrição das entrevistas, que apontam as falas das entrevistadas quando dizem sobre as mudanças ocorridas na atualidade, no contexto da janela de Libras nos eventos e atividades remotas e também sobre a profissionalização dos TILSP:

Marta: Hoje melhorou muito, a postura dos intérpretes, eles estão preocupados com o fundo, eles estão preocupados com a postura, com a roupa, com o cabelo, enfim, hoje as pessoas estão preocupadas [...] tem aquele equipamentozinho que tem iluminação, tem postura, então eu acho muito interessante que nós aprendemos a viver com isso, e está cada vez mais profissional (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARTA, data 16/02/2022).

Maria: Os intérpretes, eles, infelizmente eles são muito marginalizados na questão de profissionalização. O salário dos intérpretes do Rio de Janeiro, os intérpretes são muito mal remunerados [...] E aí tem essa questão do intérprete voluntário, que é uma coisa que eles estão batalhando para acabar (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARIA, data 17/02/2022).

A partir do que as entrevistadas dizem, podemos refletir mais uma vez sobre a qualificação técnica de profissionais TILSP e sobre a necessidade de financiamento, uma vez que para construir um bom trabalho voltado à acessibilidade é imperativo que haja verba. Esse pensamento vai ao encontro de uma fala que está situada em uma das atas da reunião da Comissão de Acessibilidade em que os membros da comissão discutiam sobre a necessidade e sobre a importância de haver verba para a acessibilidade digital no evento remoto, visto que serviços como contratação de TILSP, consultorias de audiodescrições, softwares específicos e outros recursos possuem custos altos.

Muitos são os desafios que se interpõe na construção da acessibilidade de um evento remoto. Pensar em uma acessibilidade que contemple o máximo de variáveis possível, de acordo com os dados obtidos no diário de campo, foi considerado árduo para a equipe de

acessibilidade do evento, que precisou, dentro do possível, adequar o que já estava proposto pela comissão local para um formato mais acessível.

Assim, outro recurso proposto nesse processo, foi a construção da acessibilidade no *site* da reunião regional, Mateus menciona que:

Mateus: Então na comissão nós tivemos várias reuniões pra debater como seriam as estratégias de acessibilidade e logo de início a gente já sabia que ia ter um *site* onde as informações iam ser dispostas e a gente começou a fazer um mapeamento desse *site* pra entender o que já era acessível, o que precisava melhorar e aí eu trabalhei o tempo todo em parceria com a [...] que é audiodescritora, aí ela foi levantando a identidade visual do *site* que precisa ter audiodescrição, tem várias imagens, tem vídeos falando especificamente do *site*, o *site* foi embarcado com bastante recurso de acessibilidade e além disso a gente ainda afetou as pessoas que participaram do evento [...] A programação estava toda em tabela, isso dificulta as pessoas que utilizam leitor de tela e foi sugerido tira as tabelas, essa programação foi traduzida pra Libras, não foi traduzido o *site* todo mas boa parte aí (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

Corroborando com o que foi dito na análise dessa dissertação, não há como garantir acessibilidade total, mas há como possibilitar recursos o mais acessível possível. Nesse contexto, o *Site* da 14ª reunião da ANPEd contou com alguns dispositivos de acessibilidade e embora ainda necessitasse de mais recursos para uma estrutura mais acessível utilizou alguns elementos e *plug-ins* importantes como: ícone de interpretação em Libras, ícone de aumento e redução de fonte e contraste, e como podemos ver na fala de Mateus, também foi realizada a audiodescrição das imagens e de alguns vídeos do *site*.

Mateus sinaliza que “*essa programação foi traduzida pra Libras, não foi traduzido o site todo mas boa parte aí*”. Portanto, além da audiodescrição das imagens e vídeos do *site*, outra ferramenta elaborada para o *site* da 14ª reunião da ANPEd é o dispositivo “interpretação em Libras”. Ao clicar no ícone “interpretação em Libras” o usuário era direcionado a uma janela de Libras e a partir deste redirecionamento, tinha acesso às informações necessárias em sua língua nativa.

Para discorrermos sobre a construção da acessibilidade desse *site*, é importante antes refletirmos sobre alguns conceitos basais sobre as diretrizes de acessibilidade para um bom desenvolvimento *Web*. Este tema foi discutido de maneira mais aprofundada no segundo capítulo deste trabalho, mas para lembrar essas discussões que estão postas nesta análise, iremos trazer alguns pontos sobre acessibilidade em *sites*.

Pensar em um *site* acessível implica que a interface dos *sites* atenda aos preceitos de qualidade de uso, esses preceitos são encontrados nos padrões de desenvolvimento *web*,

propostos pelo W3C. No escopo da W3C encontra-se a WCAG que afirma que existem alguns princípios e diretrizes que nos permitem saber se um *site* é acessível ou não. São quatro os princípios de acessibilidade propostos pela WCAG, portanto, para conceber que uma página é acessível ao máximo de usuários possível, é necessário saber se esta possui conteúdo perceptível, operável, compreensível e robusto (W3C, 2016).

Embora em alguns *sites*, sobretudo os de instituições públicas, já exista a ferramenta “acessível em Libras”, o diferencial trazido pela Comissão de Acessibilidade é que no *site* da referida reunião, a janela de Libras apresentava um vídeo gravado especificamente com este fim apresentando o conteúdo do mesmo por profissionais tradutores e intérpretes de Libras. Diferente do que ocorre nos diversos *sites*, em que a interpretação é feita por *plug-in* de acessibilidade²⁰ que muitas vezes podem estar desatualizados causando dificuldades de comunicação. sobre acessibilidade em *sites* Mateus, faz o seguinte apontamento:

Mateus: O que seria ideal é pensar no público como um todo e ao mesmo tempo pensar que o *site* tem que ser um *site* atrativo, as cores, o design, o formato [...] é muito comum em *sites* informações todas embaralhadas, muitos *links*, muitos *sublinks* e isso confunde muito as pessoas, às vezes é claro para quem elabora aquele *site*, para quem constrói aquele *site*, mas para o usuário não é claro, então tem que pensar nisso e outra coisa que é muito importante você pontuar na sua pesquisa: a consultoria. A consultoria é muito importante e são vários tipos de consultoria. Consultoria de usuários com deficiência, aí tem consultoria de pessoa com deficiência intelectual, consultoria de pessoa surda, consultoria de pessoa cega, consultoria técnica, dependendo do conteúdo que você vai disponibilizar precisa de uma consultoria (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022)

Esta consultoria da qual o entrevistado se refere foi trazida na revisão de literatura e pode ser entendida com avaliadores ou validadores de acessibilidade. A validação da acessibilidade dos *sites* e de páginas *web*. Piedade (2016) afirma que se o acesso à informação é um direito previsto em lei e os *sites* devem ser acessíveis a todos os usuários. Com base em sua pesquisa sobre acessibilidade de *sites* em instituições federais de ensino do Brasil, a autora defende a necessidade de uma avaliação da acessibilidade dos *sites*, realizada conforme as diretrizes de acessibilidade.

Nesse caminho encontram-se as consultorias e avaliações feitas por meio de *softwares* e também os validadores manuais, que são os usuários. Cabe ressaltar que a realização da inspeção manual é muito importante, visto que é mais completa e singular, além de conseguir cobrir uma quantidade maior de problemas do que a avaliação automática (PIEADADE, 2016).

²⁰ Plug-in de acessibilidade: São ferramentas de acessibilidade para *sites*, que nesse caso são utilizados para transformar o *site* em acessível em Libras. Exemplos de plug-in: V-Libras, Hand Talk.

Isto posto, o que queremos provocar neste momento da análise é uma reflexão sobre a importância de trazer a pessoa com deficiência para o centro do debate. Como a todo o momento defendemos o protagonismo das pessoas com deficiência de sua própria existência, eles próprios devem ser consultores e avaliadores de acessibilidade, pois são eles que apontarão o caminho de construção e reconstrução da acessibilidade. Nesse contexto, não tratamos apenas de avaliação de *sites*, mas abordamos a avaliação dos recursos e ferramentas de acessibilidade desenvolvidas para o evento.

Por isso é imprescindível nesse processo de escuta, compreender que cada tipo de deficiência requer um recurso diferente, uma ferramenta específica para que estas pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades. Além disso, a avaliação da acessibilidade permite a quem constrói e elabora dispositivos de acessibilidade digital a ressignificar todo o processo e realizar melhorias.

Durante o acompanhamento aos trabalhos da Comissão de acessibilidade, algo que ficou muito claro no que se refere à minha percepção de todo o processo enquanto pesquisadora, é o comprometimento da equipe em pensar nas nuances da acessibilidade que por muitas vezes passam despercebido pelas pessoas sem deficiência.

Um exemplo disso foi a confecção de dois materiais: um de orientação aos participantes (apresentadores de comunicação oral e palestrantes) sobre como organizar suas apresentações de uma maneira acessível e o outro foi o panfleto de divulgação do lançamento de livros. Sobre as orientações que foram enviadas aos participantes, descreviam de forma objetiva como criar *slides* de maneira acessível, orientações sobre como fazer sua audiodescrição, sobre o cuidado em falar pausadamente e outras questões relativa à sua participação no evento.

Mateus, sobre as orientações aos palestrantes e apresentadores de comunicação oral, explica com foi essa atuação da Comissão de Acessibilidade:

Mateus: A gente criou um documento que a gente enviou para as pessoas que iam participar do evento pra elas saberem com se auto audiodescreverem e a gente mandou também se fosse utilizar slides usar auto contraste, não usar fontes com serifa, que são aqueles ornamentos, isso tudo a gente mandou para as pessoas e aí quando eu participei ,apresentei o meu trabalho, as pessoas estavam fazendo realmente isso, elas estavam se audiodescrevendo usando material mais acessível, foi uma experiência bem legal bem positiva, gostaria que tivesse continuado isso (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

A experiência relatada por Mateus, quando menciona que “*as pessoas estavam fazendo realmente isso, elas estavam se audiodescrevendo usando material mais acessível, foi uma experiência bem legal bem positiva*”, evidencia que a iniciativa em propor condições de acesso

e uso aos ambientes virtuais, bem como o ato de conscientizar todos os atores envolvidos no processo, pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência é importante no caminho de democratização dos espaços e igualdade de condições.

Retomamos então, o foi tratado na revisão de literatura, sobre a eliminação de barreiras e democratização dos espaços virtuais por meio de dispositivos de acessibilidade digital. Sonza (2008) aborda esta questão, quando defende a democratização do uso dos espaços virtuais utilizando recursos tecnológicos. A autora pondera que ainda que o crescente avanço das tecnologias da informação e comunicação tenham contribuído para o acesso aos espaços virtuais, as pessoas com deficiência ainda seguem alijados das vivências na sociedade digital, ou seja, apesar desses avanços, os ambientes virtuais ainda se revelam não acessíveis.

Nesse contexto, envolver as pessoas sem deficiência nesse processo, provocando-as a modificar algumas atitudes para tornar sua fala, sua postura, e sua apresentação mais acessíveis pode ser considerada também uma atitude que contribui para a eliminação de barreiras de acessibilidade.

Ainda sobre a confecção destas orientações, de acordo com as anotações feitas no diário de campo, inicialmente a comissão pensou em produzir um manual de acessibilidade mais completo que chegou a uma fase inicial de confecção. No entanto, em virtude da falta de tempo, surgiu a proposta da comissão continuar a trabalhar na produção deste manual após o evento, e para o evento, condensar as informações mais relevantes em um arquivo de *power point*. Dessa forma, as orientações e dicas de acessibilidade foram inseridas nos slides e configuram-se como um dispositivo de acessibilidade da comissão, No entanto a comissão decidiu dar continuidade ao manual de acessibilidade posteriormente (ATA DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE, 2020)

Sobre esta ação da Comissão de Acessibilidade, Lucas afirma, no trecho abaixo, que:

Lucas: Como ação institucional, a ANPEd Sudeste foi a primeira [a construir acessibilidade em um evento remoto] e a Comissão de Acessibilidade criada então o manual seria de grande valia para orientar as ANPEd gerais (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

O participante da pesquisa ressaltou que este manual seria importante para a consolidação dos processos de construção de acessibilidade no escopo da ANPEd e em outros eventos científicos. Vale ressaltar que esse material seria continuado e transformado em um manual mais robusto de modo a contribuir futuramente com outros processos de construção de acessibilidade. No entanto a criação deste manual não teve continuidade, mas figurou como

uma iniciativa que pelo olhar do participante e dos membros da Comissão de Acessibilidade deveria ser retomada (ATA DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE, 2020).

Logo, cabe refletir por meio dessas ações que é fundamental se atentar aos detalhes, que é fundamental pensar por vários ângulos para tornar esse processo de construção de acessibilidade mais potente. Nesse caso, para proporcionar acessibilidade digital à pessoa com deficiência também é importante considerar a relevância em falar pausadamente, identificar imagens, gráficos, ter cuidados com tonalidades e cores de modo a valorizar a diversidade e tornar o evento participativo a todos os inscritos.

Na continuidade dessa análise não há como deixar de mencionar a produção do cartazes-vídeos, que foi mais uma ferramenta construída pela Comissão de Acessibilidade. Mateus menciona como foi o processo de elaboração desse material:

Lucas: Aí a gente produziu vídeos, vídeos de divulgação chamando as pessoas pra participar do evento, eu gravei vídeo e nesse vídeo a gente já pensou nessas questões de acessibilidade, a gente criou um *template* para que as pessoas já gravassem esse vídeo pensando nas questões de acessibilidade, Então no meu vídeo eu mesmo faço a minha audiodescrição, mas mesmo assim tem a narração descrevendo aquele *template* que foi criado, a identidade visual dos vídeos, junto com a imagem da pessoa que está falando, tem a janela de Libras que foi pensada pela equipe de Libras, teve equipe de Libras, e a legenda pra surdos e ensurdecidos (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

Desta fala, podemos perceber que este material serviu também como uma marcação política, uma vez que traz uma modificação na estrutura dos materiais de divulgação. Se antes os cartazes de divulgação, não faziam menção a nenhum aspecto de acessibilidade, nos cartazes-vídeos elaborados para a 14ª reunião regional da ANPED e divulgados em massa, por meio de redes sociais, trariam para a sociedade um novo paradigma na construção de materiais de divulgação.

No tocante ao trabalho da comissão de uma maneira geral os participantes da pesquisa afirmam que:

Lucas: Foi trabalhoso [...] foi difícil, foi difícil convencer as pessoas da acessibilidade. Foi muito difícil, fazer algo novo, foi difícil até para a gente também. Como se faz um evento desse? Não sabemos. [...] na ANPED Sudeste nós não tínhamos [orientações sobre como fazer], foi do zero [...] a gente esbarrou na falta de recursos, a falta de empatia, a falta de conhecimento [...] a gente não se conhecia [...] (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

Mateus: Eu acho que foi assim, foi um sucesso, eu considero um sucesso, porque a gente conseguiu implementar muita coisa. Com uma equipe reduzida, pouco apoio, a gente conseguiu implementar bastante coisa, falando especificamente do *site*, o *site* foi embarcado com bastante recurso de acessibilidade, além disso a gente ainda afetou as pessoas que participaram do evento. Eu acredito que não foram todas que fizeram

audiodescrição que fizeram apresentação acessível, mas eu percebi que algumas fizeram, mas eu acho que a gente tem que começar de algum lugar, as coisas aconteceram, foram colocadas em prática, eu considero um sucesso (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

A disseminação das informações sobre acessibilidade por si só já se configura como um ganho para a luta das pessoas com deficiência, somado a isso, temos os depoimentos dos entrevistados que fazem uma avaliação dos dispositivos e estratégias de acessibilidade elaborados para o evento:

Maria: Primeira coisa que eu penso, um grande passo a ANPEd já deu que é o entender que existe o outro diferente. O surdo está aí. O surdo está entrando para a Academia. O Surdo não está mais restrito. O surdo, o cego. As pessoas com deficiência não estão mais restritas [...] A gente está em todos os lugares. (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARIA, data 17/02/2022).

Sabendo que a construção acessibilidade é um processo, em que é possível haver erros, ajustes, ressignificação, vale destacar que a iniciativa e o empenho em propiciar condições de acesso ao evento é legítimo e as barreiras fazem parte do processo. Quando Mateus diz : *“mas eu acho que a gente tem que começar de algum lugar”* somos incentivados a pensar na emergência em propiciar acessibilidade em cada evento acadêmico e científico, atentos ao fato de que é relevante elaborar ferramentas que possibilitem às pessoas com deficiência as mesmas condições.

Nesse caminho de construção e reconstrução da acessibilidade é imprescindível que se haja a iniciativa em construir acessibilidade a partir da escuta atenta à esse grupo social para que a usabilidade de quaisquer recursos ou dispositivos de acessibilidade digital favoreçam sua autonomia e comunicabilidade dos usuários.

Portanto, na construção da acessibilidade é indispensável refletir sobre a usabilidade pela pessoa com deficiência considerando que acessibilidade digital pressupõe autonomia, mas para que haja autonomia é necessário haver condições de acesso pela perspectiva da equidade. Pois muitas pessoas com deficiência ficaram a margem dos modos de vida que acontecem na cibercultura, justamente por viverem sob a ótica da exclusão digital.

Tomando por base os princípios da teoria histórico-cultural sobre a mediação semiótica, entendemos que dois elementos básicos são responsáveis pela mediação entre o homem e o mundo, a saber, os instrumentos e signos. Por meio da atividade humana, o homem ao mesmo tempo que transforma a natureza, também se transforma. Para a realização da atividade humana homem cria instrumentos e signos, que possuem uma função mediadora entre ele e o ambiente no qual ele está social e historicamente inserido (REGO, 2014).

Se apropriar desses pressupostos, no contexto desta pesquisa, é importante para compreendermos a função que os instrumentos técnico-semióticos abordados nestas discussões assumem na relação entre as pessoas com deficiência e o mundo. Esta relação está circunscrita em suas condições de participação e na interação social e histórica estabelecida entre os sujeitos envolvidos na 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.

Isto posto, cabe discutir também se a construção da acessibilidade do evento, mediado por estes instrumentos técnicos -semióticos criados pela Comissão de Acessibilidade, auxilia na autonomia da pessoa com deficiência por meio da usabilidade destes dispositivos.

4.4- Autonomia e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade pelas pessoas com deficiência

Nessa etapa discorreremos sobre a autonomia e usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital pelas pessoas com deficiência. A ideia é promover diálogos sobre a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade buscando compreender como se dá a comunicação nesse processo e entender se por meio dos dispositivos de acessibilidade a pessoa com deficiência tem maiores condições de participação social e maior autonomia.

Nessa parte da análise escolhemos caminhar de duas maneiras, refletindo sobre a temática da usabilidade no campo da acessibilidade digital e concomitantemente trazendo à discussão a usabilidade dos dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade, para compreender se é possível haver melhor comunicabilidade e autonomia para as pessoas com deficiência num contexto geral.

Nesse caminho, é importante problematizar que os avanços tecnológicos têm uma importante participação na elaboração de ferramentas de acessibilidade. Sem esquecer de refletir sobre os desafios que se impõe, é importante mencionar que as TICs têm auxiliado de maneira significativa uma efetiva participação social de pessoas com deficiência na sociedade vivenciada por meio da rede de computadores (MORGADO; SOUZA; PACHECO, 2020).

Isto posto, vale considerar que a atividade humana tem se modificado nesse contexto da hodiernidade e embora ainda existam entraves que contribuem para os processos de exclusão, não há como desconsiderar que o avanço da tecnologia de informação e comunicação trouxe às pessoas com deficiência uma abertura maior para o acesso e a participação no campo virtual (SONZA, 2008, CONFORTO; SANTAROSA, 2002).

Santos e Santos (2015, p.71) afirmam que “a cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais, cria uma nova relação entre a técnica e a vida social”. Nesse contexto podemos conceber que na hodiernidade, a revolução tecnológica definiu novos espaços e tempos, abarcando assim novos conceitos sociais e culturais na dimensão humana. Dessa forma, as tecnologias digitais contemplam uma infinidade de possibilidades para romper com o processo de exclusão social.

Essas possibilidades se estabelecem de determinadas formas, por exemplo as tecnologias assistivas, os ambientes virtuais de aprendizagem, as plataformas de videoconferência, etc. Sendo assim, os ambientes digitais constituem-se como uma importante ferramenta de comunicação abrangendo um público mais amplo e variado (CONFORTO; SANTAROSA, 2002). Nesse cenário de contradições entre a emergência dos avanços tecnológicos e ausência de condições de acesso, surgem então as seguintes questões: Como as pessoas com deficiência se utilizam dos recursos de acessibilidade? O uso desses dispositivos favorece a participação e a autonomia dessas pessoas?

Para prosseguir com essa discussão cabe compreender melhor o conceito de usabilidade e comunicabilidade. Sonza (2008) explica que a comunicabilidade é um conceito que busca avaliar o processo implícito da comunicação entre o *designer* e o usuário, entre aquele que constrói a acessibilidade e as pessoas que se utilizam dela. Em suma, esse conceito se refere à capacidade dos usuários em assimilar o conteúdo elaborado pelos projetistas da forma como foi pensado. Portanto, no contexto dessa pesquisa, podemos entender a comunicabilidade como uma maneira de saber se os instrumentos elaborados pela Comissão de Acessibilidade são de fácil compreensão e clareza para o usuário final.

Esse conceito está intimamente ligado ao conceito de usabilidade, melhor dizer, alguns autores consideram a tríade acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade conceitos intimamente ligados entre si. Sendo assim, a usabilidade é entendida como uma forma de conceber o uso desses dispositivos por parte dos indivíduos que utilizam tais dispositivos (GERALDO, 2016).

Mateus aborda sobre esta questão quando menciona que existe uma diferença entre ser acessível e acessável:

Mateus: A gente também tem que pensar e ter bem em mente que existe uma diferença entre ser acessível e acessável, às vezes a gente pode ter um conteúdo acessível dentro do seu ambiente virtual, mas ele não ser acessável. Às vezes a pessoa coloca lá um vídeo com audiodescrição só que para eu assistir esse vídeo, eu tenho que clicar no botão. Às vezes o botão está escrito assim “Clique aqui para assistir o vídeo com audiodescrição” vamos supor esse é o botão, só que às vezes eu passo com

o meu leitor de telas, esse botão você está vendo com os olhos você consegue ver escrito, eu passo com meu leitor de telas e ele não está lendo porque não tem rótulo com esse botão. Então precisa ter uma etiqueta, precisa ter um rótulo para o meu leitor de telas conseguir fazer a leitura. Não basta esse botão ter a informação visual, ele tem que ter a informação textual. E aí o conteúdo é acessível, mas não é acessível. Isso acontece muito, isso é muito comum (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MATEUS, data 16/02/2022).

O trecho destacado nos chama a atenção para uma falha cometida por aqueles que estão com a responsabilidade de construir a acessibilidade de determinado evento, *site* ou de outro instrumento e se refere a aspectos sobre acessibilidade e usabilidade. Às vezes existe a intenção de construir acessibilidade, existe a verba, mas não existe a atenção às especificidades e singularidades na construção da acessibilidade. Quando Mateus diz que não consegue acessar a audiodescrição, que é fundamental para ele, na condição de pessoa com baixa visão, isto significa que a acessibilidade digital neste momento não foi alcançada visto que a usabilidade realizada por ele não foi atendida a contento.

Isto posto, ao problematizarmos a acessibilidade digital, devemos discutir sobre usabilidade para entender, se no processo de interação entre o sujeito e o objeto ou mundo digital, é possível haver autonomia dos usuários por meio dos dispositivos e estratégias elaborados. Nesse sentido, não basta que o indivíduo tenha acesso a determinado recurso, ele necessita também ter a possibilidade de utilizar tal recurso adequadamente para que este cumpra sua função.

Essas minúcias da acessibilidade, são relevantes e não podem passar despercebidas, isso nos traz ao seguinte recorte da entrevista de Marta:

Marta: Porque estava todo mundo falando [os apresentadores de comunicação oral] e tinha pessoas que não abriam a câmera, aí era a morte para nós [...] então tinha colegas que desligavam a câmera e ficavam falando para vocês ouvintes, achavam que é supernormal pelo que eu percebi, mas para nós [surdos] não (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARTA, data 16/02/2022).

A entrevistada sinaliza que muitas vezes nas salas virtuais onde ocorrem comunicações orais existem alguns apresentadores que não ligam suas câmeras na hora de sua participação. No momento dessa conversa, a participante aponta as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda em eventos remotos, pois na maioria das vezes os ouvintes não percebem o quanto essa postura obstrui a participação dos surdos.

Dessa afirmativa podemos refletir sobre duas questões, além de pensar no que já foi abordado na categoria de análise anterior, sobre a importância de haver profissionais TILSP nas salas virtuais e nos espaços onde existam apresentações orais, é relevante pensar num rompimento da lógica de exclusão que está circunscrita nas vivências em sociedade, em que as pessoas consideram o ambiente ao redor a partir de suas vivências, ou seja, a pessoa sem deficiência involuntariamente não percebe que sua postura, como no exemplo dado, constitui-se como uma barreira atitudinal que afeta a participação do outro usuário.

Corroborando com esse questionamento, retomo uma outra questão importante na fala de Mateus, quando ele afirma que “*Isso acontece muito, isso é muito comum*”. Essa afirmativa aponta para uma falha que existe nos processos de construção de acessibilidade quando muitas vezes a cultura do capacitismo se faz presente o tempo inteiro, ainda de que de forma subjacente (MELLO, 2016).

Nesse contexto, vale analisar a construção da acessibilidade por meio do trabalho da Comissão de Acessibilidade da 14ª reunião da ANPED, que teve sua atividade remodelada para o ambiente remoto. Os participantes da entrevista trouxeram contribuições sobre a construção da acessibilidade por meio dos dispositivos de acessibilidade elaborados para este evento:

Maria: Na ANPED do ano passado, que foi a remota, foi tranquila. A diferença foi que enquanto nas presenciais, o intérprete só ia aonde eu ia, porque só tinha eu de surda. Nessas remotas todo o evento tinha, então quer dizer que eu poderia escolher qualquer palestra, qualquer linha de pesquisa, qualquer coisa que o intérprete estava lá (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARIA, data 17/02/2022).

Esse trecho nos remete à importância de elaborar instrumentos técnicos que viabilizem a participação das pessoas com deficiência. Seja com intérpretes de Libras, audiodescrição, acessibilidade de *sites* e outros recursos, as iniciativas partidas de um lugar de reconhecimento da diversidade humana e da valorização das diferenças são importantes na busca da cidadania e na conquista de direitos. Como estratégia para garantir que os participantes surdos tivessem acesso aos TILSP em todas as salas que participariam, a Comissão de Acessibilidade enviou e-mail aos participantes surdos perguntando-lhe sobre sua participação na programação do evento, de modo que pudessem deixar um intérprete disponível para acompanhá-los.

Lucas menciona que o trabalho da Comissão de Acessibilidade foi importante como uma marcação territorial em que espaços foram ocupados. Segundo ele, ainda que tardiamente, a Anped assume a relevância em se trazer também o protagonismo da pessoa com deficiência na composição do GT 15 – Educação Especial, visto que há pouco tempo, os coordenadores de

GT não eram pessoas com deficiência. A partir seu olhar de participante do evento, Marta afirma:

Marta: A ANPED ficou de parabéns nesse último encontro, por esses cuidados, por essa lembrança [...]eu falo isso porque nós tivemos muitos encontros de eventos na pandemia, né? E, não era todo mundo que tinha esse acesso, essa abertura para nós com deficiência, vou falar de uma maneira geral eu não vi isso, e na Anped eu vi. Tanto que eu fiquei assim feliz, a gente fica feliz quando a gente vê que os nossos direitos estão sendo atendidos. Isso é um respeito muito grande, isso é uma maneira de despertar nas pessoas para elas multiplicarem no lugar que elas trabalham e enfim...então de uma maneira geral, eu gostei muito da organização da Anped. (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, MARTA, data 16/02/2022).

Diante do que está posto no recorte acima, é possível compreender que propiciar acessibilidade por meio de um trabalho colaborativo e dedicado, tem tamanha relevância no escopo do campo científico. Sendo assim, podemos concluir que para alcançar a autonomia, por meio da construção de dispositivos de acessibilidade é preciso iniciativa e vontade. Na esteira destas considerações, importa debruçar o olhar sobre o que foi discutido nessa dissertação, tendo como enfoque a voz do usuário final, dessa forma para conceber a acessibilidade digital sob a perspectiva do direito humano, como afirma um dos participantes da pesquisa, é preciso começar de algum lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados até o momento, desenham um caminho complexo e contraditório para a autonomia e participação plena das pessoas com deficiência no contexto da cibercultura, mais especificamente nos eventos e atividades remotas. Nesse caminho percorrido, problematizamos e discutimos sobre os recursos tecnológicos como ferramenta de auxílio às pessoas com deficiência, o direito humano de pertencer a todos os espaços da sociedade, os processos de capacitismo e exclusão de direitos que permeiam a vida desses indivíduos.

Nesse sentido, concordamos com Conforto e Santarosa (2002) quando dizem que:

A construção de uma sociedade de plena participação e igualdade tem como um de seus princípios a interação efetiva de todos os cidadãos. Nessa perspectiva, é fundamental a construção de políticas de inclusão para o reconhecimento da diferença e para desencadear uma revolução conceitual que conceba uma sociedade em que todos devem participar, com direito de igualdade e de acordo com suas especificidades. As novas tecnologias da informação e da comunicação encerram potencialidades positivas ao contribuírem cada vez mais para a integração de todos os cidadãos (CONFORTO; SANTAROSA, 2002, p.5).

Diante disso, podemos retornar às questões que foram trazidas ao longo do desenvolvimento do texto: Existem dispositivos de acessibilidade digital que possibilitem à pessoa com deficiência o acesso e a usabilidade em ambientes digitais? Como se dá a usabilidade destes dispositivos, eles possibilitam uma autonomia e independência para estes usuários?

Para tentar responder a estas questões, concebemos que pensar em acessibilidade digital pressupõe pensar em democratização de ambientes virtuais considerando toda a diversidade humana. Esta não é uma atribuição fácil, visto que ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico busca contemplar um grande número de atores sociais, a sociedade ainda é marcada pelas desigualdades sociais que reforçam a lógica da exclusão (SONZA, 2008).

Nesse contexto, ainda que nos atualmente já exista um sistema protetivo mais estruturado que contemple algumas singularidades da pessoa com deficiência, para se falar em participação plena, ainda há um árduo e vasto caminho a ser percorrer. No entanto, não há como deixar de ressaltar todas as conquistas deste que grupo social que foram alcançadas mediante a muita luta e esforço por meio do movimento político das pessoas com deficiência (GAVERIO, 2017, MAIOR 2018).

Considerando tudo o que já foi construído conceitualmente neste estudo sobre a acessibilidade digital, podemos compreender que a acessibilidade nos eventos e atividades

remotas constitui-se como um direito humano que é possível ser realizado mesmo diante das dificuldades impostas por várias questões como: ausência de vontade política, falta de financiamento, falta preparo dos profissionais, cultura do capacitismo instrínseco na sociedade , dentre outros.

Tomando como base os postulados de Vigotski (1997; 2000, 2010) na teoria histórico-cultural, concebemos que o desenvolvimento humano das pessoas com deficiência está intrinsecamente relacionados à sua história social e essa história ainda é marcada por um lugar de desigualdade, apagamento e capacitismo. Por outro lado, desta teoria, apreendermos que os instrumentos técnico- semióticos construídos pelos homens trazem a estes significados e atuam como mediadores entre o homem e o ambiente no qual estão inseridos.

O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar o papel e a usabilidade dos dispositivos e estratégias de acessibilidade para a pessoa com deficiência no contexto da 14^o Reunião Regional da Anped Sudeste, para isso escolhemos realizar a pesquisa na referida reunião. Para isso, lançamos mão de duas estratégias: o acompanhamento à Comissão de Acessibilidade e as entrevistas às pessoas com deficiência participantes do evento.

Com o intuito de problematizar a constituição social das pessoas com deficiência no escopo de um evento acadêmico-científico da grandeza da ANPEd e pensar em possibilidades que possam fornecer bases para a construção de acessibilidade digital em eventos remotos, esta pesquisa se debruçou em sistematizar e analisar os dispositivos de acessibilidade digital elaborados pela Comissão de Acessibilidade deste evento e verificar junto aos entrevistados suas impressões sobre o resultado desta ação por meio da usabilidade de tais dispositivos.

Esta dissertação abordou conceitos sobre deficiência, acessibilidade e capacitismo de modo a compreender tanto a história social e política desses sujeitos, quanto os dispositivos legais que tratam sobre os direitos das pessoas com deficiência e chegou à conclusão de que acima de tudo, as pessoas com deficiência são indivíduos de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas e que devem contar com os suportes instrumentais e sociais que se fizerem necessários, não como uma benesse ou favor, mas como um direito que deve ser assegurado e efetivado (MAIOR, 2017).

Ademais, com a contribuição das pesquisas trazidas na revisão da literatura concebemos a importância da acessibilidade e da usabilidade como temas importantes na construção da acessibilidade digital. Compreendemos também que validadores de acessibilidade, sobretudo os validadores humanos, são instrumentos relevantes para que a acessibilidade digital seja efetivamente alcançada dentro de todo o possível (SONZA, 2008, MAIA, 2010, SILVA, 2018).

Sendo assim, pudemos refletir sobre o trabalho realizado pela Comissão de Acessibilidade tecendo considerações sobre a importância em pensar coletivamente na construção de acessibilidade, levando em conta os anseios do usuário final. Além disso, pudemos concluir que existem dispositivos capazes de possibilitar às pessoas com deficiência maior autonomia e participação em eventos remotos.

Nesse sentido, a mediação, realizada pelos dos instrumentos técnico-semióticos, para as pessoas com deficiência significou a possibilidade de ter autonomia, de interagir, partilhar conhecimento e de receber informações. Para as pessoas sem deficiência, significou a oportunidade de aprender a se comunicar com um olhar para a diversidade, de difundir conhecimentos sobre acessibilidade, dentre outros.

No entanto para que isso aconteça, é necessário um olhar mais aprofundado sobre a diversidade que constitui os sujeitos desse processo e também uma escuta ativa sobre os anseios das pessoas com deficiência, que para que haja uma acessibilidade digital com ênfase na autonomia dessas pessoas, é urgente que aqueles que estiverem responsáveis por construir acessibilidade coloquem as pessoas com deficiência como protagonistas no processo de construção de acessibilidade, não apenas como um público alvo.

Esse trabalho mostrou que por muito tempo as pessoas com deficiência eram colocadas em um lugar de tutela e de apagamento, mas que após os estudos sobre deficiência e a partir da concepção de um modelo de deficiência que rompesse com a lógica tutelar, esse lugar paulatinamente foi se distanciando e essas pessoas foram assumindo um posicionamento mais participativo (LANA JUNIOR, 2010).

Por fim, esse trabalho não esgota suas possibilidades, mas conclui, por meio das análises, que as pessoas com deficiência atualmente podem ocupar lugar de destaque e protagonismo sendo eles os sujeitos que apontarão o caminho de construção e reconstrução de acessibilidade.

Concluimos que a usabilidade dos dispositivos desenhados para a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste foi alcançada a contento, uma vez que os participantes do evento científico remoto ratificaram que as iniciativas foram importantes e trouxeram a eles possibilidade de participação ao máximo possível, dentro de cada singularidade. Concluimos também que não foi possível alcançar a acessibilidade digital de maneira completa, pois ainda existem muitas variáveis nesse processo e muitas especificidades que a Comissão de Acessibilidade não daria conta de alcançar.

Por fim, diante de tudo que se foi dito e discutido neste trabalho, vale considerar o que está posto na fala de Lucas:

Lucas: Acessibilidade atitudinal, ela é fundamental. É importante o conhecimento técnico? É importante. É importante você ter recursos humanos, pessoas que saibam? É importante, mas não é fundamental. Fundamental que é um outro nível [...] é a atitude, a acessibilidade atitudinal. O que eu digo é: eu estou aberto para o outro diferente de mim? Isso é fundamental (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA, LUCAS, data 17/02/2022).

Diante do que se apresenta nesta fala, finalizo as discussões dessa dissertação, refletindo sobre a relevância da mudança de postura da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Em toda a discussão, somos chamados à atenção, para a valorização da diversidade, o respeito às diferenças, a eliminação de barreiras (físicas, comunicacionais, atitudinais), o rompimento com processos de capacitismo e exclusão de direitos, tomando por base os marcos legislativos que norteiam os direitos dessas pessoas.

Mas para além dessas questões, essa dissertação busca marcar um território em que as pessoas com deficiência são os protagonistas de suas próprias histórias, dessa forma considerando o que eles têm a dizer, concluímos que no diálogo sobre autonomia e participação social, na usabilidade dos dispositivos de acessibilidade, na construção da acessibilidade, nos ambientes acadêmicos e científicos remotos, é necessário acessibilidade atitudinal e um ouvir atento das vozes dos indivíduos marcados por desigualdades e exclusão de direitos, para que continue a fazer sentido o lema “nada sobre nós, sem nós”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicap.htm Acesso em: 20 set. 2021.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2021
- BRASIL, **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm> - Acesso em jun 2004.
- BRASIL. **Lei n.13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 15 Jan 2021
- BRASIL. Decreto 6949/2009: **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2009. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 set. 2021.
- BERSCH, R.; TONOLLI, J. **Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva**. Disponível em <<http://www.cedionline.com.br/ta.html#O%20que%20é>> Acesso em 21 Jun 2021.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONFORTO, D. e SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à Web: Internet para Todos. **Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS**. V.5 N° 2 p.87-102. nov/2002. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp>. Acesso em 12 de Jun 2022
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos; **Deficiência, direitos humanos e justiça**. SUR, online, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.
- DINIZ, D.. **Modelo Social Da Deficiência: A Crítica Feminista**. **Série Anis 28**, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.
- DINIZ, D. **O Que É Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- FREIRE P, **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000
- FREIRE P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 1991.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, julho 2002.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: **Revista da FAGED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

GUIMARÃES, D.N. **Inclusão escolar: contribuições à formação do pedagogo**, 2014. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2014.

GUIMARÃES D. N., AZEVEDO S. N., ANDRÉ B. P. Avaliação do desempenho educacional: reflexões sobre a prova brasil. **Revista Científica Interdisciplinar Múltiplos Acessos**, v. 1, p. 13-24, 2016. Disponível em <http://multiplosacessos.com/multaccess/index.php/multaccess/article/view/3>. Acesso em 16 de ago 2022

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999

MAGALHÃES, T.F.A. **A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da covid-19**: Tecendo algumas possibilidades. **Arte de educar**, Rio de Janeiro, v..06, p. 205 - 221. Disponível em <<https://www.eublicacoes.uerj.br/index.53647>> Acesso em 15 de Jan 2021

MAIA, L.S. **Um processo de aplicações para o desenvolvimento de web acessíveis**. 2010, Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2010.

MELLO, A.G.de. **Por uma abordagem Antropológica da Deficiência: Pessoa, Corpo e Subjetividade**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.2009

MELLO, A.G. de. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência, 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFSC-Santa Catarina.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e Deficiência**: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set-dez, 2012.

MORGADO, J. C.; SOUZA, J; PACHECO, J. A. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16197>>. Acesso em: 15 Jan 2021

MAIOR. I.M.M.L. **História, conceito e tipos de deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MAIOR. I.M.M.L. Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência. São Paulo: **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2015. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/>. Acesso em: 12 jun. 2017.

OLIVEIRA, M. K.de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: Piaget, **Vygotsky, Wallon - Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

QUEIROZ, M, A. **Acessibilidade web, Usabilidade, Teclado e Leitores de Tela**. Julho de 2006. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/nocoes.php>> Acesso em

QUEIROZ, M.A. **Acessibilidade web: tudo tem sua primeira vez**. Novembro de 2006. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/capitulomaq.php>> Acesso em.

QUEIROZ, M.A. Construir páginas web a pessoas com deficiência é caro? **Visibilidade.net: estar presente na web não basta**. Lisboa, Agosto de 2007. Disponível em <<http://visibilidade.net/tutorial/acessibilidade-web-pessoas-deficiencia.html>> Acesso em ago 2007.

QUEIROZ, M. A. **A Importância dos Padrões Web para a Acessibilidade de Sites**. 2009. Disponível em: <<http://www.acessibilidadelegal.com/23-padroes-web.php>>

REGO, T.C. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 25. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

SANTAELLA, L. **Cultura e artes do pós humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, R. SANTOS E.O. dos. Pesquisando nos cotidianos da cibercultura: uma Experiência de pesquisa-formação multirreferencial. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador. V.24 n. 44, p. 69-82, jul./dez. 2015. Disponível em n. 44, p. 69-82, jul./dez. 2015. Acesso em 12 abr de 2022

SANTOS, R. A tessitura do conhecimento via mídias digitais e redes sociais: itinerâncias de uma pesquisa-formação. **Conversas Ubíquas via Whatsapp: Ambiências Formativas Multirreferenciais multirreferencial**. 2011. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA

Ed., 2003

SCHIRMER, C. R. Acessibilidade na comunicação é um direito: comunicação alternativa é um caminho. **Teias**. Rio de Janeiro. v. 09, p. 03-11, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24039/17008>. Acesso em 12 ago de 2022

SMOLKA, A. L. B. Sobre Significação e sentido: Uma contribuição à proposta de rede de significações. In: **A Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. São Paulo: Artmed, 2004.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; et al. Contribuições teóricas e conceituais de Vigotski para a pesquisa qualitativa em educação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V.7, N.3 - p.1364-1389, set-dez de 2021: “Dossiê Relatos de experiências e produção acadêmica” – DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2021.63920>

SONZA, A. P. **Acessibilidade de Deficientes Visuais aos Ambientes Digitais Virtuais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, F. F. de. **Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar**. 2013. 277 p. Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250860>>. Acesso em: 10 Set. 2021

SOUZA, F.; PLETSCH, M.D.; BATISTA, G. F. **A formação de professores-pesquisadores em Educação Especial durante a ditadura no Brasil**. Arquivos Analíticos de Políticas educativas, 27(63), 2019. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4566>

VIGOTSKI, L.S.A. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZANELLA, A. V.; REIS, A. C. dos.; TITON, A. P.; URNAU, L. C.; DASSOLER, T. R. Questões de método em textos de Vygotsky: contribuições à pesquisa em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 25-33, 2007.

ANEXO I**COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE 14ª REUNIÃO REGIONAL DA ANPEd SUDESTE**

Flavia Faissal de Souza (Comissão Local)

Arneida Coutinho Carvalho Boniatti (PG-PPGMPE/UFES)

Davi Jesus (TILSP-NEEI/UERJ)

Douglas Christian Ferrari de Melo (PPGMPE/PPGE/UFES)

Ediclea Mascarenhas (PPGECC/UERJ – PGCMPDi/PGCtin/UFF)

Felipe Vieira Monteiro (PG-PPGECC/UERJ)

Laura Jane Messias Belém (TILSP – DESU/INES)

Luciana Tavares Perdigão (PG-PGCTIn/UFF – NAI/Cecierj)

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro (DEIC/EDU/UERJ – PG-PPGE/UFRJ)

Renata dos Santos Costa (TILSP- PG-PGLetras/UERJ – DESU/INES)

Robson Souza (TILSP- PG-PGCTIn/UFF – Egresso/PPGEdu)

ANEXO II

Roteiro de entrevista semiestruturada

Para a realização da entrevista foi feito um roteiro com as seguintes perguntas:

2- Sobre a temática acessibilidade digital

Como você considera o acesso e a usabilidade das estratégias e dos dispositivos de acessibilidade digital para as pessoas com deficiência?

-Pra você o que seria ideal quando se pensa em acessibilidade digital para as pessoas com deficiência?

2- Sobre o tema: pandemia e acessibilidade digital

- Diante das novas formas de se relacionar advindas deste período de pandemia do Covid-19, conte um pouco sobre como você vê a questão dos dispositivos de acessibilidade digital neste período?

- Com o aumento das reuniões e atividades em ambientes virtuais neste período pandêmico, você considera que houve um olhar mais direcionado para a acessibilidade digital com um enfoque na pessoa com deficiência?

-Você considera que houve alguma diferença no uso dos dispositivos de acessibilidade digital antes e depois do início da pandemia?

2- Sobre as estratégias e dispositivos de acessibilidade digital na 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

- Conte um pouco como foi a sua experiência com o uso das estratégias e dispositivos de acessibilidade digital na 14ª Reunião Regional da Anped Sudeste.

- Considerando que a reunião regional da Anped Sudeste aconteceu de maneira totalmente remota em virtude deste período de pandemia do Covid-19, qual a sua avaliação sobre as estratégias e dispositivos de acessibilidade digital desenhados para este evento?

- O que você considera primordial para que haja acessibilidade digital em eventos como a 14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste.

ANEXO III

14ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste

Programação Geral

Dia 30/11

14h às 17h

UPMS

Link: youtu.be/_Z9qHrGusF8

18h

Solenidade de Abertura
Link: youtu.be/JdZE8nIXE8w

19h

Conferência: Cenário da ciência e tecnologia no Brasil

Ildeu Moreira

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Link: youtu.be/JdZE8nIXE8w

Dia 01/12

9h às 12h

MESA 1

Educação, tecnologia e enfrentamento de desigualdades

Coordenador

Aristóteles Berino (UFRRJ)

Palestrantes

André Pires (PUC – Campinas)

Carolina Tamayo (UFMG)

Rosemary dos Santos (UERJ – FBEF)

Link: youtu.be/SXAarjTPaKY

MESA 2

Educação e desafios interseccionais: gêneros, sexualidades, raças, geração e religiosidade

Coordenador

Alexsandro Rodrigues (UFES)

Palestrantes

Denize Sepulveda (UERJ – FFP)

Daniela Auad (UFSCAR- Sorocaba)

Jonas Alves (UFRRJ)

Link: youtu.be/fAjwCf-5srl

MESA 3

Lições, ensinamentos e protagonismos dos movimentos sociais

Coordenadora

Jane Paiva (UERJ)

Palestrantes

Paulo Carrano (UFF)

Henrique Tahan Novaes (UNESP – Marília)

Carolina Catini (FE-Unicamp)

Link: youtu.be/xurvOg3fU-Q

MESA 4

Educação e Ciências Humanas: políticas de pesquisa e pós-graduação

Coordenadora

Eliza Bartolozzi (UFES/FORPRED SE)

Palestrantes

Elizabeth Macedo (UERJ)
 Dalila Andrade (UFMG)
 Antonio Carlos Amorim (UNICAMP)
 Link: youtu.be/W_P4Z4Mwaqk

MESA 5**Outra ordem global: responsabilidade social e ações solidárias****Coordenador**

Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MG)

Palestrantes

Roberto Leher (UFRJ)
 Carlos Roberto da Silveira (Univ. São Francisco)
 Áurea Costa (UNESP-Rio Claro)
 Link: youtu.be/WypNSwV3-RQ

12h às 14h

Atividade cultural

Memorial Inumeráveis | Dedicado a cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil.

Maíra Lemos | Conversa e música

Tom Grito – Slam das Minas e Carolina Maria de Jesus

Link: youtu.be/GfaG_9dntR8

14h às 15h45min

Apresentação Trabalhos GTs

16h às 17h45min

Apresentação Trabalhos GTs

18h

FORPREd Sudeste

Encontros de Associações

Lançamento de livros

20h

Live: Imagens e sons – criação e uso nas pesquisas em Educação.

Link: youtu.be/8V5p3UC8dxk

Dia 02/12

9h às 12h**MESA 1****Educação, autoritarismos e solidariedades****Coordenador**

Luciano Mendes Faria Filho (UFMG)

Palestrantes

Teodoro Zanardi (PUC-MG)
 Bruno Pucci (UFSCar)
 Alexsandro Santos (Univ. Cidade de São Paulo)
 Link: youtu.be/8NfJlhDb2gg

MESA 2**Ataques conservadores à democracia, à ciência, à educação e à escola****Coordenador**

José Antônio Sepúlveda (UFF)

Palestrantes

Maria Luiza Sussekind (UNIRIO)

Katya Braghini (PUC-SP)

Anna Paula Vencato (UFMG)

Link: youtu.be/RUPYdXlo2mw**MESA 3****Educação, formação de professores, pandemia e invenção de possíveis****Coordenadora**

Lucilia Augusta Lino (UERJ-FFP)

Palestrantes

Carmen Teresa Gabriel (UFRJ)

Simone Batista (UFRRJ)

Maria Elizabeth Almeida (PUC-SP)

Link: youtu.be/xy1REF7Bhsk**MESA 4****Educação para o público adulto na diversidade da sociedade brasileira****Coordenadora**

Jarina Rodrigues Fernandes (UFSCar)

Palestrantes

Ana Karina Brenner (UERJ)

Edna de Oliveira (PPGE/UFES)

Cristiano Di Giorgi (UNOESTE)

Link: youtu.be/NsmgS9vPpec**MESA 5****Ordem global, educação e emprego****Coordenador**

Gaudêncio Frigotto (PPFH-UERJ)

Palestrantes

Wania Gonzalez (UNESA – UERJ/FEBF)

José dos Santos Souza (UFRRJ)

Leonardo Cabral (UFSCAR-EE)

Link: youtu.be/MH8mfEG6Eu4**12h às 14h**

Atividade cultural

André Costa Pinto

Áudio Trans Visual

Tom Grito – Slam das Minas e Carolina Maria de Jesus

Link: youtu.be/Ca_hKjsEf2Q

14h às 15h45min

Apresentação Trabalhos GTs

16h às 17h45min

Apresentação Trabalhos GTs

17h45min às 18h30min

Avaliação dos GTs

18h30min às 20h30min

FEPAE

FNPE

Encontros de Associações

Dia 03/12

9h às 12h

MESA 1

Financiamento da educação básica

Coordenadora

Rose Roggero (UNINOVE)

Palestrantes

Romualdo Portela de Oliveira (USP)

José Marcelino de Rezende Pinto (FFCLRP–USP)

Silvio Cesar Nunes Militão (UNESP-PP)

Link: youtu.be/B2U0OWdAGDw

MESA 2

Ética, estética e política na educação

Coordenador

Pedro Benjamim Garcia (UCP-RJ)

Palestrantes

Silvio Gallo (UNICAMP)

Ralph Ings Bannell (PUC-Rio)

Alexandre Filordi (UNIFESP)

Link: youtu.be/Pw6CydUEbBM

MESA 3

Avaliação e excelência na educação

Coordenadora

Valdete Coco (UFES)

Palestrantes

Cynthia Paes de Carvalho (PUC-Rio)

Suzana Gomes (UFMG)

Talita Pereira Vidal (UERJ-FBEF)

Link: youtu.be/-6xohn7HDjg

MESA 4

Internacionalização e “localização” da pesquisa e da formação em

ciências sociais e humanas**Coordenadora**

Diana Gonçalves Vidal (USP)

Palestrantes

Antônio Flávio Moreira (UCP)

Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (UFSJ)

Eliane Ribeiro (UNIRIO)

Link: youtu.be/c1P08y0cmR8**MESA 5****Escola, memórias e disputas de narrativas****Coordenador**

Guilherme V. T. Prado (UNICAMP)

Palestrantes

Daniel Ferraz Chiozzini (PUC-SP)

Dirce Zan (UNICAMP)

Lana Siman (UEMG)

Link: youtu.be/4xQFoXaUM8Q**12h às 14h**

Atividade cultural

Verônica Bonfim | Confeto conversa, afeto e música

Fabrício Carpinejar | Conversa e Poesia

Cristiane de Souza | Conversa e Arte

Renata Carvalho | Conversa e Teatro

Tom Grito – Slam das Minas e Carolina Maria de Jesus

Link: youtu.be/b4cEZVb37qo**14h às 15h45min**

Apresentação Trabalhos GTs

16h às 17h45min

Apresentação Trabalhos GTs

18h30min

Solenidade de Encerramento

Sessão de homenagem da Education Review/ANPEd

“Pequenos grandes livros que marcaram gerações”

ao Professor Dermeval Saviani, autor de Escola e Democracia.

Link: youtu.be/A-wtIsUQprc

ANEXO IV- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Autorização



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CULTURA E COMUNICAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E AUTORIZAÇÃO**

Duque de Caxias, 16 de fevereiro de 2022

Prezado(a) Participante(a),

Solicita-se a sua autorização para o uso dos dados coletados a partir da sua participação na pesquisa **“Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis para a pessoa com deficiência”**, conduzida por Raquel Amorim de Souza Cavalcante sob a orientação da Profa. Dra. Flávia Faissal de Souza.

Trata-se da realização de uma pesquisa inserida no projeto **“O estatuto da Tecnologia Assistiva nas políticas e práticas de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”** da Profa. Dra. Flávia Faissal de Souza.

O projeto atende os princípios éticos, estando de acordo com a Resolução 466/12, CAAE: 26579119.0.0000.5259, Parecer nº 3.960.417. O objetivo da pesquisa consiste em analisar o papel e a usabilidade dos dispositivos e estratégias de acessibilidade para a pessoa com deficiência no contexto da 14ª Reunião Regional da Anped Sudeste, ocorrida entre os dias 30 de Novembro e 03 de Dezembro de 2020. A pesquisa envolve entrevistas semiestruturadas com gravação de áudio e vídeo e, posteriormente, a elaboração de trabalhos em eventos científicos, artigos e capítulo de livros, a serem divulgados em revistas, congressos (identidade preservada). Assim, estando de acordo, o termo abaixo deve ser preenchido e assinado.

Agradecemos a sua atenção e coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

**AUTORIZAÇÃO PARA USO DOS DADOS COLETADOS COM O PROFESSOR(A)-
PARTICIPANTE**

Eu,

com RG _____, autorizo o uso dos dados coletados a partir da minha participação na pesquisa intitulada **“Acessibilidade digital enquanto Direito Humano: diálogos sobre a usabilidade de dispositivos e de estratégias acessíveis para a pessoa com deficiência”**

Declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e concordo que minha desistência poderá acontecer em qualquer momento sem que ocorram quaisquer prejuízos. Declaro ainda estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos e procedimentos desta pesquisa.

Atenciosamente,

(Assinatura do participante)

X

Raquel Amorim de Souza Cavalcante
Aluna do curso de mestrado

Aluna do curso de Mestrado: Raquel Amorim de Souza Cavalcante (ProPEd/UERJ)
Telefone para contato: (21) 981301159
E-mail: rsouzacefet@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Faissal de Souza (FEBF/UERJ)
Telefone para contato: (21) 98393-8384
E-mail: flaviasouza.uerj@gmail.com